



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO**

Av. Afonso Sardinha, nº 90, Bairro Pioneiros, CEP: 36.420-000, Ouro Branco - Minas Gerais
(31) 3742-2149 – ensino.ourobranco@ifmg.edu.br

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM PEDAGOGIA**

OURO BRANCO - MG

Junho de 2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS**

CAMPUS OURO BRANCO

Av. Afonso Sardinha, nº 90, Bairro Pioneiros, CEP: 36.420-000, Ouro Branco - Minas Gerais
(31) 3742-2149 – ensino.ourobranco@ifmg.edu.br

Reitor

Prof. Kléber Gonçalves Glória

Pró-Reitora de Ensino

Prof. Carlos Bernardes Rosa Júnior

Diretor Geral do *Câmpus*

Prof. Lawrence de Andrade Magalhães Gomes

Diretor de Ensino do *Câmpus*

Prof. Marcelo Fernandes Pereira

Coordenador do Curso

Prof. Gabriel Dias de Carvalho Junior

Colegiado do Curso de Pedagogia

Presidente do Colegiado

Prof. Gabriel Dias de Carvalho Junior

Representantes Titulares do corpo docente da área do curso

Prof. Marcelo Fernandes Pereira

Profa. Bárbara Ferreira Matias Bianchi

Representante Suplente do corpo docente da área do curso

Profa. Solange Carli

Representante Titular do corpo docente das áreas colaboradoras

Prof. Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos

Representante Suplente do corpo docente das áreas colaboradoras

Prof. Pablo Menezes e Oliveira

Representante Titular do corpo discente

José Geraldo Bittencourt de Oliveira

Representante Suplente do corpo discente

Jonathan Gerônimo Borges Coelho

Representante Titular da Diretoria de Ensino

Prof. Haroldo Brito

Representante Suplente da Diretoria de Ensino

Warlei Eduardo Alves

Representante Titular dos Técnicos Administrativos em Educação

Wander Donizete Bebiano

Representante Suplente dos Técnicos Administrativos em Educação

Débora Alberto

Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia

Presidente

Prof. Gabriel Dias de Carvalho Junior

Representantes Titulares do corpo docente da área do curso

Prof. Marcelo Fernandes Pereira

Profa. Bárbara Ferreira Matias Bianch

Representante Suplente do corpo docente da área

Profa. Solange Carli

Representantes Titulares do corpo docente das áreas colaboradoras

Prof. Jânio Rosa da Silva

Prof. Pablo Menezes e Oliveira

Profa. Denise Perdigão Pereira

Representante Suplente das outras áreas

Prof. Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	11
2. APRESENTAÇÃO	12
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	13
4. CONCEPÇÃO DO CURSO	15
4.1. Concepção Filosófica e Pedagógica da Educação ofertada no IFMG.....	23
4.2. Concepção Filosófica e Pedagógica da Educação ofertada no IFMG <i>Campus</i> Ouro Branco	25
4.3. Concepção Filosófica e Pedagógica da Educação ofertada no IFMG, Curso Licenciatura em Pedagogia	30
4.4. Justificativa do Curso.....	32
4.5. Objetivos do curso	39
4.5.1. Objetivo Geral	39
4.5.2. Objetivos Específicos	39
4.6. Perfil profissional do egresso	39
4.7. Áreas de Atuação	42
4.8. Formas de Acesso ao Curso	43
4.9. Representação Gráfica de um Perfil de Formação	43
5. ESTRUTURA DO CURSO	44
5.1. Regime acadêmico e prazo de integralização curricular	44
5.2. Organização curricular.....	44
5.3. Estrutura Curricular.....	47
5.3.1. Matriz Curricular	49
5.3.2. Tratamento dos Conteúdos: Libras; Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro- brasileira e Africana; Educação Ambiental e Direitos Humanos.....	55
Libras:	56
Políticas de educação ambiental	56
Educação em Direitos Humanos	57

Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Indígena	58
5.3.3 Ementas e Bibliografia – Curso Pedagogia.....	58
5.4. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores.....	104
5.5. Metodologias de Ensino.....	108
5.6. Estratégias de Interdisciplinaridade e Integração	112
5.7. Estratégias de fomento ao empreendedorismo e a inovação tecnológica.....	115
5.8. Estratégias de fomento ao desenvolvimento sustentável e ao cooperativismo.....	118
5.9. Concepção e a composição das Atividades de Estágio	118
5.10. Trabalho de Conclusão de Curso.....	120
5.11. Concepção e a Composição das Atividades Complementares.....	121
5.12. Formas de Integração do Curso com o Setor Produtivo Local e Regional	123
5.13. Formas de incentivos às atividades de extensão e à pesquisa aplicada.....	124
5.14. Estratégias de Apoio ao Discente	126
5.15. Descrição dos Diplomas e Certificados a serem expedidos.....	128
5.16. Administração Acadêmica do Curso	129
5.17. Formas de participação do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante.....	134
5.18. Infraestrutura	135
5.18.1. Instalações e Equipamentos	135
5.18.2. Laboratórios Específicos do Curso de Pedagogia.....	142
5.18.3. Acessibilidade no <i>Campus</i> Ouro Branco	143
5.18.4. Biblioteca	144
5.18.4.1. Acervo bibliográfico compatível disponível na biblioteca:.....	144
5.18.4.2. Acervo bibliográfico complementar a ser adquirido:.....	146
6. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	147
7. SISTEMAS DE AUTOAVALIAÇÃO	149
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	151

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXO A - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO- CULTURAIS (AACC).....	157
ANEXO B – REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	167

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Pedagogia

Modalidade do Curso: Licenciatura

Modalidade de Ensino: Presencial

Título acadêmico conferido: Licenciatura em Pedagogia

Regime de Matrícula: Semestral/por créditos

Integralização Curricular: mínimo de 8 semestres e máximo de 16 semestres.

Data de início do funcionamento do curso: Fevereiro de 2017

Total de Vagas Anuais: 50 (cinquenta) vagas por ano

Turno de Funcionamento: Noturno

Carga Horária Total do Curso: 3.508 horas

Período de duração das aulas: 50 minutos

Público alvo: estudantes que concluíram o Ensino Médio.

Forma de ingresso: o acesso ao curso ocorrerá prioritariamente mediante processo seletivo, conforme previsto em Edital Público, e SISU (Sistema de Seleção Unificada do MEC), bem como transferência interna, transferência externa e obtenção de novo título.

Endereço do Curso: Av. Afonso Sardinha, nº 90, Bairro Pioneiros, CEP: 36.420-000, Ouro Branco - Minas Gerais.

Atos legais de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso:

2. APRESENTAÇÃO

De acordo com o artigo 7º, inciso VI da Lei Nº 11.892/08, um dos objetivos dos Institutos Federais é ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura. Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gérias, *Campus* Ouro Branco, possui um papel privilegiado para atuar na área da formação de professores. É dever da Instituição oferecer cursos de licenciatura para formar novos professores, principalmente aqueles que irão atuar nas redes públicas de ensino. Com vistas a atender à legislação, o *Campus* Ouro Branco passou a ofertar, no ano de 2012, o curso de Licenciatura em Computação.

Os cursos de Licenciatura em Computação surgiu, principalmente, da necessidade apresentada no decorrer das décadas passadas, quando foi constatado um grande déficit de professores na área de Computação. Identificou-se, também, a ausência de cursos de graduação - licenciatura - que tivessem a finalidade de formar professores para atuar prioritariamente na Educação Básica e modalidades do Ensino Técnico, vinculados às instituições públicas e de qualidade na região de abrangência do *Campus* Ouro Branco.

Diante dessa realidade, tem sido um desafio constante dos professores e da Instituição como um todo atuar em busca do desenvolvimento local e regional, na perspectiva da construção da cidadania, possui o compromisso de trabalhar na construção da democratização dos conhecimentos, e, sob essa perspectiva, em 2017, espera-se que o curso de Licenciatura em Pedagogia possa contribuir ainda neste processo de transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram formados a partir dos antigos CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), EAFs (Escolas Agrotécnicas Federais) e Escolas Técnicas Federais vinculadas a universidades. Cada Instituto foi organizado em nova estrutura: as unidades foram transformadas em *Campus* e as instituições passaram a contar com uma Reitoria.

A lei confere a cada Instituto autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do conselho superior.

No dia 29 de Dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Federal nº 11.892 que instituiu, no Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os Institutos nasceram, então, com 168 *campi*, com elevados objetivos do Ministério da Educação em expansão do número de *campi* e oferta de vagas, aumentando as oportunidades de educação, principalmente no âmbito do ensino técnico e dando ênfase ainda à pesquisa e à extensão.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) é uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto, Bambuí, Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista e duas Unidades de Educação descentralizadas de Formiga e Congonhas que, por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de *Campus* da nova instituição.

Atualmente o IFMG é composto pelos *campi* situados nas cidades de Bambuí, Ouro Preto, São João Evangelista, Congonhas, Governador Valadares, Formiga, Betim, Ouro Branco, Santa Luzia, Sabará e Ribeirão das Neves, e pelos *campi* avançados de Arcos, Piumhi, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Itabirito e Ponte Nova, e pela Reitoria, localizada na cidade de Belo Horizonte, composta pelas Pró-Reitorias de Administração, Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento e Orçamento e Extensão.

O IFMG tem como missão “promover educação básica, profissional e superior, nos diferentes níveis e modalidades, em benefício da sociedade” (PDI, 2014, p.23).

Assim, o IFMG visa “ser reconhecida nacionalmente como instituição promotora de educação de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão” (IFMG, 2014, p.24).

O IFMG, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- i. Gestão democrática e transparente;
- ii. Compromisso com a justiça social e ética;
- iii. Compromisso com a preservação do meio ambiente e patrimônio cultural;
- iv. Compromisso com a educação inclusiva e respeito à diversidade;
- v. Verticalização do ensino;
- vi. Difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- vii. Suporte às demandas regionais;
- viii. Educação pública e gratuita;
- ix. Universalidade do acesso e do conhecimento;
- x. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- xi. Compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos servidores e dos estudantes;
- xii. Fomento à cultura da inovação e do empreendedorismo;
- xiii. Compromisso no atendimento aos princípios da administração pública” (PDI, 2014, p.24).

O *Campus* Ouro Branco do IFMG faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC). As atividades educacionais da unidade de ensino do IFMG – *Campus* Ouro Branco tiveram início em fevereiro de 2011, com quatro turmas dos cursos Técnicos Subsequentes de Administração e de Metalurgia. Em 2012, passou a oferecer o curso de graduação Licenciatura em Computação. E a partir de 2013 os cursos Bacharelado em Administração e Bacharelado em Engenharia Metalúrgica, e três cursos técnicos integrados: Administração, Metalurgia e Informática.

Para o ano calendário de 2017 estão previsto os cursos superiores de Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura Plena em Pedagogia.

4. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso Licenciatura em Pedagogia foi concebido com vistas a atender a uma demanda da região do Alto Paraopeba de formação de professores e também ser um curso que reflita os princípios de inovação educacional e preparação para a excelência profissional. Assim, no contexto de sua concepção, a preocupação foi em proporcionar uma formação que ao mesmo tempo contemple a complexidade da realidade educacional e a necessidade de uma formação progressista.

Na verdade, a preocupação com a formação dos educadores no interior do curso de pedagogia é alvo de reflexão e investigação de muitos estudiosos da área (Fávero, 1987; Gadotti e Pino, 1979; Franco e Balleta, 1979; Freitas, 2002; Brzezinski, 1996 e Silva, 2003), não sendo poucas as críticas e propostas de reformulação para tais cursos, já que a complexidade da identidade desse profissional acarreta diferentes propostas de formação, segundo os diferentes entendimentos da especificidade do profissional formado.

O curso de Pedagogia, desde sua criação e no decorrer de sua história (no Brasil), é marcado pela incerteza quanto à sua finalidade e, dessa forma, pela incerteza de que profissional deveria formar: deveria ocupar-se da formação de professores (magistério)? Deveria ocupar-se da formação de especialistas (curso técnico)? Deveria ocupar-se da formação de professores e de especialistas (habilitações)? Ou deveria ocupar-se da formação de professores/especialistas (educadores cuja base da formação é a docência)?

Em decorrência dessa incerteza, muitas foram as propostas e implementações desde sua criação na década de 1930 até os dias atuais, sendo a conformação das políticas de Formação dos Profissionais da Educação, em nosso país, entendida como o resultado do embate entre duas forças.

A primeira delas, denominada Poder Instituído, baseia-se em conceitos como capacitação em serviço, treinamento dos professores e formação de especialistas voltados para a necessidade do mercado de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade; é representada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE).

A segunda diz respeito aos Movimentos dos Educadores e se apoia nos conceitos de escola como instituição social, lugar de produção de conhecimentos historicamente construídos, em sua relação com a sociedade, seu papel social entendido como um ato político, sendo o educador um agente transformador da realidade; é representada por organizações de grupos de educadores em torno das políticas de formação. Essas instâncias representativas passam por três momentos organizacionais com características diferenciadas: Comitê Nacional Pró-Formação do Educador (1980 a 1983), Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (Conarcfe – 1983 a 1990) e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope – 1990 até os dias atuais).

É através dessas duas forças e de suas conquistas e retrocessos que os cursos de pedagogia, assim como a atuação profissional e formação esperada desses cursos vão sendo forjadas nacionalmente (através de implementações legais) e pontualmente (dentro dos cursos e Faculdades de Educação), no contexto educacional brasileiro.

Com sua origem na seção de pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil através do decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, o curso de Pedagogia foi estruturado pelo chamado “esquema 3+1”¹, em que a formação do bacharel se dava em 3 anos e do licenciado com o acréscimo de mais 1 ano dedicado às disciplinas de didática.

Em decorrência desta divisão entre a formação do bacharel e do licenciado, em que a compreensão da licenciatura estava fundamentalmente ligada à pura aquisição de métodos vinculados às disciplinas de didática, podemos perceber, já em momento de sua criação, uma fragmentação dentro da proposta de formação e uma indefinição acerca da formação propiciada pelo curso de pedagogia. Conforme ressalta Silva:

Em sua própria gênese, o curso de pedagogia já revelava muitos dos problemas que o acompanharam ao longo do tempo. Criou um bacharel em pedagogia sem apresentar elementos que pudessem auxiliar na caracterização desse novo profissional. Dentre as finalidades definidas para a faculdade Nacional de Filosofia é possível reconhecer a que é dirigida ao bacharel em geral. É a que se refere ao preparo de „trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica” (artigo 1º, alínea a). Mais adiante, ao

¹ Segundo Brezezinski (1996), o sistema de formação de professores proposto pelo Decreto-lei 1.190/39 passou para a história dos estudos pedagógicos em nível superior com a denominação “esquema 3+1”.

tratar das regalias conferidas pelos diplomas, o decreto-lei 1.190/39 refere-se especificamente ao bacharel em pedagogia, determinando que, a partir de 1º. de janeiro de 1934, houvesse exigência dessa diplomação para preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação (artigo 51, alínea c). Mas, nos dois casos, a referência é muito vaga para a identificação de um profissional criado naquele momento e que não possuía ainda suas funções definidas na medida em que não dispunha de um campo profissional que o demandasse (2002: 12).

O curso permaneceu orientado por este decreto-lei até a década de 1960, sendo o “esquema 3+1” reforçado por nova regulamentação contida no Parecer 251/1962, decorrente dos postulados da Lei no. 4.024/1961, que estabeleceu o currículo mínimo do curso de pedagogia.

Durante o período de recuperação econômica (iniciado com o golpe militar de 1964), seguiu-se a fase da retomada da expansão com grande desenvolvimento do setor industrial, acentuando-se a divisão social do trabalho e a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada.

A educação emerge, neste momento, como área estratégica, já que era através dela que ocorreria esta formação de mão-de-obra, propondo-se para ela uma série de medidas de médio e longo alcance. Essas medidas se materializaram nas leis que alteravam a forma de organização e estruturação da educação brasileira: Lei 5.540/68, que normatizou o funcionamento do ensino superior e a Lei 5.692/71, que reestruturou a educação básica.

Neste contexto de reformulação do ensino para adequação às necessidades impostas pelo modelo econômico vigente (desenvolvimentista / tecnicista), surgem as Faculdades de Educação, nascidas do processo de desarticulação das Faculdades de Filosofia e Letras, que se subdividiram em vários institutos e faculdades e tendo o curso de pedagogia como unidade nuclear, gerando em seu bojo as Faculdades de Educação em todo o país (Freitas, 1996).

A dinâmica da estrutura da Faculdade de Educação foi definida pelo Parecer 252/1969 e pela Resolução 2/1969. Estes documentos regulamentaram o conteúdo e o período de duração dos cursos de pedagogia, definindo as disciplinas obrigatórias da parte comum e a parte diversificada do curso.

Dentro dessas faculdades o curso de Pedagogia foi construído de forma fragmentada, sendo organizado por diferentes departamentos e por disciplinas dadas de forma independente, dentro de uma visão unilateral em cada uma delas.

O modelo tecnicista de formação de professores e de especialistas mantinha a coerência tecnicista, já que fragmentava as tarefas dos profissionais na escola como ocorre na fábrica, consonantemente à própria divisão do trabalho nas sociedades capitalistas (Freitas, 1996: 76).

Nos cursos oferecidos, acentuava-se a dicotomia e fragmentação já existente para a formação do educador. Tratava-se da formação de professores e de técnicos, sendo as Faculdades de Educação o lócus para a formação desse técnico, agora chamado especialista. É, portanto, nesta lógica de divisão do trabalho do pedagogo que surgem as habilitações.

Com a predominância das habilitações dentro do curso de Pedagogia, acentua-se a separação entre o trabalho de elaboração – especialistas – e o de execução – professores.

Em síntese, a reforma universitária, durante o governo militar, reformulou o curso de pedagogia pelo parecer 252/1969, provocando mudanças estruturais que aprofundaram ainda mais a indefinição de sua identidade ao fragmentar a formação do pedagogo em habilitações técnicas efetivadas na graduação (Brezezinski, 1996: 78).

Os questionamentos a esse modelo opunham-se a uma lógica de formação de profissionais por meio de estudos sobre técnicas e métodos de educação de forma acrítica, que originavam uma atuação profissional (trabalho pedagógico) fragmentada; questionavam, também a implementações arbitrárias, advindas do poder instituído.

Em decorrência do “pacote pedagógico” que surgia como proposta para formação do pedagogo, vê-se ganhar força o movimento dos educadores que opunham resistência ao poder instituído, em especial do CFE (Conselho Federal de Educação). Este “pacote” era constituído pelas Indicações 67/1975 e 70/1976, que discorreram sobre os estudos superiores em educação, pretendendo inserir mudanças nos cursos de formação do magistério e pelas Indicações 68/1975 e 71/1976 que complementavam as anteriores.

A partir desse histórico e preocupados com o rumo da formação dos educadores no Brasil, começa-se a debater, desde o final de 1970, a identidade do pedagogo, “identidade

fragmentada por um currículo e por uma profissionalização insatisfatória para realizar uma tarefa efetivamente educativa” (Scheibel e Aguiar, 1999).

Segundo esclarece Silva:

Foi no final da década de 1970, a partir da notícia de que as indicações sustadas começavam a ser reativadas pelo MEC, que professores e estudantes universitários se organizaram para controlar o processo de reforma dos cursos de formação de educadores no Brasil, através de movimentos que perduram até nossos dias. (...) No que se refere ao curso de pedagogia, o I Seminário de Educação Brasileira realizado na Universidade de Campinas, em 1978, constituiu-se numa oportunidade para iniciar-se uma reação mais organizada no intuito de se pensar conjuntamente os estudos pedagógicos em nível superior. (2002: 62)

Havia a necessidade de os educadores se mobilizarem em âmbito nacional para uma ampla discussão a respeito da formação do educador, porém apenas a partir de 1980, quando o MEC pretendia retomar a matéria a partir das Indicações CFE de no. 67/75 e no. 70/76, é que os educadores movimentaram-se para desencadear a mobilização em nível nacional.

Na I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo, foi criado o “Comitê Nacional Pró-reformulação”, formado por integrantes originários de vários pontos do país e com atuação nacional através dos comitês regionais.

As Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) passaram a representar a possibilidade concreta dos educadores tomarem para si os rumos das discussões e políticas educacionais para o setor. Elas foram co-promovidas pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes).

Dadas as formas de organização e mobilização, o Comitê Nacional funcionou inicialmente como núcleo irradiador dos objetivos do movimento, mas este movimento se configurava como um movimento de bases, visto que dependia das bases regionais e estaduais.

A identidade pretendida pelo movimento não era o que era proposto pela legislação em momento da criação do curso, nem a que vinha sendo construída nas legislações criadas de forma autoritária. A identidade do curso de pedagogia necessitava ser construída e para isso

havia também a necessidade de divulgação e ampliação das discussões acerca dessa identidade (formação do pedagogo).

O processo natural de amadurecimento dos estudos e das experiências vividas pelas instituições, até então, indicava que havia um longo caminho a percorrer para propor reformulações curriculares, mas ao mesmo tempo os educadores estavam ameaçados por uma proposta que poderia advir dos gabinetes do ministério, após consultas a “especialistas” e “autoridades” (Brezezinski, 1996: 122).

Com a amplitude das discussões e a necessidade de se pensar em proposições diretas para a reformulação do curso, em 1983 foi formada a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de formação dos Educadores (Conarufe) em substituição ao Comitê, criado em 1980.²

Neste mesmo encontro de 1983, em Belo Horizonte, surgiu a discussão sobre a base comum nacional, que permanece até hoje como proposta para a formação dos educadores e que prevê a docência como base da formação de todo educador.

A ideia de base comum nacional origina-se na formulação de princípios no I Encontro Nacional, em Belo Horizonte (1983). Essa base se insurgia contra a formação do pedagogo apenas especialista sem que se formasse professor. (...) ela [a base comum nacional] mostra a resistência do movimento ao currículo mínimo fixado pelo CFE e nega a ideia de um elenco de disciplinas, que poderia restringir essa definição a um rol de matérias que se agrupariam num núcleo comum de conhecimentos básicos de formação do educador (Brezezinski, 1996: 122).

No II Encontro Nacional³, em 1986, a discussão sobre a base comum nacional é ampliada, elucidando melhor suas concepções e as consequências de sua aceitação por parte dos educadores. Define-se que a base comum nacional deverá abranger três dimensões:

a) a dimensão profissional que define a docência como base da formação do

² As duas primeiras CBEs contaram com a co-promoção do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC).

³ O III Encontro Nacional realizou-se em agosto de 1988, durante a V CBE em Brasília e teve um trabalho apenas organizativo.

- educador quando afirma que “como professores, devemos confluir num certo saber e num certo fazer”;
- b) a dimensão política que aponta para a necessidade de os profissionais do ensino estarem capacitados para repensar e recriar a relação teoria- prática, entender as relações educação-sociedade e o seu papel na sociedade, “comprometidos com a superação das desigualdades”; e
 - c) a dimensão epistemológica que “remete à natureza dos profissionais da escola, instituição necessária à transmissão e à elaboração de um saber, onde o científico deve ter um espaço privilegiado” (Conarcfe 1988, apud Freitas 1996:69).

Ainda nesse encontro, retomam-se algumas discussões acerca da identidade do curso de Pedagogia, entretanto, em decorrência da ênfase na questão das habilitações, naquele momento não foi possível fazer o estudo detalhado do curso de Pedagogia propriamente expresso em sua totalidade, retardando a discussão da especificidade desse curso, que é tratado pelo movimento como uma licenciatura, sem deixar de lado seu papel na construção da ciência da educação.

Segundo Freitas (1996), o movimento, a esta altura, passa a demarcar as diferenças existentes entre a questão da identidade do curso - “a política científica para a área” - e a discussão sobre a extinção ou manutenção das habilitações - “a política profissional para o pedagogo”.

O IV Encontro Nacional⁴, em 1989, reafirmou os princípios gerais do movimento e avançou a formulação de outros dois princípios:

- d) os cursos de formação do educador deverão estruturar-se de forma a propiciar o trabalho interdisciplinar e a iniciação científica no campo da pesquisa em educação;
- e) paralelamente à política profissional haverá o desenvolvimento de uma política científica que permita aos discentes o envolvimento significativo com a iniciação científica no campo da pesquisa em ensino (Conarcfe 1989, apud Freitas 1996:70).

⁴ O III Encontro Nacional realizou-se em agosto de 1988, durante a V CBE em Brasília e teve um trabalho apenas organizativo.

O V Encontro, realizado em 1990, foi o local principal de discussão da questão do trabalho docente como base da formação do pedagogo. Isso se deve ao surgimento de divergências em relação à identidade da pedagogia, que giravam em torno de duas concepções: a primeira, que afirmava que o objeto de estudo da pedagogia seria a educação formal em ambiente escolar; e a segunda, que coloca este objeto como a educação em qualquer ambiente social em que ela ocorra (Freitas, 1996). Apontava-se ainda a crítica à fragmentação dentro das próprias Faculdades de Educação, que eram organizadas em departamentos.

Este encontro marcou um momento importante no movimento dos educadores, pois nele foram aclaradas e reafirmadas todas as tendências de reformulações curriculares, como também foi criada a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) em substituição à Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (Conarcfe) criada em 1983.

Essa Associação teve seus objetivos redimensionados com a promoção de estudos, a serem considerados como referenciais para as reformulações dos cursos de formação dos profissionais da educação. Em meados da década de 1980, os cursos de Pedagogia de Universidades comprometidos com as reflexões acerca da formação dos profissionais da educação passaram a apresentar modificações em seus currículos de modo a abranger a formação do educador e dos professores de primeira a quarta séries e educação infantil.

Portanto, foi durante a década de 1990 que houve um maior incremento das reformulações e algumas Faculdades de Educação Públicas protagonizaram propostas de reformulação dos cursos de Pedagogia fundamentadas nos princípios da ANFOPE (Brzezinski, 1996).

Entre as universidades que apresentaram tais discussões e reformulações, podemos citar as propostas da Universidade Federal Fluminense (1994), da Universidade Estadual de Campinas (1992 e 1997), e em terras mineiras teremos as propostas da Universidade Federal de Minas Gerais (1996).

O VI Encontro, realizado em 1992, avança para a formulação de uma proposta concreta para uma política de formação do profissional da educação. Esta proposta, segundo

Freitas (1996), rompe com a tendência do movimento de não sugerir alternativas para a organização das agências de formação do profissional da educação, apresentando uma estrutura que coloca nas Faculdades de Educação o lugar onde deve ocorrer essa formação.

Os princípios apresentados pela ANFOPE para a reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação incluíram princípios como: a contextualização da educação e compromisso com a mudança, na direção de relações sociais mais democráticas e igualitárias; o compromisso do Estado com a educação pública de qualidade; a valorização do trabalho docente; a docência como base comum nacional da formação em Pedagogia; o trabalho interdisciplinar e articulado, a pesquisa com constituinte da identidade do pedagogo; a indissociabilidade teoria-prática; a gestão democrática; a autonomia universitária.

4.1. Concepção Filosófica e Pedagógica da Educação ofertada no IFMG

A concepção filosófica e pedagógica da educação do IFMG é traduzida na sua missão institucional. O Projeto de Desenvolvimento Institucional do IFMG contempla o princípio pedagógico da contextualização possibilitando à instituição que formule os projetos pedagógicos de modo flexível e com uma ampla rede de significações e não apenas como um lugar de transmissão do saber.

Propiciando, dessa forma, que se vislumbre a prática de uma educação que possibilite a aprendizagem de valores e de atitudes para conviver em democracia e que, no domínio dos conhecimentos, habilite o corpo discente a discutir questões do interesse de todos, propiciando a melhoria da qualidade de vida, despertando a conscientização quanto às questões concernentes à questão ambiental, ao desenvolvimento econômico sustentável e o engajamento dos estudantes e futuros profissionais nas demandas sociais locais.

As ações realizadas no IFMG são orientadas por grandes marcos, que incorporam contribuições da comunidade acadêmica para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional. Esses parâmetros, associados à missão, à visão e aos princípios do IFMG,

nortearão as ações acadêmicas, administrativas e socioculturais. Dentre eles, destacam-se os que mais fortemente se vinculam aos aspectos pedagógicos.

Responsabilidade social

Inclusão de elementos sociais no ensino a fim de provocar aprendizagens significativas que mobilizem o corpo discente e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade, visando contribuir com a formação do discente frente às demandas sociais, para que este seja um agente transformador na comunidade com base no seu conhecimento adquirido.

Priorizar a qualidade

O IFMG assume a qualidade do ensino como uma prioridade essencial, sendo essa exigência estendida às atividades de pesquisa e extensão. Todos os serviços que envolvem as funções básicas do IFMG devem estar comprometidos com a qualidade e a excelência.

Garantir a qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

O IFMG oferece cursos técnicos de nível médio e superior com reconhecida qualidade e inserção no mercado de trabalho. Inicia com pós-graduação desenvolvendo atividades de pesquisa de relevância e qualidade, reconhecidas em nível nacional. Uma ampla e diversificada base de cursos de qualidade para sustentar a demanda de profissionais bem qualificados nas quais o IFMG demonstre maior potencialidade, em consonância com as novas demandas do mundo contemporâneo.

Compromisso com a tecnologia e o humanismo

Todo conhecimento, pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico gerado pelo IFMG deverá focar a construção do sujeito, pautada em valores humanos, éticos e solidários. Esse princípio desencadeará ações estimuladoras e produtivas da comunidade acadêmica, de forma a se sustentar no entusiasmo e no orgulho da instituição em relação ao seu trabalho.

Respeito aos valores éticos, estéticos e políticos

O IFMG organizará e desenvolverá seus currículos de acordo com valores que fomentam a criatividade, a iniciativa e a liberdade de expressão, abrindo espaços para a incorporação de atributos como crítica, equilíbrio, multiplicidade e respeito pela vida.

Também a preparação para a vida profissional, orientada pela política da igualdade de direitos e de oportunidades, constitui relação entre o trabalho próprio e o dos outros, conhecendo e reconhecendo sua importância para o bem comum e a qualidade de vida.

Articulação com empresas, família e sociedade

O IFMG ampliará e aperfeiçoará suas atividades de extensão adotando mecanismos de articulação com instituições públicas e privadas (educacionais ou não), com segmentos da sociedade, com famílias e com setores produtivos. Dessa forma, ao desenvolver trabalho conjunto permanente, concretizado pelo alcance de objetivos comuns e prioritários, será viabilizada a meta do desenvolvimento sustentável.

4.2. Concepção Filosófica e Pedagógica da Educação ofertada no IFMG *Campus* Ouro Branco

O IFMG *Campus* Ouro Branco em articulação com os princípios educacionais traçados no Plano de Desenvolvimento Educacional (PDI) do IFMG é uma instituição em pleno desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se afirmar que as concepções filosóficas e pedagógicas que sustentam suas propostas administrativas e pedagógicas e seus projetos de cursos estão arraigadas em fundamentos que contemplam a formação do aluno como cidadão, comprometido com o próprio processo de formação profissional e pessoal.

O IFMG *Campus* Ouro Branco é *locus* de crescimento humano que se mostra e se reforça nas relações interpessoais entre todos os envolvidos em seu contexto. Em atenção à perspectiva de ação global e local reforçada pelas tendências de investimentos das políticas socioeconômicas atuais, pode-se afirmar que esse *Campus* atende localmente ao contexto geográfico-social da Região Alto Paraopeba⁵ e às políticas de investimentos nas áreas industriais⁶ e educacionais⁷. Em uma perspectiva global, atende àquelas expectativas de formação demandada pela expansão industrial mundial, ao mesmo tempo, em que traçam em seus planejamentos os

⁵ Composta por sete municípios: Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, São Braz do Suaçuí, Belo Vale e Entre Rios de Minas.

⁶ A cidade faz parte do polo industrial minero-metalúrgico regional.

⁷ Possui um *Campus* da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) com cursos de engenharia.

objetivos que direcionam para o cumprimento dos critérios de justiça social. O atendimento às demandas locais e globais de desenvolvimento revela-se a partir da oferta de uma formação educacional de qualidade.

A educação dentro desse processo é um investimento travestido na multiplicidade de valores que se propagam nas relações humanas e, no caso desta Instituição, espera-se que esta seja uma realidade entre os diversos sujeitos envolvidos em seu contexto; estudantes, pais, comunidade, professores, técnicos-administrativos entre outros profissionais que constituem o campo relacional de uma instituição educativa. Tais valores esboçam coerência com o projeto de desenvolvimento do IFMG e coadunam princípios éticos que norteiam a rede de relações imbricadas na tessitura de um contexto educacional. Constituem, pois, valores fulcrais para o desenvolvimento de uma instituição educacional todos aqueles que convergem para o atendimento dos princípios orientados pela lei maior, a Lei das Diretrizes e Base da Educação (LDB) – Lei n. 9394/96, bem como outros documentos normativos que a respaldam.

Nesse contexto, convém afirmar que o *Campus* Ouro Branco compromete-se com planos de trabalho e propostas pedagógicas que confluem com marcos diretivos pré-definidos pelo plano de desenvolvimento do IFMG, o qual coaduna contribuições de vários campos sociais e que orientam também as ações desta Instituição adjacente. São eles:

Responsabilidade social

É preciso reconhecer, desde já, que o ato educativo, por si só, é um ato de responsabilidade social. É como afirma Freire (1998): “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão”. A educação é a principal ferramenta da justiça social. Sendo assim, o processo de ensino-aprendizagem como uma de suas variáveis, inclui disposições que se ampliam na diversidade de relações que se fluidificam no contexto de uma instituição escolar.

O *Campus* Ouro Branco, por meio da prestação de serviços públicos à comunidade do Alto Paraopeba, desenvolve ações de responsabilidade social em seu contexto, as quais se estendem desde o respeito aos valores socioeducacionais a seus estudantes, garantidos pela prestação de serviços de qualidade e gratuidade, além da articulação do tripé que sustenta as ações educativas de uma instituição federal, que são ensino, pesquisa e extensão. Constituem

exemplos concretos de responsabilidade social ações de ensino, extensão e pesquisa representadas em projetos e programas no contexto do *Campus* Ouro Branco realizados: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA-FIC), que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular, a Rede Nacional de Formação de Professores (RENAFOR), o Programa Mulheres Mil, cujo objetivo é capacitar mulheres da comunidade local oferecendo-lhes, além do letramento, capacitação artesã; em andamento: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que contempla cursos técnicos e de formação inicial e continuada em várias cidades; e de forma continuada: a realização da Semana de Ciência e Tecnologia (SCT), Semana da Pedagogia e outros eventos acadêmicos devido com a característica de aproximação entre comunidade acadêmica, científica, cultural e social, amalgamando o tripé que sustenta as ações acadêmicas em uma instituição.

Priorizar a qualidade

A questão da qualidade assume vários vieses no campo acadêmico. Sendo assim, convém explorá-la, a partir de seu sentido etimológico, quando define-se como um conceito ligado a *qualis*, uma interrogação que indagava “qual? de que tipo? de que maneira?”. Nessa perspectiva, a afirmação “priorizar a qualidade” diz respeito ao interesse em definir **qual é o norte das ações educativas do *Campus* Ouro Branco**, bem como saber **de que tipo e, de que maneira, se pretende ofertá-la**. Essa orientação é fundamental para que o *Campus* Ouro Branco consolide suas metas e objetivos ao longo dos anos.

Uma educação de qualidade deve priorizar fatores essenciais que possam evidenciar um processo de desenvolvimento e transformação dos estudantes a qualquer tempo, sobretudo, a médio e longo prazo. Para tanto, deve dar relevância ao processo de sistematização do ensino (garantido pela dinâmica dos planejamentos e organização das práticas pedagógicas), ao processo de dialogicidade entre os docentes, (garantido pela dinâmica relacional entre os docentes e as áreas), ao processo de dialogicidade entre os diversos atores sociais envolvidos no decurso das ações educacionais e conceber o ensino como uma ação libertadora.

Desse modo, entende-se que priorizar a qualidade no *Campus* Ouro Branco diz respeito ao entendimento de que o conhecimento é uma questão de conteúdo, mas também de contexto social, pois demanda ações de uma equipe docente preparada e interessada em transformá-lo em uma ferramenta de transformação pessoal e social.

Dessa forma, entende-se que a qualidade está travestida e dissimulada nos vários aportes que o contexto pedagógico abrange. Qualidade no ensino é oferecer ao estudante possibilidades de entender e relacionar o conhecimento adquirido ao seu próprio crescimento pessoal. Implica, pois, em ampliar o seu aporte relacional com os objetos de aprendizagem, desvendando os fenômenos do ensino, ao mesmo tempo, em que desvenda novas possibilidades de se relacionar com o conhecimento.

Garantir a qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

A questão da qualidade também se torna transversal aos programas de ensino, pesquisa e extensão, principalmente, pelo potencial de crescimento institucional que tais esferas representam. Uma Instituição de ensino de qualidade é reconhecida pelos investimentos que realiza em prol da integração dessas esferas. A qualidade do ensino, pesquisa e extensão implica em reconhecer que há várias possibilidades inter-complementares a estas instâncias da vida acadêmica, as quais precisam estar coordenadas e direcionadas incondicionalmente para o atendimento ao estudante, visando uma formação que contemple a dinâmica da vida pessoal, social e científica. Para tanto, cabe inserir o estudante em programas de pesquisa bem estruturados que representem verdadeiras possibilidades de práticas científicas e em programas de extensão que evidenciem a importância de sua formação para a comunidade reciprocamente.

Cabe ressaltar que é essencial para o cumprimento desse tripé, investimentos em infraestrutura, em *corpus* docente qualificado e em planejamento organizacional dentro da instituição educacional. Contudo, constituem-se princípios de atuação docente, administrativo e discente a motivação, o interesse e a crença no potencial desse processo educacional em constante devir.

Compromisso com a tecnologia e o humanismo

Uma das condições importantes para que se compreenda a educação como um processo dinâmico consiste em fazer uso de ferramentas que não apenas facilitem o processo ensino-aprendizagem, mas que façam parte dos objetivos desse processo. Criar tecnologia constitui uma possibilidade que pode tornar-se realidade no contexto do *Campus* Ouro Branco. Cabe, pois, instaurar a relação entre ensino e pesquisa desde a sala de aula, levando o estudante à compreensão de que sua educação pode ser também um elo para a produção científica. Nessa perspectiva, pode-se estreitar a relação entre a tecnologia e o ensino, a pesquisa e a educação, visando elaborar propostas de pesquisa que almejem perspectivas humanistas dos resultados. É importante acentuar que a ciência não é um fim em si mesmo, portanto, quando aplicada às necessidades humanas ela transcende suas próprias finalidades, alcançando também relevância política, social e humanista.

Articulação com escolas, família e sociedade

O *Campus* Ouro Branco está inserido em um polo industrial, o que favorece as práticas de articulação com empresas locais, possibilitando relações interinstitucionais e diversas parcerias para todos os cursos oferecidos no *câmpus*.

Dessas relações podem surgir ações que auxiliam no fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Na esfera do ensino, é fundamental reunir teoria e prática sempre que possível. Os estágios correspondem a essa tarefa e, como uma etapa complementar à formação profissional, torna-se um momento em que o aluno (re)dimensiona sua formação e estreita o campo de relações profissionais. Por isso a relevância de se manter relações de cooperação com escolas públicas e privadas da cidade de Ouro Branco e também com organizações não-governamentais da região.

Nesse sentido, há uma busca constante de espaços escolares e não escolares em que exista atuação de Pedagogos para formar convênios com o *Campus* Ouro Branco. Entende-se que essa atividade constitui-se um dos eixos fundamentais para a formação profissional, visto que representa a interação entre a esfera da formação e a esfera da prática, através de visitas técnicas, estágios e também de potenciais projetos de extensão e pesquisa.

Com essa inserção e relação com as instituições da realidade local, o *Campus* Ouro Branco tem representado uma importante oportunidade para as famílias formarem seus filhos em uma

instituição federal de qualidade e uma oportunidade ímpar para que estes não tenham de se deslocar para grandes distâncias, à procura de formação.

A Instituição está imersa em um polo industrial, composto por empresas de siderurgia e metalurgia, tendo por isso forte tradição de cursos nesta área. Porém, mais recentemente, o *Campus* percebe a necessidade de um curso da área de humanas, uma licenciatura, atendendo a uma demanda da cidade de formação de Pedagogos, proporcionando então um espaço de reflexão e qualificação na área educacional, entendendo Ouro Branco como um potencial importante de formação humana.

4.3. Concepção Filosófica e Pedagógica da Educação ofertada no IFMG, Curso Licenciatura em Pedagogia

O Curso de Licenciatura em Pedagogia insere-se em uma perspectiva de ensino voltada para a formação de profissionais e cidadãos capazes de se reconhecerem inseridos em uma sociedade em pleno desenvolvimento tecnológico e econômico.

Busca-se na realização do Curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Ouro Branco cumprir com a prerrogativa social dos institutos federais que consiste na oferta de ensino público, gratuito e de qualidade para os cidadãos brasileiros.

A região do Alto Paraopeba carece de cursos na área educacional(licenciaturas) e possui a necessidade de se atender à comunidade local que demanda professores com formação superior em Pedagogia, para atuar nos diversos campos sociais que o requerem. Ao se planejar um curso, pensa-se em dar oportunidade de desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional aos discentes, ampliando assim as chances de empregabilidade e de modificação de sua realidade social.

Para tanto, a proposta do curso é integrar diferentes perspectivas de processos de ensino-aprendizagem, buscando a interação constante entre conteúdos de formação básica, formação profissional, estudos quantitativos, formação complementar, bem como as atividades práticas que possibilitem interação com a sociedade como estágio e atividades complementares, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso em seus vários artigos.

Essa integração entre áreas de conhecimento é importante para que o discente conceba sua formação como um processo consolidado e amplo, que transcende a uma perspectiva fragmentada de educação.

Desse modo, constitui prerrogativas do curso, o atendimento ao discente do IFMG- *Campus* Ouro Branco, capacitando-os para a compreensão e amplitude dessa ciência moderna, indiscutivelmente fundamental para o campo econômico e social do país. Entende-se que o itinerário formativo do estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia deva propiciar uma busca contínua pela educação, articulando sempre as possibilidades de integração entre o ensino, pesquisa e extensão, sempre regidos pelos princípios norteadores do IFMG e do *Campus* Ouro Branco. Essa articulação, bastante promissora, é a única capaz de desvendar ao discente o universo de sua formação como uma possibilidade ampla de crescimento em sua carreira profissional e desenvolvimento pessoal, levando-o à compreensão de que seu processo educativo envolve dimensões muito além das rotinas escolares.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia reúne as condições favoráveis para ofertar cursos de aperfeiçoamento de curta duração e de ampla demanda. Essa perspectiva da extensão abre as possibilidades para um processo de interação social que pode integrar o *Campus* Ouro Branco à comunidade reciprocamente, o que se concretizará por meio de ações de inclusão cidadã visando à capacitação da comunidade em cursos temáticos que envolvam a educação.

É interessante ressaltar que, nos dias de hoje, no campo da educação, as transformações nas relações sociais advindas dos avanços tecnológicos são uma realidade com a qual é preciso lidar com maior frequência. Assim, a educação vem sendo fonte de intensos debates sobre a necessidade de se adaptar às novas demandas da sociedade atual, a fim de responder a uma sociedade mais flexível, mais criativa, mas ao mesmo tempo exigente e constantemente atualizada.

Essa constatação representa um constante desafio para aprimoramento da equipe docente do Curso frente às novas demandas sociais e educacionais do mundo, buscando aliar-se a programas de pesquisas que possam oferecer-lhes condições para seu crescimento contínuo. A essa prerrogativa, acrescenta-se seu necessário envolvimento em práticas de pesquisa na própria instituição e a participação discente nos programas internos de pesquisa. Por via de consequência, as concepções filosóficas e pedagógicas do Curso Licenciatura em Pedagogia devem contemplar uma nova visão da sociedade e da educação.

A sociedade atual requer uma pedagogia mais integrada: que busque disseminar práticas, técnicas e materiais progressistas impulsionando uma maior atenção à educação especial; modelos de inovação educacional; novas possibilidades de atuação profissional; considerando, principalmente, a demanda por ações de responsabilidade social, de atenção especial à infância e adolescência, e também promovendo os aspectos artísticos e lúdicos do ser humano.

A Pedagogia não pode pautar-se apenas pelos princípios do capital e suas variáveis, muito menos simplesmente pelas necessidades de adequação às novas tecnologias. Na verdade, espera-se que o Licenciado em Pedagogia seja capaz de criticar e se posicionar frente às exigências postas pela sociedade, conhecendo e sabendo atuar nos diversos sistemas escolares e não-escolares, reconhecendo a importância de sua atuação social e de seu compromisso com a formação humana.

Nessa medida, busca-se desenvolver um Curso Licenciatura em Pedagogia tendo como suporte a concepção de que se faz necessário um cuidado especial da sociedade com todo o tipo de relação educativa que se estabeleça e que este profissional poderá contribuir com seu conhecimento teórico-prático para que estas relações sejam sempre refletidas e de alguma forma, potencializadas.

Espera-se que a Pedagogia possa ser entendida pelos discentes como uma oportunidade de repensar as relações educativas estabelecidas na sociedade e de promover processos educativos mais responsáveis, mais humanos e que ao mesmo tempo promova desenvolvimento local. E compreendam por fim que a educação está presente na vida de qualquer cidadão, haja vista sua aplicação em quaisquer situações que envolvam processos educativos com o ser humano.

4.4. Justificativa do Curso

A abertura de um curso superior em Pedagogia na cidade de Ouro Branco/MG se tornará um marco educacional e social importante para a sua população e, conseqüentemente, para as demais que residem nas cidades que integram a região do Alto Paraopeba, como são os casos das de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Jeceaba, São Brás do Suaçuí e Belo Vale, conforme evidenciado na Figura 1.

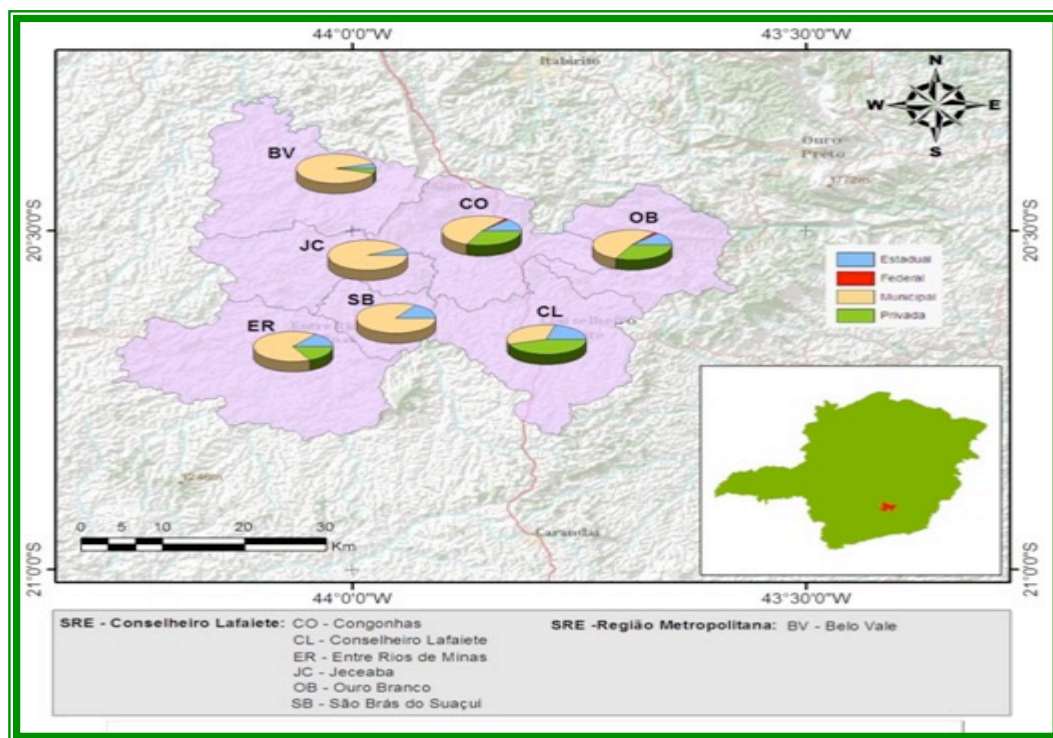


Figura 1: Localização dos municípios que compõem a Região do Alto Paraopeba

A partir dessa contextualização, elencamos uma série de justificativas para se implantar um curso superior de Pedagogia no IFMG *Campus* Ouro Branco a partir do início de 2017, a saber:

Segundo o Ministério da Educação, o município de Ouro Branco dispõe de 36 (trinta e seis) escolas - entre privadas, estaduais e municipais – para atender a demanda de crianças e adolescentes em idade escolar. As matrículas no Ensino Fundamental e Educação Infantil estão assim distribuídas conforme os dados apresentados nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1- Número de Escolas – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Cidade	Escolas Ensino Fundamental	Escolas Ed. Infantil
MG Congonhas	37	28
MG Conselheiro Lafaiete	62	46
MG Desterro de Entre Rios	9	1

MG	Entre Rios de Minas	11	4
MG	Ouro Preto	49	41
MG	Ouro Branco	21	15
MG	Belo Horizonte	728	748

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=31&idtema=117&codv=V41&search=minas-gerais|ouro-branco|sinthese-das-informacoes-2012>

Tabela 2- Número de Matrículas – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Cidade	Matrículas Ensino Fundamental	Matrículas Educação Infantil
MG Congonhas	6954	1222
MG Conselheiro Lafaiete	16071	2779
MG Desterro de Entre Rios	869	91
MG Entre Rios de Minas	1191	268
MG Ouro Preto	10544	1663
MG Ouro Branco	4979	912
MG Belo Horizonte	309018	44590

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=31&idtema=117&codv=V26&search=minas-gerais|ouro-branco|sinthese-das-informacoes-2012>

Tabela 3- Número de Docentes – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Cidade	Docentes - Ensino Fundamental	Docentes – Educação Infantil
MG Congonhas	37	83
MG Conselheiro Lafaiete	62	170
MG Desterro de Entre Rios	9	7

MG	Entre Rios de Minas	11	17
MG	Ouro Preto	49	123
MG	Ouro Branco	21	54
MG	Belo Horizonte	728	3.082

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=31&idtema=117&codv=V31&search=minas-gerais|ouro-branco|sinthese-das-informacoes-2012>

Ao analisarmos esses dados, percebemos que a relação professor - aluno da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, nos Municípios, apontam para uma número razoável desta relação [Em Ouro Branco, a relação aluno – professor no ensino fundamental é 237 e a relação aluno – professor no ensino pré-escolar é 16,8], no entanto, cabe ressaltar que, dentre esses professores, muitos exercem funções de natureza escolar, que não a docência, como, por exemplo, atividades de gestão (direção, vice-direção, supervisão e orientação escolar), de bibliotecário/a, de secretário/a escolar, de apoio pedagógico, entre outros.

Existem, ainda, os professores que atuam em Escolas Especiais, bem como os que estão em afastamento por licença saúde, licença interesse, licença prêmio, entre outros. Nesse sentido, é preciso ressaltar que os índices relacionados ao número de alunos por professor são consideravelmente aumentados, quando consideradas essas variáveis.

Ainda segundo dados do INEP (Censo 2011) , da totalidade de professores que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Território Nacional, 43,1% e 31,8%, respectivamente, não possuem Formação Superior. Inserido nessa realidade, o município de Ouro Branco, bem como os anteriormente mencionados, necessitam buscar qualificação de nível superior para seus professores, no intuito de ofertar uma educação “da melhor qualidade” (RIOS, 2002).

Nesse contexto e por meio da análise dessas realidades em âmbito nacional e, de acordo com o artigo 7º, inciso VI da Lei Nº 11.892/08, um dos objetivos dos Institutos Federais é ministrar, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, com a finalidade de promover o acesso ao Ensino Superior aos docentes em exercício nas redes públicas de ensino, que não tiveram oportunidade de cursá-lo anteriormente.

De acordo com essa regulamentação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais, *Campus* Ouro Branco, adquire um papel privilegiado para atuar na área da

Formação de Professores, comprometido com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação. Assim, mais do que um direito, é um dever de nossa Instituição oferecer cursos de licenciatura para promover o acesso dos professores ao Ensino Superior, principalmente àqueles que irão atuar diretamente nas redes públicas de ensino.

A criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia está em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE- 2014 -2024), que no bojo de suas diretrizes, está o objetivo garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE-2014 -2024), a qualidade do ensino só poderá acontecer se houver a valorização dos profissionais do magistério, que só poderá ser alcançada por meio de uma política que articule a formação inicial, as condições de trabalho, o salário, a carreira e a formação continuada. Assim, a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus docentes, o que decorre diretamente das oportunidades oferecidas a eles. A melhoria na qualidade da formação dos professores com nível superior, por sua vez, está condicionada à qualidade da escolarização que lhes foi oferecida no nível básico, fechando um ciclo de dependência mútua, evidente e positiva entre os níveis educacionais.

É importante salientar que, em 2011 havia pouco mais de 2 milhões de professores atuando na educação básica no Brasil. Dentre vários aspectos levantados no Censo Escolar, destaca-se:

- o nível de formação do docente, evidenciando a expressiva melhoria do número de professores com Ensino Superior completo, após o início do Programa Nacional de Formação de Professores;
- mais de 380 (trezentos e oitenta) mil profissionais que atuam no magistério da educação básica também são alunos da educação superior;
- está em curso um processo de melhoria da qualificação dos professores em exercício na educação básica.

Nesse sentido, percebe-se a relevância da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia, não somente no Estado de Minas Gerais, como também, em todas as regiões e estados do país.

É importante destacar que, os tipos de cursos oferecidos pelo referido programa são:

- Primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior;
- Segunda licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial; e
- Formação pedagógica – para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica.

Por outro lado, os municípios que compõem a Região do Alto Paraopeba encontram-se próximos uns dos outros e, possivelmente, em virtude disso, observa-se um grande intercâmbio entre a população dessas cidades. Isto é, as pessoas que moram nessa região estão acostumadas a fazer deslocamentos entre seus municípios em busca de melhores opções de comércio, oportunidades de trabalho, de estudo ou mesmo para lazer.

Devido a essa característica cultural, acredita-se que o Curso Licenciatura em Pedagogia do IFMG em Ouro Branco será rapidamente divulgado nas cidades que constituem o público-alvo do curso, carregando o diferencial do ensino público federal e de qualidade, o que despertará a atenção e o interesse dos habitantes da Região do Alto Paraopeba.

Paralelamente a isso, observa-se que existem poucas faculdades ou universidades na região que oferecem curso superior em Pedagogia. As opções estão restritas a faculdades particulares situadas em Conselheiro Lafaiete, dentre as quais podemos citar a Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) e a Faculdade Santa Rita (FASAR), ambas particulares.

Em busca de um ensino superior público e mais reconhecido, o curso superior em Pedagogia oferecido pelo IFMG virá preencher uma lacuna e será um diferencial na região por vários motivos: ensino público de qualidade, possibilidade de conciliar estudo e trabalho sem ter que mudar de cidade, reconhecimento da qualidade de uma instituição federal de ensino, entre outros fatores positivos.

Nesse sentido, vale ressaltar ainda um fator que requer uma percepção mais sensível do contexto de vida dos habitantes da região do Alto Paraopeba. O estabelecimento de oportunidades de estudo de qualidade em universidades e institutos federais de ensino é uma demanda antiga da população local que, aos poucos, vem se realizando. Esse fato certamente contribui para aumentar a autoestima das pessoas que moram nessa região, visto que tradicionalmente a maioria delas estava destinada a ocupar postos de baixa qualificação e a

ver as melhores oportunidades de trabalho serem assumidas por pessoas de outras cidades, onde o diferencial é, principalmente, a capacidade de acesso a um estudo de qualidade.

Nesta mesma linha, temos que a Região do Alto Paraopeba destaca-se pela pujança do setor minero-metalúrgico. Grandes empresas como Vale, Gerdau Açominas, Companhia Siderúrgica Nacional, Vallourec Sumitomo Tubos do Brasil, Ferrous Resource do Brasil e Nacional Minérios S.A. dinamizam a economia local, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

Essas companhias operam na cadeia produtiva do minério de ferro, elemento encontrado em grande quantidade e qualidade na região. Muitos investimentos já foram feitos nas cidades que sediam essas empresas e há a previsão de novos aportes financeiros nos próximos anos, da ordem de 25 bilhões de reais. Devido à expansão dessas organizações, milhares de empregos estão sendo criados: 60 mil postos de trabalho durante a instalação (já em curso) e 82 mil empregos a partir do funcionamento, segundo dados do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP, 2012).

Essa expansão da atividade produtiva trará grandes desafios para as cidades que compõem a Região do Alto Paraopeba, como por exemplo, o aumento da oferta dos diversos serviços para o recebimento desses trabalhadores e suas famílias. Na esteira de um crescimento sem par da população, que poderá chegar a 500 mil pessoas em 2023, surgirão novas e importantes demandas por serviços públicos mais abrangentes e de boa qualidade.

Assim, a educação é um dos principais serviços que deverão ser expandidos a fim de atender os trabalhadores e suas famílias, gerando um aumento da necessidade de vagas em escolas e também de professores licenciados, bem como o aprimoramento das escolas já existentes.

Destaca-se o desafio da expansão na região do Alto Paraopeba nos próximos anos, o qual trará ameaças e oportunidades. Os órgãos públicos e as empresas deverão planejar suas ações estrategicamente e investir consistentemente na infraestrutura requerida por tamanho crescimento.

Nesse contexto, o Curso Licenciatura em Pedagogia do IFMG contribuirá com a formação de profissionais qualificados para os espaços escolares e não-escolares, para os órgãos públicos e para novas organizações com ou sem fins lucrativos, o que, indiscutivelmente, fortalecerá a região para enfrentar os desafios do futuro.

4.5. Objetivos do curso

4.5.1. Objetivo Geral

Formar sujeitos que atuem como docentes na Educação Básica e Profissional, gestores educacionais ou prestadores de serviços e apoio pedagógico, com capacidade de entender realidade para criticá-la e transformá-la.

4.5.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso também se baseiam no Art. 4º das Diretrizes Curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia, (2006) que prevê que as atividades docentes também compreendam participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, e englobem:

I - planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produzir e difundir o conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

4.6. Perfil profissional do egresso

O Art. 5º das Diretrizes Curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia (2006) trata do perfil do egresso e suas aptidões. Por conseguinte, o egresso do curso de pedagogia deverá estar apto a:

- I. atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

- II. compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III. fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do ensino fundamental, bem como, em nível médio nos termos compatíveis, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV. trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V. reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas do educando nas suas relações individuais e coletivas;
- VI. ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII. relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII. promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX. identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X. demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI. desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

- XII. participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII. participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV. realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV. utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XVI. estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;
- II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

O Instituto Federal Minas Gerais - *Campus* Ouro Branco, com o intuito de oferecer o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, analisou previamente o contexto sociocultural da região, conforme evidenciado anteriormente. Desta forma o projeto pedagógico foi

concebido sem que houvesse desprezo a fatores que estão enraizados e fazem parte da história, identidade e autonomia da população.

4.7. Áreas de Atuação

O percurso de formação do licenciado em Pedagogia objetiva qualificação para a atuação nas dimensões de docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na docência das disciplinas pedagógicas de formação em nível médio e Educação Especial, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos.

No tocante a gestão educacional, o curso irá proporcionar a construção de competências para o exercício com ênfase em supervisão e inspeção escolar, no entanto, em seu bojo estão inseridas outras funções, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação. Qualifica também para o trabalho em instituições não-escolares e não formais.

Trata-se de um profissional que não apenas reproduz conhecimentos e técnicas, mas de um profissional que deve incorporar ao longo de sua formação, habilidades, competências e saberes que promovam no ambiente educacional criatividade, cooperação, acessibilidade, inserção social, trabalho em equipe, expressão e comunicação, capacidade de gerir, tomar decisões, adquirir e produzir conhecimento.

O curso de Licenciatura do IFMG – *Campus* Ouro Branco acentua a formação do educador a partir do desenvolvimento da ética, da atitude ativa, reflexiva e investigativa sobre a teoria e prática que subsidiam a educação acerca dos conteúdos específicos de formação da área da educação, aplicados e/ou ensinados de forma inter, multi e transdisciplinar com os saberes pedagógicos, humanos e sociais.

4.8. Formas de Acesso ao Curso

O Curso Licenciatura em Pedagogia será ofertado àqueles que concluíram o ensino médio e o processo de seleção dar-se-á mediante critérios de classificação e aprovação definidos e divulgados, previamente, em edital próprio e no SISU (Sistema de Seleção Unificada do MEC).

Permanecendo vagas remanescentes será realizado processo de seleção para transferência interna entre cursos, para transferência externa de discente de outras instituições de ensino e para obtenção de novo título aos portadores de diploma de nível superior, mediante critérios de classificação e aprovação definidos e divulgados, previamente, em edital próprio.

4.9. Representação Gráfica de um Perfil de Formação

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Antropologia Cultural e Etnologia dos Costumes	História da Arte e Estética	Arte, Dramaturgia e Ludicidade	Educação e Cognição	Fund. Met. Ensino de Ciências da Natureza	Gestão Escolar	Psicologia Social	Educação, Questão Social e Políticas Públicas
História da Pedagogia	Filosofia da Educação	Sociologia da Educação	Sociologia dos Meios de Comunicação	Fund. Met. Ensino de Matemática	Pedagogia Social	Pedagogia e Welfare Social	Escola, Multiculturalismo e Diversidade
História da Educação	Currículo na Educação Básica	Pedagogia Especial e Inclusão	Alfabetização e Letramento	Fund. Met. Ensino de Língua Portuguesa	Princípios e Métodos da Supervisão, Inspeção e Orientação Pedagógica	Programas Governamentais na Educação (EJA/ E. Ambiental/ E. Quilombola e E. Rural)	Currículo, Transversalidade e Interdisciplinaridade
Filosofia e Métodos da Ciência	Metodologia Científica e dos Trabalhos Acadêmicos	Literatura Infanto Juvenil I	Literatura Infanto Juvenil II	Fund. Met. Ensino de História e Geografia	Optativa I	Optativa II	Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Fundamentos de Informática	Educação e Filosofia dos Laços Sociais	Psicologia da Idade da Vida – Infanto Juvenil	Didática Infanto Juvenil	Fund. Met. Ensino de Arte	Direito Institucional e Educacional	Estatística Aplicada a Educação	Educação e Tecnologias
Libras I	Libras II	Política e Organização da Educação	Libras III	Fund. Met. Ensino de Educação Física	Libras IV	APP- Projetos	Libras V
	Avaliação na ed. Básica	PCC- Pesquisa e Observação	PCC – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais	PPC - Laboratório de Ciência e Materiais	PPC - Planejamento e Gestão	PPC – Pesquisa e Observação	PPC – Pesquisa e Observação
		Atividades Teórico - Práticas	Atividades Teórico - Práticas	Atividades Teórico - Práticas	Atividades Teórico - Práticas	Atividades Teórico-Práticas	
				Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)	Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	Estágio Supervisionado III (Gestão Escolar)	Estágio Supervisionado V (Educação Não- Formal)
320h	320h	360h	360h	586h	448h	408h	684h

5. ESTRUTURA DO CURSO

5.1. Regime acadêmico e prazo de integralização curricular

O curso de Licenciatura em Pedagogia será ofertado na modalidade presencial, com regime de matrícula semestral, por créditos. A carga horária mínima do curso é de 3508 horas e deve ser concluído em no mínimo oito (08) semestres e máximo dezesseis (16) semestres. O curso funcionará no período noturno, com a oferta anual de 50 vagas.

5.2. Organização curricular

O curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do IFMG- *Campus* Ouro Branco foi estruturado prezando características fundamentais, que propiciam o desenvolvimento de todas as competências e habilidades requeridas na formação do egresso.

A matriz curricular contempla todos os temas que devem compor o perfil do curso. Na perspectiva legal, temos duas legislações que orientam nacionalmente a formação do pedagogo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96) e o Parecer que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia de 2005 (CNE/CP no 5/2005), as quais, curiosamente, evidenciam concepções diferenciadas para a formação do pedagogo e que, acrescidas dos Referenciais para a formação de professores e pelo Plano Nacional de Educação (que contém parte que trata exclusivamente da formação de professores), vão definindo os parâmetros para a educação e especificando a formação dos profissionais necessários a esta.

Em 1996, ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁸ que seguiu por caminhos tortuosos e conflitantes entre o Poder Instituído e o Movimento dos Educadores, acirrando os debates em torno da formação dos profissionais da educação.⁹

⁸ Para maior esclarecimento acerca da aprovação da LDB de 1996, recomendamos a leitura de Saviani, 1997 e 2000.

⁹ LDB de 1996 reforçou a dicotomia entre professores e especialistas e tirou dos cursos de Pedagogia e das Faculdades de Educação o lócus para a formação do professor para a Educação Infantil e para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Tendo em vista o que definiu a Lei 9394/96, em seu TÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO encontra-se:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Assim, a LDB organiza os profissionais da educação separando-os em função docente e não-docente para professores e especialistas (pedagogos), respectivamente, embora estabeleça que para os cargos de gestão haja a necessidade da experiência docente.

A partir dessa legislação, as entidades e estudiosos da área reavivam os debates acerca da formação dos profissionais da educação a fim de construir uma proposta para as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, já que seria essa legislação a que efetivamente ditaria qual a especificidade do pedagogo e assim a finalidade da formação no curso de Pedagogia.

A ANFOPE, juntamente com o FORUMDIR¹⁰, CEDES¹¹ e ANPEd¹², entregaram ao Conselho Nacional de Educação sua proposta para as Diretrizes que, se não foi aceita na

¹⁰ FORUMDIR – Fórum de Diretores das Faculdades / Centros de Educação das Universidades Públicas do Brasil.

¹¹ CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade.

íntegra, teve muitos de seus elementos integrados ao texto final, em especial a concepção de docência como base da formação do pedagogo. Segundo as Diretrizes,

Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. (...)

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e nas outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (CNE, 2005).

Dessa forma, com as Diretrizes, o curso de Pedagogia recuperou para si a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais, além das funções não docentes desse profissional, atendendo ao que os estudiosos da educação representados pela ANFOPE, FÓRUMDIR, ANPEd e CEDES vinham reivindicando.

O que queremos evidenciar, por outro lado, é a incoerência estabelecida entre essas duas legislações (LDB e Diretrizes), já que a primeira vai ao encontro de uma concepção que vê o pedagogo como especialista, frisando a separação entre o pedagogo/especialista do professor, enquanto a segunda elucida a concepção de pedagogo como profissional cuja tarefa não se limita à docência, mas cuja base está nela.

O interessante desse movimento legal acerca dos cursos de Pedagogia é que a LDB não alterou o rumo daqueles cursos de Pedagogia que vinham discutindo e implementando novas propostas curriculares, mesmo porque já explicitava que as determinações específicas viriam das Diretrizes para o curso. Já as Diretrizes forçam os cursos que ainda não atendem às especificações para o curso de Pedagogia, a elaborarem novo projeto político pedagógico, obedecendo ao que está contido na Resolução das Diretrizes no prazo máximo de 1(um) ano, a contar desde a data de publicação da Resolução. Isso torna a adequação e materialização de um bom curso um tanto quanto complexa, tendo em vista a não preparação das IES para o oferecimento de um curso nos moldes propostos.

¹² ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Possibilidade de inserção no mercado é ampla no tocante ao campo de atuação do profissional, mas sobretudo, de acordo com as novas disposições para o curso de Licenciatura em Pedagogia, estabelece como caráter prioritário à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e nas outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (CNE, 2005).

Por fim, a resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, trouxe novos contornos aos cursos de licenciatura, alterando significativamente a composição curricular, a partir de uma nova orientação política que privilegia a prática e a inserção no campo de trabalho do licenciando. Isto posto, temos a organização curricular a seguir.

5.3. Estrutura Curricular

Conforme prevê Art. 13 da Resolução nº 2 de 1 de julho de 2015:

“ os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando

também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV- 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.”

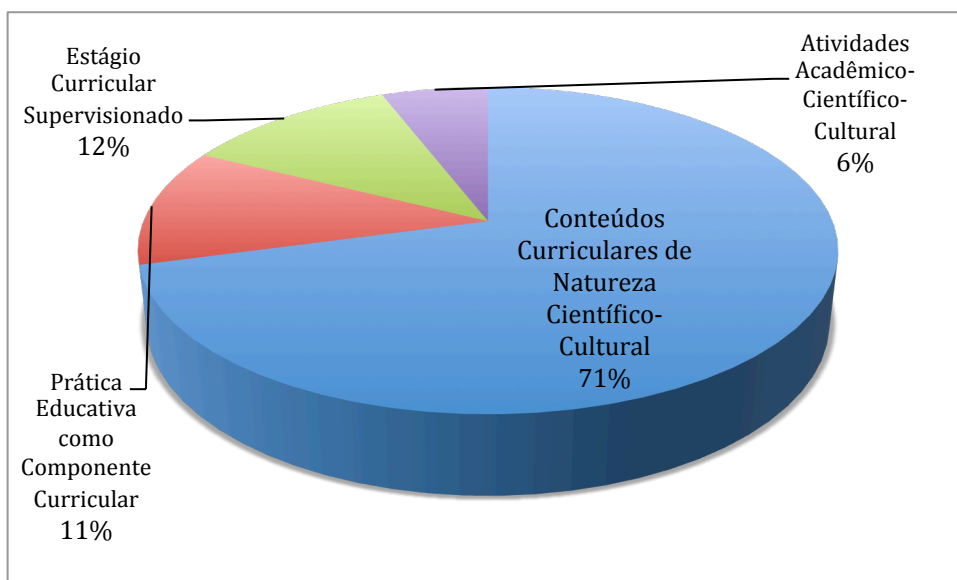
Assim, carga horária na matriz curricular foi distribuída do modo como descrito na TAB. 7 e GRAF. 2.

TABELA 7

Carga Horária da Matriz Curricular

Conteúdos Curriculares	CH
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural	2690
Prática Educativa como Componente Curricular	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural	240
Total Geral	3508

GRÁFICO 2 - Representação gráfica dos componentes curriculares



5.3.1. Matriz Curricular

A Tabela abaixo apresenta a estrutura curricular prevista para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, contendo a carga horária de cada unidade curricular e seus respectivos pré-requisitos, quando houver.

1º Período							
Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	Antropologia Cultural e Etnologia dos Costumes	48	-	-	-	48	
	História da Pedagogia	48	-	-	-	48	
	História da Educação	64	-	-	-	64	
	Filosofia e Métodos da Ciência	48	-	-	-	48	
	Fundamentos de Informática	48	-	-	-	48	
	Libras I	64	-	-	-	64	
	Total	320	-	-	-	320	

2º Período

Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	História da Arte e Estética	64	-	-	-	64	
	Avaliação na Educação Básica	32	-	-	-	32	
	Filosofia da Educação	32	-	-	-	32	
	Metodologia Científica e dos Trabalhos Acadêmicos	32	-	-	-	32	
	Educação e Filosofia dos Laços Sociais	32	-	-	-	32	
	Libras II	64	-	-	-	64	
	Currículo na Educação Básica	64	-	-	-	64	
	Total	320	-	-	-	320	

3º Período

Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	Sociologia da Educação	32	-	-	-	32	
	Psicologia da Idade da Vida – Infante Juvenil	48	-	-	-	48	
	Pedagogia Especial e Inclusão – Síndromes, Deficiências e Transtornos Infante Juvenis	48	-	-	-	48	
	Literatura Infante Juvenil I	48	-	-	-	48	
	Arte, Dramaturgia e Ludicidade	32	-	-	-	32	
	Política e Organização da Educação	48	-	-	-	48	
	Prática Componente Curricular – Pesquisa e Observação 1	-	64	-	-	64	
	Atividades Teórico-Práticas	-	-	40	-	40	
	Total	256	64	40	-	360	

4º Período

Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	Educação e Cognição	32	-	-	-	32	
	Alfabetização e Letramento	64	-	-	-	64	
	Didática Infanto Juvenil	64	-	-	-	64	
	Libras III	32	-	-	-	32	
	Sociologia dos Meios de Comunicação	32	-	-	-	32	
	Literatura Infanto Juvenil II	32	-	-	-	32	
	Prática Componente Curricular – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais	-	64	-	-	64	
	Atividades Teórico-Práticas	-	-	40	-	40	
	Total	256	64	40	-	360	

5º Período

Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	Fundamentos Metodológicos de Ensino de Ciências da Natureza	32	20	-	-	52	
	Fundamentos Metodológicos de Ensino de Matemática	48	20	-	-	68	
	Fundamentos Metodológicos de Ensino de Língua Portuguesa	48	20	-	-	68	
	Fundamentos Metodológicos de Ensino de História e Geografia	32	20	-	-	52	
	Fundamentos Metodológicos de Ensino de Arte	32	20	-	-	52	
	Fundamentos Metodológicos de Ensino de Educação Física	32	20	-	-	52	

	Prática Componente Curricular – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais	-	64	-	-	64	
	Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)	32	-	-	88	120	
	Atividades Teórico-Práticas	-	-	40	-	40	
	Total	256	184	40	88	568	

6º Período

Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	Gestão Escolar	32	-	-	-	32	
	Pedagogia Social	32	-	-	-	32	
	Princípios e Métodos da Supervisão, Inspeção e Orientação pedagógica	64	-	-	-	64	
	Libras IV	32	-	-	-	32	
	Direito Institucional e Educacional	32	-	-	-	32	
	Optativa I	32	-	-	-	32	
	Prática Componente Curricular – Planejamento e Gestão	-	64	-	-	64	
	Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Normal)	32	-	-	88	120	
	Atividades Teórico-Práticas	-	-	40	-	40	
	Total	256	64	40	88	448	

7º Período

Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	Psicologia Social	32	-	-	-	32	
	Pedagogia e Welfare Social	48	-	-	-	48	

	Programas Governamentais na Educação (EJA/ E. Ambiental/ Educação Quilombola e Educação No Campo)	32	-	-	-	32	
	APP- Projetos	48	-	-	-	48	
	Estatística Aplicada à Educação	32	-	-	-	32	
	Optativa II	32	-	-	-	32	
	Prática Componente Curricular – Pesquisa e Observação 2	-	64	-	-	64	
	Estágio Supervisionado III (Gestão Escolar)	32	-	-	48	80	
	Atividades Teórico-Práticas	-	-	40	-	40	
	Total	256	64	40	48	408	

8º Período

Código	Disciplina	CHT	CHP	A.T.P.	E. S.	CH total	Pré-requisitos / Correquisitos
	Educação, Questão Social e Políticas Públicas	32	-	-	-	32	
	Escola, Multiculturalismo e Diversidade	32	-	-	-	32	
	Currículo, Transversalidade e Interdisciplinaridade	32	-	-	-	32	
	Libras V	32	-	-	-	32	
	Educação e Tecnologias	32	-	-	-	32	
	Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	64	300	-	-	364	
	Prática Componente Curricular – Pesquisa e Observação 3	-	80	-	-	80	
	Estágio Supervisionado IV (Educação Não-Formal e Educação de Jovens e Adultos)	32	-	-	48	80	
	Atividades Teórico-Práticas	-	-	40	-	40	

	Total	256	380	40	48	724	
--	--------------	------------	------------	-----------	-----------	------------	--

Carga horária dos conteúdos curriculares : 2696h

Estágio Supervisionado: 400h

Prática Componente Curricular: 400h

Atividades Acadêmico-Científico-Cultural: 240h

Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso: 300h

Carga Horária Total do Curso (relógio): 3508h

Esclarece-se que a hora-aula adotada no *Campus* é de 50 minutos, portanto, utilizou-se o seguinte cálculo de equivalência:

- 32 horas = 2 aulas/semana = 40 horas-aula/semestre;
- 64 horas = 4 aulas/semana = 80 horas-aula/semestre.

A seguir, apresenta-se a relação das disciplinas e as respectivas ligações aos núcleos de formação

Núcleo de estudos básicos	Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos	Núcleo de estudos integradores
Antropologia Cultural e Etnologia dos Costumes	Filosofia e Métodos da Ciência	Fundamentos de Informática
História da Pedagogia	Metodologia Científica e dos Trabalhos Acadêmicos	Prática Componente Curricular – Pesquisa e Observação 1
História da Educação	Avaliação na Educação Básica	Prática Componente Curricular – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais
Libras I	Currículo na Educação Básica	Prática Componente Curricular – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais
História da Arte e Estética	Pedagogia Especial e Inclusão – Síndromes, Deficiências e Transtornos Infante Juvenil	Prática Componente Curricular – Planejamento e Gestão
Filosofia da Educação	Literatura Infante Juvenil I	Atividades Teórico- Práticas
Educação e Filosofia dos Laços Sociais	Arte, Dramaturgia e Ludicidade	APP- Projetos
Libras II	Sociologia dos Meios de Comunicação	Prática Componente Curricular – Pesquisa e Observação 2
Sociologia da Educação	Gestão Escolar	Educação e Tecnologias
Psicologia da Idade da Vida – Infante Juvenil	Pedagogia Social	Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Política e Organização da Educação	Princípios e Métodos da Supervisão, Inspeção e Orientação pedagógica	Prática Componente Curricular – Pesquisa e Observação 3
Educação e Cognição	Direito Institucional e Educacional	
Alfabetização e Letramento	Pedagogia e Welfare Social	
Didática Infanto Juvenil	Programas Governamentais na Educação (EJA/ E. Ambiental/ Educação Quilombola e Educação No Campo)	
Libras III	Estatística Aplicada à Educação	
Literatura Infanto Juvenil II	Educação, Questão Social e Políticas Públicas	
Fundamentos Metodológicos de Ensino de Ciências da Natureza	Escola, Multiculturalismo e Diversidade	
Fundamentos Metodológicos de Ensino de Matemática	Currículo, Transversalidade e Interdisciplinaridade	
Fundamentos Metodológicos de Ensino de Língua Portuguesa		
Fundamentos Metodológicos de Ensino de História e Geografia		
Fundamentos Metodológicos de Ensino de Arte		
Fundamentos Metodológicos de Ensino de Educação Física		
Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)		
Libras IV		
Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Normal)		
Psicologia Social		
Estágio Supervisionado III (Gestão Escolar)		
Libras V		
Estágio Supervisionado IV (Educação Não- Formal e Educação de Jovens e Adultos)		

5.3.2. Tratamento dos Conteúdos: Libras; Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Educação Ambiental e Direitos Humanos.

A definição da área e disciplinas ofertadas em cada Período são indicadas pelo NDE e definidas pelo Colegiado de Curso, de acordo com a disponibilidade docente e capacitação profissional. Assim, temos:

Libras:

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia ao oferecer as disciplinas “Libras”, atende ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e ao Decreto nº 5.296/2004, que trata sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais.

O curso de Licenciatura em Pedagogia inclui o ensino de Libras como disciplina curricular obrigatória. Esta disciplina é ofertada em vários Períodos do curso. A inclusão desta disciplina, além de cumprir uma exigência legal, regulamentada pelo decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, coaduna com os objetivos da formação docente, expressos neste projeto, relacionados aos processos de inclusão social e acessibilidade

Políticas de educação ambiental

Para atender ao disposto na Resolução CP/CNE/MEC nº 2, de 15 de junho de 2012, o tema Educação Ambiental é tratado de forma transversal, com abordagem de temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental em: palestras e oficinas em eventos acadêmicos (Semana de Ciência e Tecnologia, Semana da Pedagogia, e outros), projetos de extensão do *Campus*, atividades contempladas nas unidades curriculares e unidades curriculares.

Objetivamente, de acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, o *Campus* promoverá atividades que contemplam as diversas políticas e procedimentos de educação ambiental. Tais atividades serão realizadas de forma transversal e de modo a contemplar as diversas perspectivas da questão ambiental vivenciadas em termos mundiais.

Para esta proposta serão construídas as seguintes formas de trabalho de modo transversal e interdisciplinar:

- criação de um projeto contínuo de palestras a serem ministradas para todos os cursos de graduação no *Campus*;
- trabalhos interdisciplinares, cujo eixo temático irá versar sobre o tema;
- exploração de ambientes, espaços, textos e vivências complementares aos conteúdos acerca da responsabilidade docente quanto à educação ambiental frente à tecnociência.

Todo início de semestre o coordenador deverá realizar reuniões com o corpo docente e definir formas e estratégias de interdisciplinaridade. Ficará a cargo do docente a elaboração de relatório do modo como trabalhará, de forma interdisciplinar e transversal, a questão da educação ambiental.

Aliado a esta intenção de trabalho, o curso realizará parcerias com entidades regionais que abordam a temática, que promovem ações em prol do meio ambiente e sua conservação. Ainda sobre esta temática, pretende-se implantar um projeto de extensão sobre lixo eletrônico, como o envolvimento de docentes e discentes.

Os coordenadores dos cursos superiores se reunirão, no início de semestre, para elaboração do cronograma e indicação de profissionais especializados para realização de palestras.

Desse modo, pretende-se, de acordo com o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, promover a educação ambiental como parte de um processo mais amplo de educação e de forma integrada às políticas educacionais, aos diversos saberes e perspectivas de modo contínuo nos cursos de graduação.

No que tange à Matriz Curricular do curso, as disciplinas Prática Componente Curricular – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais, Fundamentos Metodológicos do Ensino de Ciências da Natureza e Currículo, Transversalidade e Interdisciplinaridade tratarão de questões ligadas à Educação Ambiental.

Educação em Direitos Humanos

De forma semelhante, o atendimento ao disposto na Resolução CP/CNE/MEC nº 1, de 30 de maio de 2012, o tema Educação em Direitos Humanos é tratado de forma transversal em: palestras e oficinas em eventos acadêmicos (Semana de Ciência e Tecnologia, Semana do Pedagogo, e outros), projetos de extensão do *Campus* e em conteúdos e atividades contempladas nas unidades curriculares.

O tema Educação em Direitos Humanos será trabalhado através da transversalidade e interdisciplinaridade. De forma disciplinar, o tema será tratado em disciplinas como: Política e Organização da Educação, Filosofia da Educação e Pedagogia Especial e Inclusão – Síndromes, Deficiências e Transtornos Infante Juvenis. De acordo com a Resolução CP/CNE 01, de 30 de maio de 2012, estas disciplinas desenvolverão, de acordo com a especificidade de cada uma, a partir dos princípios prescritos conteúdos específicos acerca da dignidade,

igualdade, valorização das diferenças e diversidades, democracia educacional, percepção global e transversal e sustentabilidade.

De forma transversal, a intenção é relacionar a temática Educação em Direitos Humanos com os diversos projetos institucionais e com outros temas desenvolvidos como eixos temáticos, como por exemplo, a Educação Ambiental e a Educação das Relações Étnico-raciais, Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Em atendimento a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, os temas Relações Étnico-Raciais, História, Cultura Afro-brasileira e Africana serão tratados nas diversas disciplinas do curso. A proposta será desenvolvida sobretudo em disciplinas como História da Educação, Sociologia da Educação, Antropologia Cultural e Etnologia dos Costumes. Além disso, são temas apresentados e discutidos em diversos projetos e eventos do *Campus* como: Semana de Ciência e Tecnologia, Semana do Pedagogo, palestras, projetos dentro de disciplinas e mostras culturais.

A intenção é discutir e problematizar questões étnico-raciais, culturais e indígenas através do entendimento da construção histórica-social-cultural dos estereótipos de das diferenças. Pretende-se estimular a construção de projetos e de percepção contemporânea das diversidades, das desigualdades e das políticas públicas que promovem a equidade e procuram combater o preconceito através de atos legais, de conscientização e através da educação.

5.3.3 Ementas e Bibliografia – Curso Pedagogia

1º Período

Disciplina: Antropologia Cultural e Etnologia dos Costumes

CHT:48h

Ementa: Introdução aos estudos antropológicos. Etnologia dos costumes. Cultura e sociedade. Uma visão sobre a cultura local e a relação com a educação.

Bibliografia Básica:

- 1- ANDRÉ, M. Tendências atuais da pesquisa na escola. In: **Caderno CEDES**. Campinas, nº 18(43), dezembro, 1997.
- 2- BRANDÃO, C.R. **A educação como cultura**. Brasiliense, 1986.
- 3- DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** RJ: Rocco, 1991.

Bibliografia Complementar:

- 1 - DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- 2 - DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: 2001.
- 3 - LARAIA, R. de B. Como opera a cultura. In: **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- 4 - OLIVEIRA, R.C. de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15: UNESP, 2000.
- 5 - VELHO, G. **Observando o familiar**. In: Individualismo e cultura - notas para uma antropologia d sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Disciplina: História da Pedagogia

CHT48H

Ementa: A educação sob a ótica dos Pedagogos durante a história. A afirmação da escola como instituição social no mundo ocidental. Principais pedagogos e suas contribuições teóricas para o campo das teorias pedagógicas.

Bibliografia Básica:

- 1 - CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Ed. Unesp, São Paulo, 1999.
- 2 - GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. SP: Ed. Ática, 1993.
- 3 - ARANHA, Maria L. de Arruda. 3.ed. **História da Educação**. SP: Ed. Moderna, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1 – PLANCHARD, Émile. **Introdução à Pedagogia**. Coimbra, Coimbra Editora, 1979.

2 - LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

3 - CARVALHO, Adalberto Dias de. **Epistemologia das Ciências da Educação**. Porto: Afrontamento, 1988.

4 - CARRASCO, Joaquín García. (As Ciências da Educação). **Pedagogos para quê?**. Porto: Brasília Editora, 1987.

5 - HUBERT, René. **História da Pedagogia**. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

Disciplina: História da Educação

CHT: 64h

Ementa: História e produção de conhecimento. História dos movimentos na educação geral e no Brasil. Evolução dos sistemas de ensino e de suas legislações no Brasil e no mundo. O processo de construção da escolar pública no Brasil. A educação no Brasil no século XX.

Bibliografia Básica:

1 - LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. Editora Mestre Jou, S. Paulo, 1970.

2 – SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2003.

3 – CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Ed. Unesp, São Paulo, 1999.

Bibliografia Complementar:

1 - JAEGER, Werner. **Paideia: a Formação do Homem Grego**. Editora Aster, Lisboa, 1979.

2 - ARAÚJO, J.C.S. e GATTI JR, D. **Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados, Uberlândia: EdUFU, 2002.

3- PLANCHARD, Émile. **Introdução à Pedagogia**. Coimbra, Coimbra Editora, 1979.

4 - LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

5 - BORGES, V.P. **O que é história**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Disciplina: Filosofia e Métodos da Ciência

CHT: 48h

Ementa: Surgimento da Ciência. Diferentes concepções de ciência na história. Ciência: epistemologia e metodologias modernas. Ciência, epistemologia e a ética. Ciência, epistemologia e a sociedade.

Bibliografia Básica:

- 1 - CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- 2 - COLLINS, H.; PINCH, T. **O Golem à solta: O que você deveria saber sobre tecnologia.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2009.
- 3 - COLLINS, H; PINCH, T. **O Golem: O que você deveria saber sobre ciência.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2000.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- 2 - ANDEREY, M. Amália. **Para compreender a ciência.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- 3 - KUHN, T. **Estruturas das evoluções científicas.** Chicago: Universidade de Chicago, 1970.
- 4 - FEYERABEND, P. **Contra o método: linhas para a teoria anárquica do conhecimento.** Londres: New Left Books, 1975.
- 5 - GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia.** A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Disciplina: Fundamentos de informática

CHT: 48h

Ementa: Noções básicas de informática. Uso de word: formatação de trabalhos, utilização de ferramentas. Uso básico do excel: trabalho com dados, tabelas e fórmulas, utilização das ferramentas do excel. Uso do Powerpoint: formatação e ferramentas. Uso de programas para formatação de imagens: paint, photoshop, illustrator. Utilização de Adobe e suas ferramentas.

Bibliografia Básica:

- 1 - BERGONSO, Carlos Alberto T. **Minidicionário de Informática.** Editora: Edelbra.
- 2 - MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel. **Estudo Dirigido de Informática Básica.** 7ª edição atualizada, revista e ampliada. Ed.: Érica, 2007.

3 - MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel. **Internet** – Guia de Orientação. 1ª edição. Ed.: Érica, 2010

Bibliografia Complementar:

1 - CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

2 - ALMEIDA, M E de. **Informática e formação de professores**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

3 - BORGES NETO, H. **Uma classificação sobre a utilização do computador pela escola**. Revista Educação em Debate, ano 21, v. 1, n. 27, p. 135-138, Fortaleza, 1999.

4 - FERREIRA, A. L. D. **Informática educativa na educação infantil: Riscos e Benefícios**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-UFC, 2000. Monografia (Especialização em Informática Educativa).

5 - VALENTE, J. A. **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. Campinas: UNICAMP. 1993.

Disciplina: Libras I

CHT: 64h

Ementa: Políticas públicas de Inclusão: Documentos Nacionais e Internacionais. Conhecendo as implicações da surdez: O processo da audição; A surdez ao longo da história; Evolução histórica da Educação de Surdos no Brasil; A linguagem e a surdez; A surdez: graus e classificações. As identidades surdas. Surdez e a linguagem. Introdução à Língua de Sinais.

Bibliografia Básica:

1 - BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

2 - HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

3 - HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

Bibliografia Complementar:

- 1 - HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.
- 2 - NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos**: educação, direito e cidadania. Rio de Janeiro: WAK, 2010.
- 3 - ALMEIDA, K; SANTOS, T. M. M. Seleção e adaptação de próteses auditivas em crianças. In: ALMEIDA K, IORIO MCM. **Próteses auditivas**: fundamentos teóricos e aplicações clínicas. São Paulo: Lovise; 2003. p.357-80.
- 4 - BERNARDINO, Elidéa Lúcia. **Absurdo ou lógico?** Os surdos e sua produção linguística. Belo Horizonte: Profetizando vida, 2000.
- 5 - BRASIL/SENAI. Departamento Nacional. **Capacitação dos docentes do SENAI para comunicação em LIBRAS com alunos surdos**. Brasília, 2002. (Gente Especial fazendo um SENAI especial).

2º Período

Disciplina: História da Arte e da Estética

CHT: 64h

Ementa: Conceito de Arte e Estética. Arte nas sociedades agrárias. O desenvolvimento das artes nas cidades. Orientais e Ocidentais: Mesopotâmia, Grécia e Roma. A arte no período Medieval: do Românico ao Gótico. As formas de arte renascentistas: na França e na Itália e na emergência da arte crítica nos países baixos (Holanda). A indústria cultural: as artes na formação do mundo globalizado. Movimentos artísticos brasileiros.

Bibliografia Básica:

- 1 - CAVALCANTI, Carlos. **História da arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- 2 - ANDRADE, Mário de. **A arte religiosa no Brasil**. São Paulo: Experimento, 1993.
- 3 - JANSON, H. W. **Iniciação à história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. [

Bibliografia Complementar:

- 1 - ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- 2 - ÁVILA, Affonso; CONTIGO, João Marcos et alli. **Barroco mineiro**: glossário de arquitetura e ornamento. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1979.
- 3 - BAUMGART, Fritz. **Breve história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

4 - CHIPPE, H. B. **Teorias da arte moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

5 - COSTELLA, A. F. **Para apreciar a arte**. São Paulo: editora SENAC.

Disciplina: Avaliação na Educação Básica

CHT:32h

Ementa: Conceito de Avaliação e processos avaliativos na história da escola. As medidas em Educação e os tipos de avaliação da aprendizagem. Avaliação da aprendizagem em escolas inovadoras e no cotidiano escolar.

Bibliografia Básica:

1 - LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

2 - ANDRE, M. **Novas práticas de avaliação e a escrita do diário**: atendimento às diferenças? In: *Pedagogia das diferenças na sala de aula*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

3 – PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed. 2000

Bibliografia Complementar:

1 - SILVA, C. S. **Medidas e Avaliação da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

2 – MACEDO, L. **Ensaio Construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

3 - LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. (Coord.). **Avaliação na escola de 1º grau**: uma análise sociológica. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

4 – BONDIOLI, A. & BECCHI, E. **Avaliando a Pré-Escola**. São Paulo: Editores Associados. 2003.

5 – PACHECO, M. F. & PACHECO, J. **A avaliação da aprendizagem na escola da ponte**. Lisboa: Wak. 2011.

Disciplina: Filosofia da Educação

CHT: 32h

Ementa: Filosofia e filosofia da educação. Pensamento educacional grego, patrística e escolástica. Empirismo, racionalismo, criticismo e idealismo e suas relações com a educação.

Bibliografia Básica:

1 - BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. SP: Editora Brasiliense, 1981.

- 2 - CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.
- 3 - GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2001.

Bibliografia Complementar:

- 1 – KECHIKIAN, A. **Os filósofos e a educação**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- 2 - PLATÃO. **A República**. (Tradução de Carlos Alberto Nunes). 3.ed. Belém: EDUFPA, 2000.
- 3 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- 4 - AGOSTINHO, Santo. **Confissões/De Magistro (Do Mestre)**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- 5 - KANT, Immanuel. **Pedagogia**. Piracicaba: Unicamp, 1996.

Disciplina: Metodologia Científica e dos Trabalhos Científicos

CHT: 32h

Ementa: Concepção de ciência. Pesquisa em educação. Processo de trabalho científico.

Bibliografia Básica:

- 1 - FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- 2 - GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Ed., 2002.
- 3 - LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar:

- 1 - LÜDKE, M; ANDRÉ, Marli Elisa D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.
- 2 - MAY, Tim. **Pesquisa social: Questões, métodos e processos**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- 3 - MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

4 - MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa: iniciação**. 2.ed. Brasília: Líber livros Editora, 2006.

5 - SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: plano Ed., 2002.

Disciplina: Educação e Filosofia dos laços sociais

CHT: 32h

Ementa: Investigação dos laços sociais na contemporaneidade, dos círculos de relacionamentos, da conduta humana, nos aspectos morais e éticos, e a projeção na educação.

Bibliografia Básica:

1 -BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahaar. 2014

2-BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed. Zahaar. 2014

3-BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna** (*Postmodern Ethics*). Cambridge, MA: Basil Blackwell. Rio de Janeiro: Ed. Zahaar. 2014

Bibliografia Complementar:

1-LE RIDER, J. **Em torno do mal estar na cultura, de Freud**. São Paulo, Ed. Escuta. 2002

2-ROSA, M. D. ; POLI, M.C. . **Experiência e linguagem como estratégias de resistência. Psicologia e Sociedade** (Impresso), v. 21, p. 5-12, 2009.

3-ZIZEK, S. (1996) Zizek, S., **O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan**, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1991.

Disciplina: Libras II

CH:64h

Ementa: Introdução à Linguística: Línguas naturais e língua de sinais brasileira. Língua portuguesa e LIBRAS: Bilinguismo. Categorias gramaticais em LIBRAS.

Bibliografia Básica:

1 - G.; CAGLIARI, L. e. Fonética. In: MUSSALIM, E; BENTES, A. e. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. v.1, p.105-46.

2 - FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro/UFRJ, 1995.

3 - DUARTE, Anderson Simão; PADILHA, Simone de Jesus. **Relações entre língua de sinais e língua portuguesa em materiais didáticos: a notação pelos números semânticos**. REVEL, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/d23257faea13decda650628084ff88c0.pdf>

Bibliografia Complementar:

1 - BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

2 - HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

3 - CALLOU, D.; LEITE, Y. **Iniciação à fonética e fonologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. (Coleção Letras.). Disponível em: portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/libras_i_1330350583.pdf

4 - KLIMSA, Bernardo Luís Torres; KLIMSA, Severina Batista de Farias. **LIBRAS II**. 2011.

5 - LIMA, Daisy Maria Collet de Araújo et al. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. 4 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Disciplina: Currículo na Educação Básica

CHT:64h

Ementa: Conceito de currículo. História crítica do currículo. Currículo e temas atuais na escola.

Bibliografia Básica:

1 - ALVES, Nilda (org). **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002. (Série cultura, memória e currículo, v. 1).

2 - RESENHA. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

3 - CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, n° 2, 1990, p. 177-229.

Bibliografia Complementar:

1 - SILVA, C. S. **Medidas e Avaliação da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

2 - LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

3 - LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. (Coord.). **Avaliação na escola de 1º grau**: uma análise sociológica. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

4 - ANDRE, M. **Novas práticas de avaliação e a escrita do diário**: atendimento às diferenças? In: Pedagogia das diferenças na sala de aula. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

5 - BERNSTEIN, B. S. **A estruturação do discurso pedagógico** - classe, código e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

3º Período

Disciplina: Sociologia da Educação

CHT:32h

Ementa: A formação do pensamento sociológico. Sociologia de Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e Gramsci. Novas tendências no pensamento sociológico e a educação.

Bibliografia Básica:

1 – DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 10.ed. SP: Nacional, 1982.

2 – MARTINS, C. M. **O que é sociologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

3 – MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Textos, v. III. Edições Sociais, s/d.

Bibliografia Complementar:

1 – BOTTOMORE, T. B. **Introdução à Sociologia**. 9.ed. Rio de Janeiro, 1987.

2 – CASTRO, Ana M.; DIAS, Edmundo F. **Introdução ao pensamento sociológico**. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974.

3 – COHN, Gabriel. **Weber**. Sp: Ed. Ática, 1986.

4 – GRESLE, F. & CUIN, C. **História da Sociologia**. SP: Ensaio, 1994.

5 – FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.

Disciplina: Psicologia da Vida Infanto-Juvenil

CHT:48h

Ementa: Noções da psicologia do desenvolvimento: conceitos e aspectos centrais. O desenvolvimento pré-natal, recém-nascido, primeira infância, na segunda infância e na terceira infância: aspectos psicológicos, físicos, motores, cognitivos e sociais.

Bibliografia Básica:

- 1 - ERIKSON, Eric H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- 2 - ERIKSON, Eric. H. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- 3 - PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Bibliografia Complementar:

- 1 - DOLTO, F. **As etapas decisivas da infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- 2 - PIAGET, Jean. **A representação do mundo na criança**. Aparecida: Ideias & Letras, 2005.
- 3 - PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1994.
- 4 - VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- 5 - VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Disciplina: Pedagogia Especial e Inclusão – Síndromes, Deficiências e Transtornos Infanto-juvenis

CHT:48h

Ementa: Perspectiva histórica, social e psicológica da educação especial. Caracterização das necessidades educativas especiais. Modalidades e níveis de atendimento educacional às pessoas portadoras de necessidades especiais. Intervenção escolar, relação família-escola, limites e áreas de atuação escolar.

Bibliografia Básica:

- 1 - AMIRALIAN, M.L.T.M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.
- 2 - BEYER, H. O. **Educação inclusiva ou integração escolar?** Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas.
- 3 - GARCIA, R. M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 12, n.3, Marília; ABPEE/FFC-Unesp, 2006, p. 2999-316.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- 2 - GOFFMAN, Erving. **Estigma** - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- 3 - MINAS GERAIS. **Orientação SD nº 1/2005**. Orienta o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas.
- 4 - BAUMEL, R.C.R.; SEMEGHINI, I. (org.). **Integrar - incluir**: desafio a escola atual, São Paulo; FEUSP, 1998.
- 5 - BOSSA, N.A.; OLIVEIRA, V.B. **Avaliação psicopedagógica da criança de 7 a 11 anos**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Disciplina: Literatura Infanto-juvenil

CHT:48h

Ementa: Literatura e desenvolvimento da criança. Perspectiva histórica dos contos de fada. Literatura: Ludicidade, ensino e socialização. Diferentes abordagens metodológicas na Literatura infantil.

Bibliografia Básica:

- 1 - ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.
- 2 - FERNANDES, M.T. O. S. **Trabalhando com os gêneros do discurso**. Narrar: fábula/ coleção Jacqueline Peixoto Barbosa. São Paulo: FTD, 2001 – (Coleção trabalhando com os gêneros de discurso).
- 3 - VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler**: formando leitores para a vida inteira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

Bibliografia Complementar:

- 1- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fada**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- 2- COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil: história, teoria, análise**. 3. ed. São Paulo: Quíron, 1984.
- 3- COELHO, Beth. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 2001.
- 4- FRITZEN, Celdon; CABRAL, Gladir da Silva (Org.). **Infância: Imaginação e Infância em debate**. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção Ágere).
- 5- GÓES, Lucia Pimentel. **Introdução à literatura infantil e juvenil**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

Disciplina: Arte, Dramaturgia e Ludicidade

CHT:32h

Ementa: Perspectivas conceituais de arte, dramaturgia e ludicidade. Linhas de atuação e filosofias dramáticas: diferentes abordagens metodológicas no processo ensino-aprendizagem da dramaticidade e ludicidade. Infância: Desafiando os padrões de estética e se entregando à arte. Arte para todos: desenvolvendo expressão corporal e diversas expressões artísticas.

Bibliografia Básica:

- 1 - BENJAMIN, Walter. **Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.
- 2 - DEBORTOLI, J. A.. **Com olhos de crianças: a ludicidade como dimensão fundamental da construção da linguagem e da formação humana**. Licere: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação, 2(1), 105-117, 1999.
- 3 - FISCHER, E. **A necessidade da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Bibliografia complementar:

- 1 - HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1990. 2.ed.
- 2 - LABAN, R. **Domínio do Movimento**. Ed. organizada por Lisa Ullman. São Paulo: Summus, 1978.

3 - LOWENFELD, V. **A criança e sua arte** - um guia para os pais. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

4 - SLADE, Peter. **O Jogo Dramático Infantil**. (Tradução de Tatiana Belinky). São Paulo: Summus, 1978.

5 - SPOLIN, V. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Disciplina: Política e Organização da Educação

CHT:48h

Ementa: Política educacional: apontamentos históricos da relação estado X sociedade civil X educação. O papel do estado nas políticas educacionais. Estado e globalização: reflexões acerca da constituição das políticas educacionais. Financiamento na educação e os Organismos internacionais: influências na educação brasileira.

Bibliografia Básica:

1 - GENTILI, Pablo A. A. e outros. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**, Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

2 - MELCHIOR, J. C. de A. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1997.

3 - NOSELLA, Paulo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000, pp.31-80.

Bibliografia Complementar:

1 - NEY, A. **Política Educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak. 2008.

2 - OLIVEIRA, R. **Agências Multilaterais e a Educação Profissional Brasileira**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006.

3 - OLIVEIRA, R. P. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

4 - PERONI, V. **Política Educacional e Papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

5 - SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

Disciplina PCC (Pesquisa e Observação) 1

CHP: 64h

Eixo 1 – Visão Geral da Escola e da Educação Brasileira

Ementa: Conhecer a realidade escolar brasileira de uma forma mais geral, como um investigador, à luz de indagações pessoais e, ao mesmo tempo, à luz da teoria educacional.

Metodologia: A partir de grupos de estudos teórico-práticos sobre diversas temáticas gerais em educação, os estudantes deverão formular um plano de investigação e de estudos a cerca de temáticas de cunho mais geral em educação, a fim de exercitarem um olhar mais aproximado da realidade escolar.

Levantar alguns questionamentos como: Existem pontos no funcionamento da escola que eu não compreendo? Como posso exercitar o meu olhar a enxergar através dos fatos, dos tempos, dos espaços e compreender realmente o funcionamento da escola e da educação brasileira?

Bibliografia Básica:

1 - OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 220 pp. 1998.

2 – VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 6, p. 68-96, 1996.

3 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, n.20 (col. primeiros passos).

Bibliografia Complementar:

1 - CHIRALDELLI JR., Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, n.193 (col. primeiros passos).

2- ALVES, RUBEM. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2004.

3 – ALVES, RUBEM. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 11ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

4 – FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

5 – FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

4º Período

Disciplina: Educação e Cognição

CHT:32h

Ementa: Diferentes abordagens da psicologia cognitiva. O papel da Psicologia Cognitiva no contexto escolar. Teorias de aprendizagem desenvolvimento humano nas dimensões afetiva, sócio-cultural e cognitiva : Epistemologia Genética ; Psicologia Sociocultural ; Abordagens Neopiagetianas. Estado atual do conhecimento sobre o fenômeno da cognição humana.

Bibliografia Básica:

1-PIAGET, J. **Seis estudos em Psicologia**. Rio de Janeiro : Forense Universitária. 1999.

2-PLAISANCE, E. & VERGNAUD, G. **As Ciências da Educação**. São Paulo : Loyola. 2003.

3-SALVADOR, C. C. et all. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre : Artmed. 1999.

4-VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia Complementar:

1-CASTORINA, J. A. et all. **Piaget-Vygotsky: Novas Contribuições para o Debate**. São Paulo : Ática. 2001.

2-PIAGET, J. & INHELDER, B. **A Psicologia da Criança**. Lisboa: Moraes. 1979.

3-VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

Disciplina: Alfabetização e Letramento

CHT:64h

Ementa: História da Alfabetização e Letramento. Relevância do processo de alfabetização nas sociedades. Aquisição da escrita. Métodos e abordagens no processo de alfabetização. Dificuldades no processo de alfabetização: práticas de ensino e de acompanhamento do desenvolvimento. Ambiente alfabetizador.

Bibliografia Básica:

- 1 - FERNANDES, Maria. **Os segredos da alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2008.
- 2 - FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- 3 - SOARES, Magda. **Linguagem e escola: Uma perspectiva social**. 17ª ed. São Paulo, Ática, 2002.

Bibliografia Complementar:

- 1 - GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- 2 - _____. **A escrita infantil**. São Paulo, Cortez, 2008.
- 3 - SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- 4 - TEBEROSKY, A. **Aprendendo a escrever - perspectivas psicológicas e implicações educacionais**. São Paulo: Ática, 1995.
- 5 - ZUNINO, Délia Lerner e PIZANI, Alice. **A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a proposta construtivista na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

Disciplina: Didática Infanto-Juvenil

CHT:64h

Ementa: A trajetória histórica da Didática: diferentes concepções ao longo do tempo. O papel da Didática na formação do Profissional. Evolução das ideias pedagógicas no Brasil. A sala de aula e o Processo Ensino Aprendizagem. Diferentes concepções sobre Ensinar e Aprender. Trabalhando com Projetos. Acessando a linguagem infantil e juvenil.

Bibliografia Básica:

- 1 - ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, Maria Rita. **Alternativas no ensino da Didática**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- 2 - ALVES, Nilda, GARCIA, Regina Leite. (orgs.) **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- 3 - CANDAU, Vera (org.) **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ALVES, Rubem. **Rumo a uma Nova Didática**. Editora Petrópolis, Vozes, 1993.
- 2 - VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Repensando a didática**. São Paulo: Papirus, 1991.
- 3 - LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Editora Contexto. São Paulo, 2006.
- 4 – SOUSA, Sônia M. G. **Infância e Adolescência: múltiplos olhares**. Goiânia: Editora UCG. 2003.
- 5 – WOOD, David. **Como as crianças pensam e aprendem**. RJ: Martins Fontes. 1996.

Disciplina: Libras III

CHT:32h

Ementa: Organização fonológica das línguas de sinais. Sequencialidade das línguas de sinais. Morfologia das línguas de sinais. Sintaxe espacial. Verbos, formação de frases e de interrogativas. Escrita de sinais. Desenvolvimento linguístico na Educação Infantil.

Bibliografia Básica:

- 1 – FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
- 2 - QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.
- 3 - XAVIER, André Nogueira. **Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua de sinais brasileira (LIBRAS)**. São Paulo: USP, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1 - GESSER, Audrei. **Metodologia do ensino em LIBRAS como L2**. Florianópolis: UFSC, 2010.
- 2 - QUADROS, Ronice Muller de.; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- 3 - _____; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- 4 - TRENCH, M. C. B. **A criança surda e a linguagem no contexto escolar**. São Paulo: PUCSP, 1995. Tese (Doutorado e Filosofia da Educação).
- 5 - SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica** / Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2 v. : il. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

Disciplina: Sociologia dos meios de comunicação

CHT:32h

Ementa: Conceitos de cultura, ideologia e comunicação. O papel dos meios de comunicação no desenvolvimento e no subdesenvolvimento. Processos sociais da cultura e da comunicação. Cultura de massa, lazer, consumo e indústria cultural. Relação entre educação e cultura, educação e comunicação. A comunicação na sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

- 1 - BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**; Rio de Janeiro: Edição 70, 2007.
- 2 - CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- 3 - COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BERGER, Peter e LUKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- 2 - BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às Ciências da Comunicação**. Bauru: Edusc, 1999.
- 3 - DE FLEUR, M. C. e ROKEACH, S. B. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- 4 - HORHEIMER, Adorno. A indústria Cultural. In: LIMA, L C (org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 5 - DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Disciplina: Literatura Infanto-Juvenil II –

CHT:32h

Ementa: Literatura e desenvolvimento do adolescente. Estilos de literatura: poesia, romance, conto, peça teatral, crítica, história em quadrinho, história em cordel. Conceito e importância da Literatura Infanto-Juvenil. Literatura: Diferentes abordagens metodológicas na Literatura juvenil. Técnicas e métodos de ensino favoráveis à formação do leitor. Visita a bibliotecas

infantis. Análise e escolha de livros infantis. Exploração de livros literários Infanto-Juvenis em sala de aula. Contação de histórias.

Bibliografia Básica:

1 - MACHADO, Ana Maria. **Como e Por que Ler os Clássicos Universais Desde Cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

2 - CADEMARTORI, Lígia; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1982.

3 - KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986 a.

Bibliografia Complementar:

1 - EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et alii (Orgs) **A Escolarização da Leitura Literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil**. 2 a . Ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

2 - KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990b.

3 - KLEIMAN, Ângela. **Oficina de Leitura**. Teoria e Prática. Campinas. 4. ed. Campinas, SP: Pontes,1996a.

4 - _____. **Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 8ª. ed. Campinas SP: Pontes,2002b

5 - KHÉDE, Sônia Salomão, (org.) **Literatura infanto-juvenil: um gênero polêmico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

PCC – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais

CHP:64h

Ementa: O papel da educação e da escola na sociedade. A quem a escola tem servido? Como a instituição escola carrega a filosofia de sua existência para a sociedade. Como as crianças e adolescentes percebem a função social da escola? E os adultos que abandonam os estudos?

Alguns pontos a serem trabalhados:

- Função social da escola
- Evasão e repetência;
- Divergência cultural: O aluno versus a escola; etc.

Bibliografia Básica:

1 – ESTEBAN, M. Tereza. **O que sabe quem erra?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

2 – PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

3 – NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica. 2009. (Col. Pensadores & Educação, v. 4).

Bibliografia Complementar:

1 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber** – Cultura Camponesa e Educação Rural. São Paulo:FTD.1990.

2 - BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

3 - CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento:** fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Ed. Cortez, 14.ed. 2011.

4 - LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares:** As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997

5 - SOARES, Magda. **Metamemória - memórias:** travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 2001.

5º Período

Disciplina: Fundamentos Metodológicos de Ensino de Ciências da Natureza

CHT: 32h CHP:20h

EMENTA: O ensino de Ciências Naturais no Brasil: histórico, objetivos e orientações didáticas. Conteúdos e didática de ciências naturais na Educação Infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

1 - BIZZO, N. **Ciências:** fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 1998.

2 - BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ciências Naturais: Brasília: MEC - SEF, 1997.

3 - WEISSMANN, H. (org.). **Didática das Ciências Naturais:** contribuições e reflexões. Porto Alegre; Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar:

1 - CANTO, E.L. **Ciências Naturais:** aprendendo com o cotidiano. São Paulo: Moderna, 2004.

2 - CARVALHO, A.M. P. Vannucchi, A.I; Barros, M.A, Gonçalves, M.E. R; CASAL DE REY, M. **Ciências no Ensino Fundamental**: o conhecimento físico. São Paulo: Scipione, 1998.

3 - COLL, C. TEBEROSKY, A. **Aprendendo Ciências**: conteúdos essenciais para o Ensino Fundamental de 1^aa 4^a série. São Paulo: Ática, 2000.

4 - DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. **Metodologia do Ensino de Ciências**. São Paulo: Cortez, 1990.

5 - SAMPAIO, F.A.A; CARVALHO, A. F. **Caminhos da Ciência Socioconstrutivista**: ensino fundamental. São Paulo: IBEP. 2004.

Disciplina: Fundamentos Metodológicos do ensino da Matemática

CHT: 32h CHP:20h

Ementa: Ensino de matemática: algumas considerações. Matemática na educação infantil e no ensino fundamental. Números. Sistemas de numeração. Operações com números naturais. Números racionais. Operações com números racionais. Tratamento de informação. Considerações sobre geometria. A construção do espaço pela criança. Geometria: conteúdos e metodologia. Medidas. Resolução de problemas.

Bibliografia Básica:

1 - Brasil (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, vol. 3.

2 - Brasil (1998). **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, vol. 3.

3 - KAMII, C. (1995). **A criança e o número**: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. Tradução de Regina A. de Assis. Campinas, Papirus.

Bibliografia Complementar:

1 - BORIN, J. **Jogo e resolução de problemas**: Uma estratégia para as aulas de matemática. São Paulo; CAEM-USP, 1988.

2 - FONSECA, Maria da Conceição F. R., et. al. **O ensino de geometria na escola fundamental** - três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais / Maria da Conceição F. R. Fonseca et. al. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

3 - BRIZUELA, Bárbara M. **Desenvolvimento matemático na criança**: Explorando Notações/ Bárbara M. Brizuela; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. - Porto Alegre: Artmed, 2006.

4 - DUHALDE, M.E. & CUBERES, M.T.G. (1998). **Encontros iniciais com a matemática**: contribuições à educação infantil. Tradução de Maria Cristina Fontana. Porto Alegre, Artes Médicas.

5 - IMENES, Luis Márcio. **Brincando com números**. São Paulo: Scipione, 1989.

Disciplina: Fundamentos Metodológicos da Língua Portuguesa

CHT: 48h CHP:20h

EMENTA: Parâmetros curriculares nacionais. Alfabetização e letramento. O uso do dicionário e ortografia. Gramática. Linguagem oral e Língua escrita: usos e normas. Gêneros textuais. Leitura e Produção de texto.

Bibliografia Básica:

1 - FRANCHI, E.P. **Pedagogia da alfabetização**: da oralidade à escrita. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 359p.

2 - FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 104p.

3 - CARDOSO, B.; TEBEROSKY, A. (org.). **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. 8.ed. Campinas, São Paulo: Petrópolis/Vozes, 1997. 272p.

Bibliografia Complementar:

1 - BARBOSA, J.J. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1990. 159p.

2 - BETTELHEIM, B.; ZELAN, K. **Psicanálise da alfabetização**: um estudo psicanalítico do ato de ler e aprender. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

3 - CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998. 95p.

4 - FERREIRO, E.; PALACIO, M.G. **Os processos de leitura e escrita**: novas perspectivas. São Paulo: Artes Médicas, 1987. 276p.

5 - KATO, M.A.(org.). **A concepção da escrita pela criança**. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1994. 206p.

Disciplina: Fundamentos e Metodologia do Ensino de História e Geografia

CHT: 32h CHP:20h

Ementa: História, Geografia e Estudos Sociais. A história e Geografia na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. A construção da noção e dimensão do tempo histórico, espaço geográfico: ensino e representação. Propostas curriculares para a história e geografia nas séries iniciais e na educação infantil. Elaboração de um projeto de trabalho para o ensino de história e geografia nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, numa abordagem interdisciplinar para ser executado em situação simulada.

Bibliografia Básica:

- 1 - ALMEIDA, R.; PASSINI, E.Y. **O espaço geográfico** - ensino e representação. São Paulo: contexto, 1989.
- 2 - BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- 3 - CAMARGO, D. M. P.; ZAMBONI, E. A. **Criança, novos tempos, novos espaços: a história e a geografia na escola**. In: Em Aberto, Brasília: Ano 7, nº37, jan/mar, 1988.

Bibliografia Complementar:

- 1 - MORAES, A. R. C. **Geografia** - Pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1994.
- 2 - FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.
- 3 - HOFLING, E. M. **O livro didático de Estudos Sociais e a concepção de cidadania**. Em aberto, Brasília, ano 6, nº 35, jul./set, 1987.
- 4 - PENTEADO, H. O. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.
- 5 - HIPÓLIDE, Márcia Cristina. **O ensino da história nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

Disciplina: Fundamentos metodológicos do ensino da Arte

CHT: 32h CHP:20h

Ementa: Concepção de Artes. Relevância do ensino das artes na formação da criança. Artes, criatividade e ludicidade. Concepções estéticas: Diversidade e Pluralidade Cultural. Propostas metodológicas para o ensino-aprendizagem de Arte para a educação infantil e anos iniciais do

ensino fundamental. Interdisciplinaridade e as linguagens artísticas: o diálogo da arte com outras linguagens.

Bibliografia Básica:

- 1-FERREIRA, S. **O ensino das Artes: construindo caminhos**. Campinas: Papyrus, 7 ed. – 2009 2
- 2- ARSLAN, L.M. e IAVELBERG, R. **Ensino de Arte** – S.Paulo: Cengage Learning, 2009.
- 3- MARTINS, M. C. et al – **Didática do Ensino de Arte: A língua do mundo** – SP: FTD, 1998.

Bibliografia Complementar:

- 1- RENGEL, L. **Cadernos de Corpo e Dança**. SP: ANNABLUME, 2006.
- 2- NOVELLY, M.C. **Jogos Teatrais: Exercícios para grupos e sala de aula**. Campinas. SP: Papyrus. 6 ed. 2001.
- 3- PILLAR, A.D. (Org.) **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 5 ed. – 2009.
- 4- BRITO, T.A. **Música na Educação Infantil** – propostas para a formação integral da criança. SP: Peirópolis. 2 ed. 2003.
- 5- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO – PCN Arte – 1º e 2º CICLOS – 3º e 4º CICLOS – E.M – Brasília: MEC, 1998. 6. SÃO PAULO. **Proposta Curricular do Estado de S. Paulo: ARTE**. SP: SEE. 2008.

Disciplina: Fundamentos Metodológicos do ensino da Educação Física

CHT: 32h CHP:20h

Ementa: Breve histórico do ensino de educação física. O corpo em movimento. Jogos, aprendizagem e desenvolvimento. Saúde, educação física e qualidade de vida. Vida sedentária, tecnologia e o brincar. Corpo, ludicidade e ensino de educação física para crianças. Propostas metodológicas para ensino de educação física para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica:

- 1 - PARÂMETROS CURRRICULARES NACIONAIS. **Educação Física** – Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, 1997.

2 - BERGE, Y. **Viver o seu corpo**: por uma pedagogia do movimento. São Paulo: Matyind Fortes, 1986.

3 - CABRAL, S.V. **Educar vivendo**: o corpo e o grupo na escola. Porto Alegre: 1988.

Bibliografia Complementar:

1 - DIECKERT, J. et al. **Elementos e princípios da educação física**: uma analogia. Rio de Janeiro: ao livro técnico, 1986.

2 - NETO, Carlos Alberto Ferreira. **Motricidade e jogo na infância**. Rio de Janeiro: 3a edição : 2001.

3 - DIEM, L. **Brincadeiras e esportes no jardim infância**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

4- FLINCHUM, B.M. **Desenvolvimento motor da criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

5- TAFFAREL, C.N.Z. **Criatividade nas aulas de Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

Disciplina: PPC - Laboratório de Ciência e Materiais

CHP: 64h

Ementa: Uso de diversos materiais na construção de brinquedos. O brinquedo na construção da identidade da criança. Criança e o experimentar o mundo: tecendo experiências, aproveitando vivências e construindo oportunidades de aprendizagem com o lúdico.

Bibliografia Básica:

1 - ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das inteligências múltiplas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

2 - BRENELLI, R. P. **O jogo como espaço para pensar**: a construção de noções lógicas e aritméticas. Campinas: Papirus, 1996.

3 - CARRANO, E.; REQUIÃO, M. H. **Materiais de arte**: sua linguagem subjetiva para o trabalho terapêutico e pedagógico. Editora Wak. 2013.

Bibliografia Complementar:

1 - CUNHA, N. H. S. C. **Brinquedo, desafio e descoberta**. Subsídios para utilização e confecção de brinquedos. Brasília: FAE, 1995.

- 2 - HORN, C. I., HARRES, J. S. e POTHIN, J. **Atividades lúdicas para crianças na faixa etária de 0 a 10 anos**. Uma proposta com materiais de baixo custo. Lajeado: Univates, 2003.
- 3 - LOHF, S. **Vamos criar com rolhas?** São Paulo: DCL. 1998.
- 4 - MACHADO, M. M. **O brinquedo-sucata e a criança: a importância do brincar**. Atividades e materiais. São Paulo: Loyola, 1994.
- 5 - PRATES, A. A. **Utilizando a sucata**. Materiais Pedagógicos e brinquedos são construídos com criatividade. Revista do Professor, Porto Alegre, 16 (63): 22-28, jul./set. 2000.

Disciplina: Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)

CHP:32h

Ementa: Estágio em Escolas de Educação Infantil. O papel do estagiário e a relação com a escola. Sobre ouvir, registrar e aprender: como tornar o estágio um momento de reflexão na minha formação. Experienciar o cotidiano lúdico na educação infantil.

Bibliografia Básica:

- 1 – KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 140 p.
- 2 - WEISS, L. **Brinquedos e engenhocas: atividades lúdicas com sucata**. São Paulo: Scipione, 1989.
- 3 – REDIN, E. **O espaço e o tempo da criança - se der tempo a gente brinca**. Porto Alegre: Mediação, 2007. - BARBOSA, M. C. S. Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1 - CRAIDY, C. e KAERCHER, G. E. **Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- 2 - FONSECA, V. **Psicomotricidade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- 3 - GODOI, E. G. **Avaliação na educação infantil: um encontro com a realidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- 4 - KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Jogo e a Educação Infantil**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- 5 - SANTOS, B. M. P. (org.) **Brinquedoteca: sucata vira brinquedo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

6º Período

Disciplina: Gestão escolar

CHT: 32h

Ementa: Princípios de gestão e administração escolar. Gestão democrática e trabalho coletivo. Noções de gestão de pessoas e liderança de equipes. Relevância do fluxo de informações e distribuição de tarefas. Breve noção de Formação de professores. Organização e cotidiano escolar. Projeto Político Pedagógico. O papel do gestor escolar: lidando com o administrativo e o pedagógico.

Bibliografia básica:

- 1 - LUCK, H. et al. A escola participativa e o trabalho do gestor escolar. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- 2 - FERREIRA, N. S. C (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001.
- 3 - PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar:

- 1- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. 2.ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2004.
- 2- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Câmpus, 2005.
- 3- SOUSA, Maria Jesus. O professor como pessoa. Portugal: Asa porto, 2000.
- 4- LUCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 27 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- 5- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papyrus, 2002.

Disciplina: Pedagogia Social

CHT: 32h

Ementa: O trabalho do Pedagogo em espaços não-escolares. A aprendizagem em espaços não-escolares. As Ong's e o sistema capitalista. Breve histórico da atuação das ONG's no Brasil. Pobreza, desigualdade social e educação. Intervenção social: escutar e ouvir; a necessidade do outro. Estatuto da Criança e do adolescente. Assistência social, conselho tutelar e o papel do estado. Violência, infância e adolescência. Proposta de visita técnica a ONG's da região.

Bibliografia Básica:

- 1- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 104 p.
- 2- SOUZA NETO, J. C. ; NASCIMENTO, M. L. (Org.). Infância: violência, instituições e políticas públicas. São Paulo: Expressão e Arte, 2006, pp. 167-178.
- 3- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Bibliografia complementar:

- 1- OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Educação social de rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto alegre: Artmed, 2004
- 2- GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
- 3- STEPHANOU, Luis. Guia para a elaboração de projetos sociais. Porto Alegre: Sinodal e Fundação Luterana de Diaconia, 2005.
- 4- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- 5- QUINTANA, J.M^a. Pedagogia Social. Madrid, Dykinson, 1988.

Disciplina: Princípios e métodos da Supervisão, Inspeção e Orientação Pedagógica

CHT: 64

Ementa: Organização e funcionamento dos sistemas escolares: a legislação e o cotidiano. O papel do Pedagogo na relação família-escola. Trabalho coletivo. Formação de professores. Disciplina, violência e imprevisto na escola. Projetos interdisciplinares e projetos de intervenção.

Bibliografia Básica:

- 1 - VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.
- 2 - FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (org.) **Supervisão educacional para uma escola de qualidade.** São Paulo: Cortez, 1999.
- 3 - OLIVEIRA, Noely. **Práticas Pedagógicas do Inspetor Escolar:** Guia de Estudo. módulo II. Belo Horizonte: Editora Prominas, s.d.

Bibliografia complementar:

1 - PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

2 - LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar** – fundamentos teóricos metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

3 - AGUIAR, José Márcio de. **Manual do Inspetor Escolar e do Supervisor Pedagógico** (Sistema Estadual de Ensino de Minas gerais) Legislação e Normas, v. I e II, Belo Horizonte: Lâncer, 1996.

4 - AUGUSTO, Maria Helena O. Gonçalves. **A Regulação das Políticas Educacionais em Minas Gerais e a Obrigação de Resultados**: O Desafio da Inspeção Escolar. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FAE – UFMG, 2010.

5 - DUARTE, José B. (org) **Igualdade e Diferença numa Escola para Todos**: Contextos, controvérsias, perspectivas. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas 2001.

Disciplina: Libras IV

CHT: 32h

Ementa: Línguas de Sinais e minoria lingüística; as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no Brasil; cultura surda; organização lingüística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento lingüístico

Bibliografia Básica:

1-GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo, Editora Parábola: 2009.

2-PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. **Curso de Libras I. (DVD) LSBVideo**: Rio de Janeiro. 2006.

3-QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira**. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004.

Bibliografia Complementar:

1-CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais**. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.

2-Dicionário virtual de apoio: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

3-Dicionário virtual de apoio: <http://www.dicionariolibras.com.br/>

4-Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – <http://portal.mec.gov.br/seesp>

5-PIMENTA, N. **Números na língua de sinais brasileira (DVD)**. LSBVideo: Rio de Janeiro. 2009. ORIENTAÇÕES GERAIS

Disciplina: Direito Institucional e Educacional

CHT: 32h

Ementa: Análise dos sistemas educacional brasileiro, estadual e municipal. Dimensão legal, política e econômica da organização e funcionamento da educação básica numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da educação básica.

Bibliografia Básica:

1 - BRANDAO, C. R. **Estrutura e Funcionamento do Ensino**. São Paulo: AVERCAMP, 2004.

2 - OLIVEIRA, Romualdo Portela de e CATANI, Afrânio Mendes. **Constituições estaduais brasileiras e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

3 - BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996.

Bibliografia Complementar:

1 - SAVIANI, Dermeval. **Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas**. Campinas, Autores Associados, 1997.

2 - BRZEZINSKI, I (org.) **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2003.

3 - BRASIL, Constituição da República federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988.

4- BRASIL, Lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

5 - BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Disciplina Optativa I – Tópicos Especiais em Educação I

CHT: 32h

Ementa: Temas atuais relativos à Educação e/ou ao Ensino. A cada semestre o Colegiado do Curso indicará um tema para ser desenvolvido nesta disciplina em acordo com as necessidades de formação dos estudantes e em consonância com as pesquisas na área.

Bibliografia Básica: A cada semestre a bibliografia será construída em função da temática a ser explorada.

Bibliografia Complementar: A cada semestre a bibliografia será construída em função da temática a ser explorada.

Disciplina: PPC – Planejamento e Gestão

CHP:64h

Ementa: As formas organizacionais de Planejamento e Gestão escolar, seus respectivos fundamentos teórico-pedagógicos, metodológicos e técnicos, assim como a aplicabilidade de normas e regulamentos aos diferentes núcleos de gestão escolar.

Bibliografia Básica:

1-FERREIRA, Naura Syria Carapetto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: ressignificando conceitos e possibilidades.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapetto;

2- AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2008.

3-GATTI, Bernadete (Coord.). **O Cenário da Profissão Docente.** In: GATTI, Bernadete (Coord.). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

4-PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica.** Editora Cortez, São Paulo, 2010 (17ª Ed).

Bibliografia Complementar:

1-GANZELI, Pedro. O Processo de Planejamento Participativo da Unidade Escolar. In: Jornal do Projeto Pedagógico da UDEMO – Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, janeiro, 2000.

2-MELO, Teresa Leitão. Gestão Educacional: os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, Naura Syria Carapetto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2008.

3-PERRENOUD, Philippe. **A Escola Frente à Complexidade**. In: PERRENOUD, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015. Cap. 1, p. 29-57

Disciplina: Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Normal)

CHT: 32h

Ementa: Planejamento do estágio e do período de observação da escola. Elaboração de projeto de ensino, de execução de atividade(s) prática(s) e do relatório do estágio. Reflexão e discussão coletiva sobre as realidades observadas, à luz das teorias. Inserção na realidade educativa do ensino fundamental, compreendendo seus processos, seus tempos e espaços, suas peculiaridades e seus desafios. Cursos Normais.

Bibliografia Básica:

- 1 - MIZUKAMI, Maria da Graça N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2007.
- 2 - PERRENOUD, Phillipe. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- 3 - WEISZ, Telma. O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ASSUNÇÃO, M. Madalena S. Magistério Primário e Cotidiano Escolar. Campinas: Autores Associados, 1996.
- 2 - CANDAU, Vera M. Rumo a uma Nova Didática. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- 3 - FAZENDA, I.C.A. et al. A prática do ensino e o estágio supervisionado. 2.ed. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 1994. (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico).
- 4 - PILETTI, Claudino. Didática Geral. São Paulo: Ática, 2003.
- 5 - TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Revista Brasileira de Educação. (13): 05 - 24, jan. - abr. 2000.

7º Período

Disciplina: Psicologia Social

CHT: 32h

Ementa: O campo de conhecimento da Psicologia Social. Relação indivíduo - sociedade. Relações interpessoais. Grupos e Relações intergrupais. Representações sociais. Identidades.

Os processos de influência social a formação de normas, conformidade e coesão. Práticas discursivas e produção do sujeito. Temas atuais na psicologia e educação.

Bibliografia Básica:

1 - CAZALS-FERRÉ, M. P & ROSSI, P. Psicologia: Elementos de Psicologia Social. Porto: Porto Editora. 2007.

2 - RODRIGUES, A. Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2009.

3 - PISANI, E. M. Temas de psicologia social. Petrópolis : Vozes, 1994.

Bibliografia Complementar:

1 - AROLDO, R. Psicologia social para principiantes. Estudo da interação humana. Petrópolis : Vozes, 1996.

2 - AZEVEDO, M. A. (orgs) . Psicologia e política. São Paulo : Cortez, 1995.

3 - LANE, S. O que é psicologia social. São Paulo : Brasiliense, 1983.

4 - SPINK, M. J. (org.) O conhecimento no cotidiano; as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo : Brasiliense, 1995.

5 - MOSCOVICI, S. (1978) - A Representação Social da psicanálise. Rio de janeiro: Zahar.

Disciplina: Pedagogia e Welfare Social

CHT: 48h

Ementa: O estado do bem-estar social como experimento político. As experiências democráticas e culturas públicas e os efeitos dos diferentes experimentos sobre desigualdades, pobreza, desenvolvimento, empowerment de grupos sociais específicos (trabalhadores, mulheres) e formas de democracia. As condições e possibilidades de movimentos emancipatórios e a análise da diversidade de configurações e tipologias de “regimes” de estados do bem-estar e “famílias” de bem-estar social., com aproximação ao caso brasileiro

Bibliografia Básica:

1 - SANTOS, W.G., **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Ed. Câmpus, 1979.

2 - KERSTENETZKY, C.L. (2012), **O Estado do bem-estar social na idade da razão,** Rio de Janeiro: Câmpus/Elsevier.

3 - DRAIBE Sônia M.; RIESCO Manuel, **Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação?** Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 220-254, ago. 2011.

Bibliografia Complementar:

1 - ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. Lua Nova, v. 24, p. 85-116. 1995.

Disciplina: Programas Governamentais na Educação (EJA/ Ed. Ambiental/ Ed. Quilombola e Ed. no Campo)

CHT: 32h

Ementa: Contexto histórico da estruturação política do ensino e das lutas por educação pública no Brasil. Análise crítica dos programas governamentais em diferentes estados brasileiros. Conhecer a estruturação e funcionamento de Educação de Jovens e Adultos, Educação Quilombola e Educação do Campo.

Bibliografia Básica:

1 - BONAMINO, Alicia C. de. Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências. RJ, Quartet, 2002

2 - DAVIES, Nicholas. O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta. Niterói, 1998.

3 - FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo, Ed. Cortez, 1989

Bibliografia Complementar:

1 - GERALDI, Corinta Ma. Grisolia. Algumas condições de produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em: Revista de Educação AEC, Nº. 100, 1996.

2 - GHON, M^a da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo, Cortez, 1994

3 - GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. (Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Vol. III.

4 - PATTO, M^a Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1993.

5 - TOMMASI, L; WARDE, M., HADDAD, S. (Orgs.) O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo, Cortez, 1999.

Disciplina: APP- Projetos

CHT: 48h

Ementa:

A construção do conhecimento científico; referencial teórico e sua importância na construção e definição da pesquisa; escolha e relevância do tema abordado; estruturação e organização de uma monografia; análise de opções de discurso; diretrizes para a elaboração da tese segundo as normas da ABNT. Discussão e aprimoramento dos projetos de pesquisa.

1-BOAVENTURA, Edivaldo M.. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese.** São Paulo: Atlas, 2004. 160p

2-KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p.

3- MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia.** São Paulo: Ática, 2005. 263 p.

4-SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

Bibliografia Complementar:

5-RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 144 p.

6-LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p

7- FRANÇA, Júnia L.; VASCONCELLOS, Ana C.; MAGALHÃES, M.H.A.; BORGES, S.M. (Colab.) **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 8. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p

Disciplina: Estatística Aplicada à Educação

CHT: 32h

Ementa: Conceitos básicos de Estatística. Organização, apresentação e análise de dados quantitativos e qualitativos. Medidas de tendências centrais e de posição. Medidas de

variabilidades e assimetria. Indicadores educacionais: análise das avaliações em larga escala e seus dados sobre a realidade da educação Brasileira. Pesquisas quantitativas em Educação.

Bibliografia Básica:

- 1 - CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- 2 - Barbosa, M. G. **Estatística Aplicada à Educação**. Editora: UEMA.
- 3 - BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7ª. Edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

Bibliografia Complementar:

- 1 - COSTA, Sérgio Francisco. **Introdução Ilustrada à Estatística**. São Paulo: Harbra, 2005.
- 2 - LIMA, A. C. P. e MAGALHÃES, M. N. **Noções de Probabilidade e Estatística**. 6ª edição. Editora: EDUSP. 2005.
- 3 - BONAMINO, Alicia C. de. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. RJ: Quartet. 2002.
- 4 - POPKEWITZ, T. **Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governos da educação e inclusão e exclusão sociais**. Educação & Sociedade, Campinas, n. 75, p. 111 – 148, ago. 2001.
- 5 - GATTI, Bernadete. **Estudos quantitativos em Educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

Disciplina PCC (Pesquisa e Observação) 2

CHP:64h

Eixo 2 – Vivência dos cotidianos escolares

Ementa: Vivenciar os cotidianos escolares a partir de uma visão científica, capaz de problematizar tais cotidianos e construir propostas de intervenção na realidade à luz das teorias educacionais.

Metodologia: A partir de grupos de estudos teórico-práticos sobre diversas temáticas gerais em educação, os estudantes deverão formular um plano de investigação e de estudos a cerca de temáticas de cunho mais geral em educação, a fim de exercitarem um olhar mais aproximado dos cotidianos escolares.

Bibliografia Básica:

1 - OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 220 pp. 1998.

2 – VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 6, p. 68-96, 1996.

3 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, n.20 (col. primeiros passos).

Bibliografia Complementar:

1 - CHIRALDELLI JR., Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, n.193 (col. primeiros passos).

2- ALVES, RUBEM. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2004.

3 – ALVES, RUBEM. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 11ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

4 – FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

5 – FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Disciplina Optativa II – Tópicos Especiais em Educação II

CHT: 32h

Ementa: Temas atuais relativos à Educação e/ou ao Ensino. A cada semestre o Colegiado do Curso indicará um tema para ser desenvolvido nesta disciplina em acordo com as necessidades de formação dos estudantes e em consonância com as pesquisas na área.

Bibliografia Básica: A cada semestre a bibliografia será construída em função da temática a ser explorada.

Bibliografia Complementar: A cada semestre a bibliografia será construída em função da temática a ser explorada.

Disciplina: Estágio Supervisionado III (Gestão Escolar)

CHT: 32h

Ementa: Planejamento do estágio e do plano de observação da realidade escolar. Acompanhamento da gestão escolar. O cotidiano escolar e os documentos referenciais para a educação: como o gestor escolar vivencia a legislação em sua escola. Entre improvisos e planejamentos: a prática cotidiana do gestor escolar. O papel de gerir e administrar. Elaboração do relatório final do estágio.

Bibliografia Básica:

- 1 - LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003
- 2 - LUCK, H. **Gestão Educacional**. Série Cadernos de Gestão, vol. I; Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
- 3 - LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional** Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria (orgs.). **O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança**; São Paulo: Loyola, 2005.
- 2 - ANDRADE, Dalila. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- 3 - LUCK, Heloisa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola** Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- 4 - NÓVOA, Antônio (org.). **As organizações escolares em análise** Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- 5 - PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**; São Paulo: Loyola, 2008.

8º Período

Disciplina: Educação, Questão Social e Políticas Públicas

CHT: 32h

Ementa: A teoria política e o contexto das políticas públicas. As políticas sociais no Brasil. As políticas educacionais no Brasil - planos e programas governamentais. As grandes linhas políticas atuais.

Bibliografia Básica:

- 1 - ANDRADE, Dalila e DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola** - administração dos sistemas públicos de educação. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- 2 - ANDRADE, Dalila. **Educação Básica** - gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 3 - BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade** - para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bibliografia Complementar:

- 1 - CARNOY, Martin & LEVIN, Henry M. **Escola e Trabalho no Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1987.
- 2 - CATANI, Afrânio et. al. **Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte, 2000.
- 3 - CUNHA, Edite da Penha & CUNHA, Eleonora Schettini M. **Políticas Públicas e Sociais**. In: CARVALHO, Alison et al. Políticas Públicas. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2003.
- 4 - CUNHA, L.A. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.
- 5- DRAIBE, Sonia M. **As políticas sociais e o neoliberalismo** - reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista USP, s.d.

Disciplina: Escola, Multiculturalismo e Diversidade

CHT: 32h

Ementa: Escola e relações sociais para a diversidade. Multiculturalismo e equidade na escola. Bullying e intervenção pedagógica.

Bibliografia Básica:

- 1 - ANDRÉ, M. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- 2 - DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos Olhares Sobre Educação e Cultura**. BH: Editora UFMG, 2001.

3 – SCHWARCZ, L.M.; QUEIROZ, R. da S. **Raça e diversidade**. SP: Estação Ciência, USP, 1996.

Bibliografia Complementar:

1 - DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. Campinas: Autores Associados, nº 24, dez, 2003. p. 40-52.

2 - VELHO, G.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas**: uma perspectiva antropológica. In: Artefato - Jornal de Cultura. RJ: Conselho Estadual de Cultura, nº 1, ano I, 1978.

3 - DAMATTA, R. **Reflexões sobre a interdisciplinaridade**: Uma perspectiva Antropológica. In: Revista Tempo Brasileiro. RJ: abr/jun, 1993.

4 - DAYRELL, J. **O rap e o funk na socialização da juventude**. Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 1, jun, 2002. p. 117-136.

5 - GOMES, N.L. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação. Campinas: Autores Associados, nº 23, 2003. p. 75-85.

Disciplina: Currículo, Transversalidade e Interdisciplinaridade

CHT: 32h

Ementa: Concepção de currículo. A prescrição dos currículos oficiais e as políticas curriculares. Currículo real: a transposição do formal e legal instituído para o real vivido na escola. Currículo oculto.

Bibliografia Básica:

1 - ALVES, Nilda (org). **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002. (Série cultura, memória e currículo, v. 1).

2 - APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. (Trad. Maria C. Monteiro) Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 2001.

3 - SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

Bibliografia Complementar:

1 - SACRISTAN, J. G. **O currículo** - uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352p.

2 - ARAÚJO, M. A. L. **Educação e Identidade cultural**. Reunião anual da ANPED (Anais). Caxambu, 1996.

3 - BUSQUETS, Maria Dolores. **Temas transversais em educação** - bases para uma formação integral. São Paulo: Editora Ática, 1998. p 23-59.

4 - BORGES, A. S. **Currículo, conhecimento e sociedade**. São Paulo: FDE, 1995. (Série Idéias, 26).

5 - BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª série) Brasília: MEC/SEF, 1997.

Disciplina: Libras V

CHT: 32h

Ementa: Legislação e Políticas para pessoas com deficiência auditiva. Diversidade, inclusão e novas tecnologias para libras. Atendimento Educacional Especializado e a inclusão em escola regular. Desafios na inclusão de surdos. Socialização de surdos.

Bibliografia Básica:

1 - SOUZA CRUZ, Álvaro Ricardo de. **O Direito à Diferença**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Dei Rey, 2005.

2 - WALLIN, L. **O estudo da língua de sinais na sociedade**. Espaço informativo técnico científico do INES. Rio de Janeiro: INES, v.1, jul./dez, 1990.

3- SKLIAR, Carlos (Ed). **Educação e exclusão: Abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

Bibliografia Complementar:

1 - BUENO. José Geraldo. **Educação Inclusiva e Escolarização dos Surdos**. Integração. Brasília, v. 13, n. 23, p. 37-42, 2001.

2 - DORZIAT, A. **Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Revista do centro de Educação, v.24, p. 1-7, 2004.

3 - ROSLYN-JENSEN, A. M. A. **Importância do diagnóstico precoce na deficiência auditiva**. In: Ferreira LP. Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca; 1996.

4 - SACKS, Oliver. **Vendo vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos**. Trad. Alfredo Barcellos Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

5 - SATORETTO, Rui; SATORETTO, Mara Lúcia. **Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem: o que são e a quem se destinam** (2010). Disponível em: www.assistiva.com.br

Disciplina: Educação e Tecnologias

CHT: 32h

Ementa: História breve da evolução da sociedade e da tecnologia. O computador e suas modalidades como recurso didático. Relação de jovens e crianças com a tecnologia. O papel da tecnologia no processo de aprendizagem: construção e desconstrução – lidando com o excesso de informações. Elaboração e avaliação de homepages educacionais. Análise da informática nas escolas brasileiras. O uso educacional da internet. O ensino à distância.

Bibliografia Básica:

- 1 - CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (3 volumes).
- 2 - PRETI, Oreste (Org). **Educação à distância: Construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE - UFMT; Brasília: Plano, 2000.
- 3 - TEDESCO, Juan Carlos. **Educação e Novas Tecnologias: Esperança ou Incerteza?** São Paulo: Cortez, Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación; Brasília: UNESCO, 2004.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ARRUDA, Eucídio. **Ciberprofessor: Novas Tecnologias, ensino e trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica/FCH - FUMEC, 2004.
- 2 - FERREIRA, Josão Roberto Resende. **Informática Educativa: Notas sobre sua implantação na rede municipal de Goiânia**. Educativa. Goiânia: Universidade Católica de Goiás. 6(1): 71-86. jan/jun. 2003.
- 3 - GARCIA, Walter. A regulamentação da educação a distância no contexto educacional brasileiro. In: PRETI, Oreste (org). **Educação à distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE - UFMT; Brasília: Plano, 2000, p. 203-216.
- 4 - GONZALEZ Perez, Orlando. A experiência em aprendizagem colaborativa à distância do Instituto Tecnológico de Monterrey. In: TEDESCO, Juan Carlos. **Educação e Novas Tecnologias: Esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación; Brasília: UNESCO, 2004, p. 95-108.

5 - GUTIERREZ, Martinez; JORGE, H. Novas tecnologias e o desafio da educação. In: TEDESCO, Juan Carlos. **Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación; Brasília: UNESCO, 2004, pg. 95-108.

Disciplina: Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

CHT: 64h CHP 300h

Ementa : Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico, envolvendo temas abrangidos pelo curso.

Bibliografia Básica:

1-BOAVENTURA, Edivaldo M.. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese.** São Paulo: Atlas, 2004. 160p

2-KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p.

3- MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia.** São Paulo: Ática, 2005. 263 p.

4-SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

Bibliografia Complementar:

5-RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 144 p.

6-LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p

7- FRANÇA, Júnia L.; VASCONCELLOS, Ana C.; MAGALHÃES, M.H.A.; BORGES, S.M. (Colab.) **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 8. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p

Disciplina: Estágio Supervisionado IV (Educação Não-Formal e Educação de Jovens e Adultos)

CHT: 32h

Ementa: Inserção e investigação na realidade da educação em espaços educativos escolares e não-escolares, contemplando a educação de jovens e adultos, a educação do campo, educação especial e inclusão, bem como outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Investigação e reflexão crítica acerca da prática pedagógica, planejamento, execução e avaliação de atividades educativas.

Bibliografia Básica:

- 1 - FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- 2 - GOHN, Maria da Glória. *Educação Não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 4 ed São Paulo: Cortez, 2008.
- 3 - LIBÂNEO, J. C.. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar:

- 1 - COLL, C. **Educação, escola e comunidade**: na busca de um compromisso. In: *Comunidade e escola: a integração necessária*. Pátio. Revista Pedagógica. Porto Alegre, Artes Médicas, ano 3, n.10, 1999, p. 8-12.
- 2 - CRUZ, N; FONTANA, R. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997
- 3 - PERRENOUD, Phillippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- 4 - PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores**: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- 5 - NAKASHATO, Guilherme. **A educação não-formal como campo de estágio**: contribuições na formação inicial do arte/educador. 2009. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/86916>>.

Disciplina PCC (Pesquisa e Observação) 3

CHT: 80h

Eixo 3 – Processos avaliativos no contexto escolar

Ementa: Investigação dos processos de avaliação das aprendizagens a partir das vivências do cotidiano escolar.

Metodologia: A partir de grupos de estudos teórico-práticos sobre diversas temáticas ligadas à avaliação escolar, os estudantes deverão formular um plano de investigação e de estudos acerca de temáticas de cunho mais geral em educação, a fim de exercitarem um olhar mais aproximado da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- 1 - PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- 2 – VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 6, p. 68-96, 1996.
- 3 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, n.20 (col. primeiros passos).

Bibliografia Complementar:

- 1 - CHIRALDELLI JR., Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, n.193 (col. primeiros passos).
- 2- ALVES, RUBEM. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- 3 – ALVES, RUBEM. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 11ª. ed. Campinas: Papyrus, 2008.
- 4 – FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- 5 – FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

5.4. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores

O aproveitamento dos conhecimentos e experiências do educando em disciplinas do Curso de Licenciatura em Pedagogia deve ser realizado em conformidade com as normas e os critérios estabelecidos no Regulamento de Ensino do IFMG, Resolução nº 30, de 14 de dezembro de 2016, do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, do IFMG.

Nesse sentido, o aproveitamento de estudos para fins de dispensa seguirá os seguintes critérios:

- I. compatibilidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, resguardado o cumprimento da carga horária mínima total estabelecida para o curso na legislação vigente;
- II. compatibilidade do conteúdo programático, mediante parecer do Coordenador de Curso e um docente da área;
- III. é permitido o aproveitamento conjunto de 2 (duas) ou mais disciplinas para dispensa de 1 (uma) disciplina desde que, reunidas, no mesmo processo, o conteúdo programático e a carga horária atendam ao estabelecido nos incisos I e II supracitados;
- IV. é permitida a utilização de 1 (uma) disciplina, no mesmo processo, para dispensa de 2 (duas) ou mais disciplinas desde que o conteúdo programático e a carga horária atendam ao estabelecido nos incisos I e II supracitados;
- V. o requerimento de aproveitamento de disciplinas, protocolado no Setor de Registro e Controle Acadêmico, deverá ser feito em formulário próprio, conforme calendário acadêmico, e estar acompanhado do histórico escolar, conteúdo programático e carga horária das disciplinas cursadas na instituição de origem. O ato autorizativo de funcionamento do curso deverá constar na documentação apresentada.

O aproveitamento de estudos para fins de dispensa seguirá os seguintes percentuais:

- I. até o máximo de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso para disciplinas cursadas em outra instituição;
- II. ilimitado para disciplinas cursadas exclusivamente no IFMG.
- III. cumulativo com o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores (ACEA), se houver.

Havendo concomitância das situações previstas nos incisos anteriores, deverá ser aplicada a seguinte ordem de prioridade:

- I. aproveitamento das disciplinas cursadas no IFMG, de forma ilimitada;

- II. caso as disciplinas cursadas no IFMG ultrapassem o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, o discente não poderá fazer outros aproveitamentos;
- III. caso as disciplinas cursadas no IFMG não ultrapassem o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, o discente poderá aproveitar disciplinas de outras instituições, bem como conhecimentos e experiências anteriores, de forma que o total de aproveitamentos não ultrapasse esse limite.

O aproveitamento de estudos não será concedido nas seguintes situações:

- o discente que, em período anterior, tiver sido reprovado na disciplina;
- não forem reconhecidas as correspondências necessárias;
- o aproveitamento da disciplina já tiver sido solicitado anteriormente e indeferido para a dispensa da mesma disciplina, com a mesma documentação;
- alguma disciplina cursada já tiver sido utilizada para dispensa em processos anteriores.

A disciplina dispensada será registrada no histórico escolar com a denominação e carga horária constantes na matriz curricular do curso, com a situação de “Aproveitamento de Estudos” (AE).

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores consiste na possibilidade de o discente utilizar, para fins de dispensa de disciplinas em seu curso atual, conhecimentos adquiridos em experiências anteriores, formais ou informais.

A análise de conhecimentos e experiências anteriores será realizada por docente ou banca examinadora indicados pela Coordenação de Curso e se dará por meio de instrumentos de avaliação específicos que deverão aferir os conteúdos, competências e habilidades do discente em determinada disciplina.

Caberá ao docente ou à banca examinadora a função de:

- I. estabelecer os conteúdos a serem abordados, as referências bibliográficas, as competências e habilidades a serem avaliadas, tomando como referência o Projeto Pedagógico do curso;
- II. definir os instrumentos de avaliação e sua duração;
- III. elaborar, aplicar e corrigir as avaliações.

Qualquer disciplina do curso de Licenciatura em Pedagogia será passível de dispensa mediante aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores. Não será concedido aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores para disciplinas nas quais o discente tenha sido reprovado.

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores seguirá os seguintes critérios:

1. a(s) avaliação(ões) proposta(s) pelo docente ou banca examinadora terá(ão) valor igual 100 (cem) pontos;
2. será considerado aprovado o discente que obtiver rendimento igual ou superior a 60% (sessenta por cento), sendo dispensado de cursar a disciplina;
3. a dispensa de disciplinas por aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores será limitada a 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso. O aproveitamento de estudos e o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores serão cumulativos;
4. o requerimento de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores deverá ser feito conforme calendário acadêmico.

A disciplina dispensada será registrada no histórico escolar com a denominação, carga horária e período constantes na matriz curricular do curso, com a situação de “Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores” (ACEA) e atribuição da nota obtida pelo discente na avaliação.

A equivalência de disciplinas consiste na possibilidade de disciplinas distintas ofertadas pelo *campus*, no mesmo curso ou em cursos distintos do mesmo nível, manterem entre si correspondência de conteúdo programático e carga horária.

A equivalência de disciplinas seguirá os seguintes critérios:

- I. compatibilidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de carga horária, resguardado o cumprimento da carga horária mínima total estabelecida para o curso na legislação vigente;
- II. compatibilidade do conteúdo programático, mediante parecer do Coordenador de Curso e um docente da área;
- III. 1 (uma) disciplina poderá ser utilizada para equivalência de 2 (duas) disciplinas, desde que, somadas, atendam ao estabelecido nos incisos I e II deste artigo;
- IV. 2 (duas) disciplinas poderão ser reunidas para compor a equivalência de 1 (uma) disciplina, desde que, somadas, atendam ao estabelecido nos incisos I e II deste artigo.

No caso de disciplina cursada em equivalência, será registrada no histórico escolar a disciplina constante na matriz curricular a qual o discente está vinculado.

5.5. Metodologias de Ensino

A aprendizagem deverá primar pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade, como formas privilegiadas para desenvolvimento de propostas que promovam aproximação entre teoria e a prática. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, entendidas como princípio metodológico geral, constituem a chave que promoverá a comunicação entre as áreas/atividades teóricas e práticas, humana, social e tecnológica, essencial na formação para o exercício da docência e demais setores educacionais, nos quais o licenciado em Pedagogia pode atuar.

Esta perspectiva de construção do conhecimento é primordial para o Licenciado em Pedagogia, pois confere ao processo ensino-aprendizagem um caráter diversificado e abrangente e integra as diversas áreas do conhecimento.

Intrínseco a este processo está a ação-reflexão-ação, essencial na formação para o exercício da docência. Tanto a prática quanto a teoria devem ser desenvolvidas numa perspectiva

interdisciplinar e contextualizada que possibilite a observação, a reflexão, a ação e a resolução de situações-problema. Portanto, a integração entre as áreas é o eixo norteador do processo e deve permear a formação do discente.

Para a construção desse processo, a prática profissional, a extensão e a pesquisa são compreendidas como instâncias da formação intrínsecas ao processo de produção do conhecimento e não etapas desconexas da formação. Os diversos saberes oferecem atividades que permitem o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à formação do educador. Esta perspectiva foi contemplada na construção das ementas, atividades, ações e vivências formativas que ressaltam (BRASIL, 2002a, p. 02):

- a) o desenvolvimento de valores em relação à democracia; a percepção, consideração e compreensão do papel social da escola;
- b) o efetivo saber dos conteúdos a serem aplicados e socializados;
- c) a compreensão da significação da articulação entre os saberes, contextualizada de acordo com a especificidade das diferentes instâncias sociais;
- d) a articulação entre os saberes técnico e tecnológico com o conhecimento pedagógico;
- e) a percepção da necessidade de desenvolvimento da investigação como inerente ao processo de aperfeiçoamento da formação e atuação profissional;
- f) a capacidade de gerenciar, perceber e adquirir competências acerca do próprio processo de formação.

As disciplinas e atividades vivenciadas ao longo do curso primam não apenas para o desenvolvimento de competências técnicas, mas, propiciam o desenvolvimento de habilidades e competências nas áreas humanas e sociais, através da resolução de problemas, momentos de reflexão-ação, discussão, estabelecimento de relações, ações e discussões acerca do processo ensino-aprendizagem, da técnica e tecnologia na sociedade contemporânea, da inclusão social, acessibilidade *etc.* Desse modo, pretende-se que o processo de construção do conhecimento não fique restrito à área técnica de formação, mas

que prime também pelo desenvolvimento de competências inseridas em contextos mais amplos, que possibilitam a percepção e vivência da atuação profissional em relação às questões culturais, sociais, econômicas, políticas e humanas (BRASIL, 2002a).

A construção dos diversos campos de formação que constituem o curso de Licenciatura em Pedagogia tem como base o domínio dos saberes relacionados à docência e gestão, associado aos aspectos culturais e humanos, psicológicos e biológicos. Ao proporcionar ao licenciando a vivência mais ampla e consistente acerca do debate educacional contemporâneo e suas relações com a cultura, economia, religião, política, cidadania e ética, é possível a percepção e a sensibilidade quanto aos aspectos relativos à inclusão social, acessibilidade e promoção do desenvolvimento humano e social.

Apesar da diversidade de procedimentos e técnicas de cada disciplina, os saberes são orientados por uma perspectiva metodológica geral que permite: a vivência, percepção e utilização das tecnologias de informação e comunicação; o desenvolvimento da postura ética e humana; o reconhecimento do saber prévio e do ritmo de aprendizagem; a autonomia pedagógica, a interdisciplinaridade e o diálogo entre disciplinas e diversas instâncias educacionais; o respeito ao diferente tanto do ponto de vista social, cultural e econômico quanto do étnico, religioso e biológico.

As atividades, ações e atitudes que contemplam estas questões podem ser desenvolvidas através de grupos de trabalho, aulas expositivas e práticas, debates, seminários, apresentações de trabalho, aulas virtuais, palestras, visitas técnicas, seminários, participação discente em atividades complementares, exploração e reflexão acerca dos recursos multimídia, atividades individuais, estudos dirigidos, avaliações *etc.*

Nesse âmbito torna-se fundamental a utilização de objetos e materiais digitais, de comunicação e informação, que possibilitem experiências discentes na modalidade presencial e a distância, que promovam a interatividade, que suscitem a problematização, a criatividade e o caráter investigativo.

Entende-se que somente através desta diversidade de ações, vivências, saberes e percepções e da comunicação interdisciplinar será possível promover: a integração entre teoria e prática; a efetivação da postura reflexiva; a preparação para a docência; o equilíbrio entre as dimensões formativas do educador e da técnica/tecnologia; a gestão e autonomia da formação; e, o despertar investigativo que deverá acompanhar a prática docente.

No tocante ao sistema de avaliação é um instrumento metodológico importante que, coerente com a concepção do curso, e através da utilização de instrumentos variados permite verificar a agregação das habilidades e competências definidas nas DCN e no PPC. A organização curricular apresenta um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem e a cada atividade incorpora-se uma metodologia específica de Ensino e, por consequência, uma metodologia de avaliação que deve ser observada na descrição dos Planos de Ensino.

O Plano de ensino das disciplinas com os conteúdos conceituais das unidades de estudo deverão ser disponibilizados pelos professores, no início do semestre letivo, para que os alunos possam melhor planejar sua vida acadêmica, antecipando seus estudos. O professor deverá associar, em seu planejamento, links, filmes, textos diversos, artigos, bem como propor as atividades avaliativas como, trabalhos de pesquisa, questionários de reflexão e lista de exercícios, entre outras estratégias de ensino e aprendizagem que buscam favorecer a auto aprendizagem. Estes recursos, disponibilizados previamente para os alunos, favorecem a análise\estudo prévio para que os encontros de trabalho (aulas) sejam mais produtivos.

As atividades práticas (laboratórios, visita técnica, trabalho de campo, entre outras) previstas na organização curricular, serão executadas mediante roteiro com objetivos bem definidos e apoiadas nos conteúdos conceituais trabalhados.

As atividades de Estágio e TCC serão executadas mediante regulamento, aprovado pelo Colegiado do Curso, e sob supervisão/orientação buscando garantir a articulação teoria/prática. O desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo previsto nos objetivos gerais e no perfil do egresso, será trabalhado nos estudos de caso, estágios e TCC.

Para os **conteúdos conceituais** podem ser utilizados: prova teórica, prova prática em laboratório, relatório de trabalho de campo, trabalhos individuais e em grupo, apresentação de seminários, apresentação de trabalhos em jornadas científicas entre outras atividades de avaliação.

Assim, cada docente, no seu **Plano de Disciplina**, deve expor as metodologias de ensino-aprendizagem a serem utilizadas e os procedimentos de avaliação coerentes. Aplicam-se depois os critérios de composição dos resultados definidos no Regimento de Ensino do *Campus*. Os **conteúdos procedimentais** são avaliados nas atividades de campo, nos trabalhos práticos e, em especial, no Estágio Supervisionado. Tanto o Estágio Supervisionado quanto o TCC possuem regulamentos específicos onde se

explicitam as formas de orientação, acompanhamento das atividades e Avaliação de Desempenho.

As Atividades Complementares, organizadas em todos os períodos do curso, também obedecem a regulamento específico onde estão estabelecidos critérios de aceitação.

A avaliação do aluno deve extrapolar a dos conteúdos, sejam conceituais ou procedimentais, e observar também as posturas adotadas em relação aos desafios que lhe são colocados.

5.6. Estratégias de Interdisciplinaridade e Integração

A interdisciplinaridade, como conceito, prática e atitude, vem sendo considerada, desde a década de 1960, como instrumento de enfrentamento da excessiva fragmentação disciplinar do saber, inclusive no que diz respeito ao processo de formação profissional. A ótica da ciência moderna, incorporou a pressuposição cartesiano-positivista de que a observação é absolutamente objetiva e serve como base para deduzir logicamente leis racionais imutáveis através da divisão irrestrita dos fenômenos em partes específicas.

De acordo com Morin (2003), apesar de esta concepção ter possibilitado grande produção de conhecimento e tecnologia, geradora de potencial melhoria nas condições de sobrevivência induziu também ao aparecimento de forte reducionismo, especialização e fragmentação dos saberes dificultando o adequado entendimento sobre a totalidade dos fenômenos, onde as relações de ordem, desordem, eventualidade e incertezas fazem-se presentes.

Para Moraes (1997), o conhecimento interdisciplinar, visto como elemento oriundo de um paradigma educacional emergente, com base em problemas, atividades, vivências e projetos contextualizados, favorece a aprendizagem natural, lúdica, espontânea, sintonizada com os interesses e necessidades de uma geração que vive na era das relações, na medida em que os remete a refletir na ação e sobre a ação.

Ao refletir sobre a fragmentação do saber na formação universitária, Mendes e Guilhermeti (2007) alertam que o egresso, quando atinge a graduação em sua área, em geral, encontra muita dificuldade para enfrentar a maioria das demandas exigidas pela sociedade devido aos problemas da formação reducionista que, dentre outras coisas não consegue integrar plenamente o ensino com as esferas da pesquisa e da extensão. Os referidos autores afirmam

que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser garantida através de uma abordagem interdisciplinar caracterizada pela complementaridade e integração dos conteúdos das disciplinas (na esfera do ensino), pela formação de grupos integrados de práticas científicas (na esfera da pesquisa) e pela contextualização das práticas através de objetos de estudo ou recortes da realidade (na esfera da extensão).

Sobre essa perspectiva, considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área do curso. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas atividades de ensino-aprendizagem articulam-se em uma concorrência solidária, para a criação do sentido e do conhecimento.

O trabalho interdisciplinar e coletivo busca permitir o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base numa visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo. Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos como a resolução de problemas de modo global e abrangente.

Para atingir estes objetivos, compete ao colegiado de curso deverá planejar estratégias de aprendizagem que possam facilitar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise crítica e criativa, reflexão independente e trabalho em equipe em contextos multiculturais. Compete ainda estimular a criatividade, envolvendo a combinação entre o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia.

Nisto, aliam-se às estratégias de ensino e aprendizagem novas orientações para a avaliação, que sejam coerentes com os objetivos e que visem colocar em questionamento não somente a memória, mas também as faculdades de compreensão, a crítica e a criatividade, incluindo-se a habilidade para o trabalho teórico-prático.

Estas considerações balizam então os parâmetros observados na construção do PPC:

- I. Concepção da estrutura curricular fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a iniciação científica e a extensão;
- II. estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de processos interdisciplinares;

- III. desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando-se os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional, sempre resultantes da evolução científica e tecnológica;
- IV. considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada;

Ainda nesta perspectiva, impõe-se no plano operacional que a estrutura curricular a ser desenhada implique em:

- I. Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares;
- II. incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar;
- III. fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão;
- IV. estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual.

Segundo Fazenda (2008) o conhecimento interdisciplinar é concebido nas dimensões do sentido (saber), da funcionalidade (saber-fazer) e da intencionalidade (saber-ser), requerendo da prática docente diferentes cuidados para que os saberes sejam adequadamente produzidos na interação professor-aluno, de tal forma que se possa perceber coerência entre o que se diz e o que se faz. Assim, **objetivamente, teremos nos eixos Ensino-Pesquisa-Extensão, as seguintes ações desenvolvidas:**

Ensino

Integração dos planos de ensino das disciplinas do semestre sobre a perspectiva dos objetivos, planejamento das aulas, conteúdo, métodos de ensino e avaliação para as atividades complementares.

Dirigir a abordagem de ensino para a busca de uma autonomia contextualizada do aluno para a construção do conhecimento.

Pesquisa

Incorporação dos esforços de pesquisa [extra-disciplinar] como conteúdo a ser integrado no processo de ensino-aprendizagem.

Institucionalizar o Seminário de Pesquisa Científica do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Participação em Programas de Iniciação Científica com projetos sendo realizados pelos discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia sob orientação dos docentes.

Extensão

Realização pelos acadêmicos de projetos de extensão com interlocução a sociedade sob orientação de docentes.

Realização de oficinas e cursos de extensão sobre temas de formação docente.

Identificação na sociedade demandas específicas na área de educação que possam ser suplantadas através de parceria com o Instituto Federal - *Campus* Ouro Branco.

5.7. Estratégias de fomento ao empreendedorismo e a inovação tecnológica

O desenvolvimento tecnológico das últimas décadas caracterizou um avanço significativo em produtividade fruto da automação dos processos, bem como na transferência e disponibilidade das informações, ambiente que se configura na era do conhecimento.

Cada vez mais, nas últimas décadas, a ação empreendedora tem recebido especial atenção pelas lideranças e sido utilizada como mola propulsora de processos estratégicos de regiões, tais como: a transferência de tecnologias e geração de novos negócios através do domínio de tecnologia.

As atividades do curso voltadas para a gestão do conhecimento, a criatividade empreendedora e a inovação tecnológica estão relacionadas com o eixo de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, o curso prevê em diversos momentos atividades, projetos, reflexões, discussões e ações que fomentam o empreendedorismo e a inovação tecnológica, através do despertar da iniciativa, criatividade, motivação, desenvolvimento do espírito de liderança, do empreendedorismo como quesitos essenciais para a formação do egresso.

Disciplinas Curriculares: Os momentos e recursos utilizados para este fim advém das disciplinas curriculares que propiciam a reflexão-ação acerca das possíveis melhorias e desenvolvimento do processo educacional em relação ao processo ensino-aprendizagem. As

disciplinas de Metodologia Científica além de outras questões formativas, estimulam atitudes voltadas para inovação tecnológica na área educacional, através do desenvolvimento de pesquisas. As disciplinas tecnológicas com ênfase na área educacional proporcionam a experiência da aplicação do conhecimento e estimulam a reflexão e o desenvolvimento de novas tecnologias. A Prática Componente Curricular (PCC) é um momento do curso que reúne uma série de experiências, a partir das quais, os discentes terão a oportunidade de aplicar os conhecimentos tecnológicos ou de desenvolver projetos, ferramentas e/ou recursos próprios para o exercício da docência.

Atividades de Pesquisa e extensão: O desenvolvimento da criatividade, gestão do conhecimento e empreendedorismo será também desenvolvido através de atividades de pesquisa:

- a) **projetos de pesquisa** pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);
- b) **promoção de eventos científicos** que oportunizem a construção de projetos a partir de problemas advindos vivenciados pela escola;
- c) **inserção em Grupo de Pesquisas** com o objetivo de viabilizar a discussão e desenvolvimento de novas tecnologias educacionais;
- d) **criação do Departamento de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância** que visa a reflexão, construção e implementação de projetos que viabilizam desenvolvimento de tecnologias voltadas para o ensino;
- e) **apoio e incentivo a criação de empresas juniores** pelos discentes, com o intuito de possibilitar a autonomia e iniciativa profissionais através da gestão e prestação de serviços (meta a ser alcançada a longo prazo);
- f) **apoio e incentivo a criação de incubadoras de empresas de base tecnológica** pelos discentes, com o intuito de possibilitar a autonomia e iniciativa profissionais através da gestão e prestação de serviços (meta a ser alcançada a longo prazo).
- g) **cursos de extensão e palestras sobre Empreendedorismo e Inovação** que trabalhem questões como criatividade, gestão, iniciativa *etc.*, visando a discussão e o estímulo à inovação e ao empreendedorismo.

O curso prevê em suas atividades e disciplinas reflexões, discussões e ações formativas que desenvolvam a consciência social, política e ambiental, contribuindo para a formação do professor como agente de transformação social. O curso de Licenciatura em Pedagogia busca formar profissionais que tenham noções éticas e políticas acerca da sustentabilidade e do cooperativismo como uma estratégia para a conservação ambiental.

O currículo contempla uma considerável parcela de disciplinas pertencentes às áreas de Ciências Humanas e Sociais que possibilitam o desenvolvimento de uma visão integrada de mundo a partir de uma reflexão interdisciplinar. Esta abordagem procura quebrar a visão do profissional especialista e técnico e busca o desenvolvimento humano e profissional necessário à docência. Portanto, a questão ética, social, humana e ambiental permeia a formação do curso através de todas as disciplinas, com ênfase nas disciplinas filosofia, sociologia, metodologia científica, PCC, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), disciplinas voltados para a gestão de setores de informação na educação *etc.*

A realização deste trabalho aborda uma compreensão histórica e social acerca das questões ambientais e capitalistas que norteiam ações políticas nacionais e internacionais, com o objetivo de promover o pensamento sustentável e suscitar reflexões e ações de percepção da educação como o *locus* de construção da sustentabilidade.

Desse modo, o curso procura desenvolver a perspectiva educacional em relação a questão, a partir do papel que o docente pode e deve desenvolver na sala de aula. Através de projetos de extensão, pesquisas, palestras *etc.* há a problematização de questões que abordam o perigo tóxico desses materiais para a vida no planeta, a possibilidade de reciclagem e reaproveitamento de material. Por outro lado, há também que se desenvolver a visão política acerca das ações empresariais e econômicas que incentivam a fabricação de equipamentos que rapidamente ficam obsoletos, tornando-se lixo, sem nenhuma atitude de sustentabilidade.

Cursos e oficinas: Noções de cooperativismo e sustentabilidade serão desenvolvidos através do apoio e orientação aos discentes sobre tratamento de resíduos de informática. Tal apoio e orientação serão dados através da vivência de cursos e oficinas para identificação, separação, organização e comercialização de resíduos de informática. A vantagem desta capacitação encontra-se na aprendizagem sobre a lida com o lixo eletrônico, preservando a saúde e o meio ambiente.

Dessa aprendizagem podem surgir projetos e ações, como por exemplo, a criação de Cooperativa Estudantil, que pudesse gerar renda, através da revenda do material separado

e/ou prensado para grandes empresas especializadas em materiais específicos, como plástico, metais ou vidro.

Além da capacitação dos discentes, dos benefícios ao meio ambiente e aos seres humanos, este projeto também traz vantagens para o IFMG-*Campus* Ouro Branco, ao permitir o envolvimento dos três eixos tecnológicos que atualmente norteiam os cursos da instituição: Engenharia Metalúrgica, Licenciatura em Computação e Administração, no que concerne a: separação e identificação dos produtos; processo de comercialização e organização administrativa de cooperativas, empreendedorismo *etc.*

5.8. Estratégias de fomento ao desenvolvimento sustentável e ao cooperativismo

Estes temas serão abordados de forma transversal ao longo do curso. Além disso, serão propostas atividades complementares e projetos diversos que contemplem o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável. Buscar-se-ão também ações que promovam parcerias com entidades de classes, empresas públicas e privadas e organizações não governamentais para desenvolvimento dessa temática.

Essas ações serão alcançadas mediante a construção de projetos de extensão cujo escopo seja a reutilização de materiais, a transformação de sucata em objetos de uso corrente ou obras de arte¹³ e a realização de campanhas de conscientização ambiental no município de Ouro Branco e adjacências.

Nesse sentido, há possibilidades de estabelecimento de parcerias com a Prefeitura Municipal de Ouro Branco, com empresas privadas que desenvolvam projetos correlatos¹⁴.

5.9. Concepção e a composição das Atividades de Estágio

I. estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a. na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;

¹³ O *Campus* Ouro Branco comporta dois projetos de extensão com esse foco, com a distribuição de bolsas de extensão para estudantes do curso de Pedagogia.

¹⁴ Como exemplo, pode-se citar o projeto Germinar, gerido pela Gerdau, que estabelece diversos tipos de parceria e que, inclusive, organiza concurso para distribuição de recursos financeiro para o desenvolvimento de projetos. No ano de 2017, diversos estudantes e professores participaram de tal edital.

- b. na Educação do Ensino Médio, respeitando a compatibilidade de disciplinas;
- c. na Educação Profissional na área de gestão escolar;
- d. na Educação Profissional, na área de Educação em Espaços Não- Formais;
- e. na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, supervisão, inspeção, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- d. em reuniões de formação pedagógica.

Para fins de realização de estágio em suas habilitações prioritárias, estes serão desenvolvidos em escolas de Educação Infantil e em escolas de Ensino Fundamental que atendam alunos dos anos iniciais dos processos de ensino, de rede pública ou privada, desde que devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1 de 15/05/2006 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, licenciatura, a organização curricular do curso de Pedagogia oferecido pelo IFMG- *Campus* Ouro Branco contempla a licenciatura para a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental; para a gestão de processos educativos, o planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais.

Desta forma, com a inserção de atribuições inerentes e previstas para o curso, a matriz curricular apresenta uma carga horária de Estágio Curricular Supervisionado de 400 horas, assim distribuídas, bem como, sob o auxílio dos pontos possíveis de estágio:

- 120 horas na Educação Infantil a ser realizado Unidades de Ensino como Creches, Escolas de Educação Infantil, das redes: municipal, estadual e particular:
- 120 horas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Médio, desenvolvendo atividades de observação, participação e regência, a ser realizado nas Unidades de Ensino das redes: municipal, estadual e particular:
- 80 horas na Gestão Escolar das diversas Unidades de Ensino como Creches, Escolas de Educação Infantil, com ênfase nas atividades de Supervisão e Inspeção Escolar e demais formas de gestão educacional;
- 80 horas a serem integralizadas no ensino e Gestão em Educação em Espaços

Não- Formais, como ONGs, Hospitais, Empresas e ou em unidades educativas do Ensino Fundamental e variados Centros Especializados em Educação, na organização do ensino e formação cidadã dentro e fora do ambiente escolar, mas que visem a formação da criança, do jovem e do adulto, na construção dos projetos educacionais dentro e fora da escola, bem como a construção do regimento escolar e as diversidades de propostas pedagógicas

Assim, os estágios Curriculares Supervisionados devem ser entendidos como momentos de efetivação do processo ensino-aprendizagem. Deve contribuir para a construção da identidade do educador e vivência de situações profissionais diversificadas que aprimorem ou suscitem outras descobertas, experiências e conhecimentos concernentes ao exercício profissional.

5.10. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui a finalidade de desenvolver no acadêmico as competências de pesquisa, análise e prática do conhecimento aprendido durante o curso. É oportunidade para que o estudante desenvolva sobre determinada área/assunto de seu interesse uma pesquisa mais aprofundada, permitindo uma ampliação de sua visão e uma análise adequada sobre o tema. Desse modo, identificando, analisando e propondo sobre a realidade. O Trabalho de Conclusão de Curso se constitui em atividade obrigatória no curso de Licenciatura em Pedagogia, devendo este processo ser dividido em três momentos:

- I. Elaboração de um projeto de pesquisa;
- II. Desenvolvimento da pesquisa, constituindo a sistematização desta o TCC.
- III. Apresentação/defesa do projeto de pesquisa frente a banca examinadora.

Para tal labor, este deverá ser realizado individualmente, , sob a supervisão individual de um professor orientador nas três etapas de seu desenvolvimento, onde a abordagem do objeto de estudo deverá relacionar-se com a habilitação do curso.

Durante o processo de construção e realização do trabalho, o estudante deverá manter uma rotina de encontros com o coordenador do Componente Curricular e com o respectivo

orientador. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser sistematizado na escrita de um artigo científico e apresentado para uma banca examinadora, composta de três docentes.

A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora, composta por até três examinadores:

- I. O docente orientador;
- II. Um docente do curso, indicado pelo orientador;
- III. Um docente indicado pelo orientador, sendo este preferencialmente externo a Instituição;

A avaliação do trabalho será realizada a partir da apresentação dos trabalhos escritos, seguidos por uma apresentação oral junto à banca examinadora que poderá ser pública.

Será considerado aprovado o trabalho que obtiver nota igual ou superior a 60 pontos, devendo ser lavrada ata constando data, a banca examinadora, equipe de alunos e nota. O trabalho que tiver alguma restrição ou recomendação apontada pela banca examinadora deverá ser revisado pelo prazo estipulado pela banca.

Deverá ser construído um conjunto de normas que orientará o desenvolvimento do TCC, no que diz respeito à sua organização técnica, sendo importante ressaltar que a política de TCC poderia se dar, articulada com a política de estágio.

As normas de realização, apresentação, avaliação e demais critérios para a efetivação do TCC deverão estar descritas em Resolução específica.

5.11. Concepção e a Composição das Atividades Complementares

Atividades Complementares são àquelas relacionadas às práticas acadêmicas e podem se apresentar em múltiplos formatos. Por não fazer parte do conjunto de disciplinas que integram a grade curricular dos cursos de graduação, elas se configuram em uma importante estratégia de dinamização ou flexibilização da estrutura regular que contempla as disciplinas-base do respectivo curso, uma vez que permite aos discentes o desenvolvimento de novos conhecimentos, conforme o interesse desses.

Em linhas gerais, as atividades complementares são interessantes na medida em que permitem aos discentes a escolha daquelas atividades que atendam às suas demandas intelectuais, desde

que contempladas no regulamento próprio e reconhecida pela comissão de docentes competente por analisá-las e aprová-las.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, considerando a importância da existência da diversidade de atividades acadêmicas na formação do profissional da área científica e educacional, reservará um total de 240 (duzentas e quarenta) horas para a realização de atividades complementares.

Compreende-se que tais atividades ampliam a compreensão dos conteúdos curriculares, possibilitando sua contextualização às diferentes realidades educacionais e sociais, dialeticamente relacionadas. As mesmas integram o currículo pleno do Curso, fomentando a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, por meio de:

- I. Atividades de Ensino;
- II. Atividades de Pesquisa;
- III. Atividades de Extensão científico-cultural e extensão comunitária;
- IV. Representação estudantil e de classe.

Considera-se aqui que nas Atividades Complementares do curso de Pedagogia, o aluno deverá cumprir as atividades acadêmico-científico-culturais, em pelo menos três grupos, podendo ser validada a carga horária máxima de 60 horas por grupo de atividades.

Com a finalidade de proporcionar meios para que os licenciandos participem dessas atividades, uma vez que elas não são apenas uma obrigação do aluno, mas também da instituição, o *Campus* Ouro Branco desenvolve e desenvolverá várias ações tais como: Agenda de Colóquios, Seminários Internos, Projetos de Ensino-Pesquisa-Extensão, Semana Acadêmica do Curso de Pedagogia, Semana de Ciência e Tecnologia, participação em representações discentes como Colegiados de Curso, Diretórios Acadêmicos, Conselho de *Campus*, bem como o constante incentivo à participação em eventos científicos externos. Nesse sentido, o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, engajado nestas ações, propiciará aos licenciandos diversas opções para que possam cumprir/vivenciar plenamente as atividades acadêmico-científico-culturais. A validação das atividades acadêmico-científico-culturais deve ser solicitada pelos licenciandos em formulário próprio preenchido junto à Secretaria de Registros Acadêmicos e em períodos pré-determinados no calendário escolar. Essa proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento ao longo do período de conclusão do curso.

Destaca-se que a entrega da documentação comprobatória das respectivas atividades complementares e a guarda dos documentos originais são responsabilidades do discente, cabendo a avaliação e o julgamento da respectiva documentação pelos docentes a serem escolhidos pelo Colegiado do curso.

5.12. Formas de Integração do Curso com o Setor Produtivo Local e Regional

A integração do Curso Licenciatura em Pedagogia junto as instituições de ensino locais e regionais é uma estratégia das mais importantes e demanda um conjunto de ações que atendam os seus interesses comuns, com especial destaque para àquelas que favoreçam a construção de novos conhecimentos e a troca de experiências entre o IFMG – *Campus* Ouro Branco e organizações instaladas nas cidades que integram a respectiva microrregião.

Nesse sentido, para uma adequada integração do Curso de Licenciatura em Pedagogia com o setor produtivo da respectiva região, as seguintes ações são incentivadas pelos docentes e dirigentes do IFMG – *Campus* Ouro Branco:

- (a) celebração de convênios com as organizações que tenham programas de estágio estruturados (estágios curriculares e extracurriculares);
- (b) programação de visitas técnicas para o aprimoramento dos conhecimentos teóricos adquiridos pelos discentes nas disciplinas ministradas nas salas de aulas;
- (c) oferta de minicursos, oficinas, consultorias especializadas e treinamentos para os profissionais das respectivas organizações, conforme solicitação formal dessas;
- (d) realização de projetos de extensão que promova a interação e a interlocução com as empresas e os empreendedores da região;
- (e) convites para os profissionais das organizações instaladas na região para a realização de palestras sobre temas de interesse para os discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Como se observa a região do Alto Paraopeba, conforme mencionado no item Justificativa, é caracterizada pelo grande número de escolas e instituições de ensino. Considerando que o curso de Pedagogia demanda uma vivência prática dos seus discentes. No âmbito da educação regular foram firmados convênios com a Prefeitura Municipal de Ouro Branco e com a Secretaria Estadual de Educação, na cidade de Ouro Branco:

- a). escolas estaduais localizadas na zona urbana que oferecem:
- ensino fundamental: anos iniciais (1º ao 5º ano),
 - ensino fundamental: anos finais (6º ao 9º ano),
 - Educação de Jovens e Adultos (EJA): ensino fundamental,
 - ensino médio regular,
 - ensino médio normal,
 - Educação de Jovens e Adultos (EJA): ensino médio,
 - EJA (presencial),
 - educação especial;
- b). escolas municipais localizadas na zona rural que oferecem:
- educação infantil: pré-escola,
 - ensino fundamental: anos iniciais (1º ao 5º ano),
 - ensino fundamental: anos finais (6º ao 9º ano);
- c). escolas municipais localizadas na zona urbana que oferecem:
- educação infantil (creche),
 - educação infantil (pré-escola),
 - ensino fundamental – anos iniciais (1º ao 5º ano),
 - ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano),
 - Educação de Jovens e Adultos (EJA): fundamental,
 - Educação de Jovens e Adultos (EJA): presencial.

5.13. Formas de incentivos às atividades de extensão e à pesquisa aplicada

Considerando as premissas da criação dos Institutos Federais, os objetivos e finalidades da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O IFMG - *Campus* Ouro Branco tem como objetivos:

- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida;
- fomentar novas iniciativas de extensão por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos, envolvendo atividades de ensino e pesquisa do *campus*;
- concentrar, prioritariamente, esforços de trabalho para a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- desenvolver programas de extensão que tenham como princípios a justiça social, a equidade, a competitividade, a geração de renda, a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, especialmente aquelas voltadas à preservação do meio ambiente.

Nos últimos anos a instituição desenvolveu diversos projetos e programas na área extensão que integradas ao ensino e pesquisa fortalecem e aprimoram a formação do licenciando. Neste âmbito destacaram-se as participações docentes e discentes em programas como: Programa Mulheres Mil; Programa de Formação Continuada de Professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino, proposto pela Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica (RENAFOR); Semana de Ciência, Cultura e Tecnologia; Seminário sobre Educação (a ser implantado); Seminário de Iniciação Científica do IFMG; PIBID (implantado em 2013); projeto de reciclagem de lixo eletrônico, promoção de parcerias com empresas da região.

Dando continuidade, pretende-se que discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia sejam continuamente incentivados a participarem destas e outras novas atividades, inserindo-se como alunos bolsistas, voluntários, colaboradores *etc.* Estas atividades devem estar integradas ao processo de ensino e devem ser consideradas apêndices do processo e do campo de formação do licenciando.

5.14. Estratégias de Apoio ao Discente

O IFMG – *Campus* Ouro Branco desenvolve um Programa de Assistência Estudantil que consiste na concessão de benefícios destinados aos seus estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e minimizar a evasão.

Das modalidades de auxílios:

- ✓ **Auxílio Moradia:** compreende a concessão de auxílio financeiro para moradia aos estudantes que atendam a critérios socioeconômicos e cujo núcleo familiar não resida na cidade do *Campus* onde este estuda.
- ✓ **Auxílio Alimentação:** refere-se à concessão de auxílio financeiro para alimentação aos estudantes que comprovem carência socioeconômica.
- ✓ **Auxílio Transporte Municipal:** destinado aos estudantes que atendem a critérios socioeconômicos, trata-se da concessão de auxílio financeiro para que estes se locomovam para o *campus*.
- ✓ **Auxílio Transporte Intermunicipal:** destinado aos estudantes que atendem a critérios socioeconômicos, trata-se da concessão de auxílio financeiro para que estes se locomovam diariamente de cidades vizinhas para a cidade do *campus*.
- ✓ **Auxílio Creche:** é um apoio financeiro não reembolsável, concedido mensalmente aos estudantes regularmente matriculados que têm filhos até 6 (seis) anos e que atendam a critérios socioeconômicos.
- ✓ **Auxílio Atividade:** refere-se à concessão de auxílio para realização de atividades do interesse do estudante e em consonância com as necessidades da instituição, que estejam preferencialmente relacionados à formação do estudante.
- ✓ **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC):** é um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de bacharelado e licenciatura que visa, fundamentalmente, complementar a formação acadêmica dos alunos, fazendo com que estes interajam com os processos metodológicos e científicos de pesquisa.

- ✓ **Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX):** voltado aos alunos dos cursos de bacharelados e licenciatura, visa despertar a vocação extensionista motivando à elaboração de alternativas de transformação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, a formação de profissionais cidadãos com responsabilidade social e ambiental, a construção e fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e o estímulo ao empreendedorismo.
- ✓ **Programa Institucional de Tutoria:** tem a finalidade de auxiliar os discentes que apresentem dificuldades de aprendizado e, assim, permitir uma recuperação das aprendizagens de forma processual através das atividades desenvolvidas pelo tutor-aluno em conjunto com o docente da disciplina.
- ✓ **Assistência Social:** presta serviços de assistência estudantil, no entanto, o serviço não era exclusivo de assistência estudantil. Em decorrência dessa urgente demanda, em 2014, foi efetivado um assistente social, criando assim, um setor específico e com serviço especializado de atendimento ao estudante na superação de suas dificuldades, desenvolvimento pessoal e profissional. Este setor trabalha em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, encaminhando discentes para atendimento psicológico e outros serviços. Este setor também é responsável pelo controle da prestação de serviço dos auxílios financeiros.
- ✓ **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE):** tem como objetivo estimular a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade, defendendo e assegurando aos alunos os direitos previstos em lei. Levantamento e atendimento das necessidades e especificidades dos discentes, bem como encaminhamentos para serviços especializados.

Consideram-se público-alvo do NAPNEE pessoas com necessidades educacionais específicas: alunos com deficiência; alunos com transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista; alunos com altas habilidades/superdotação e alunos com distúrbios de aprendizagem e/ou necessidades educacionais específicas provisórias de atendimento educacional.

- ✓ **Coordenação do Curso:** para o esclarecimento de dúvidas e orientação quando necessário, respeitando os horários de aula e de folga do próprio professor coordenador.

- ✓ **Colegiado do Curso:** assessora a coordenação no diagnóstico dos alunos e na audição periódica dos problemas gerais e do grau de satisfação com o curso, para contribuir para o desenvolvimento do curso e corrigir a sua trajetória.
- ✓ **Serviços social, pedagógico, psicológico e de atendimento a emergências:** auxilia na superação de suas dificuldades e em seu desenvolvimento pessoal e profissional, através dos serviços de atendimentos individuais aos discentes pelo setor pedagógico, social e psicológico. Quando os estudantes necessitam de atendimento médico, são encaminhados para o setor de enfermagem, que providencia o primeiro atendimento e/ou encaminha atendimento médico necessário. Este serviço é feito por um servidor efetivo, formado em Enfermagem.
- ✓ **Extensão Acadêmica:** promovem a inclusão e melhoria da qualidade de vida e adaptação estudantil, mediante a atividades culturais contínuas, oportunizando a vivência semanal de atividades como música, canto, dança etc; orientação profissional e oficinas temáticas que despertem a atenção para as competências e habilidades necessárias a atuação profissional; criação de setores e ações que visem o aperfeiçoamento da convivência e a inclusão social, em parceria com os diretório estudantil.
- ✓ **Serviço de ouvidoria:** tem o intuito de permitir uma melhor comunicação com a instituição. O serviço está disponível no site da instituição, para todos aqueles que usam ou prestam serviços no âmbito institucional e queiram registrar, serem atendidos ou prestar informações sobre: dúvidas, reclamações, sugestões, elogios, denúncias.

5.15. Descrição dos Diplomas e Certificados a serem expedidos

O IFMG, de acordo com o art. 2º da Lei n. 11.892/2008 (BRASIL, 2008c), emitirá ao aluno concluinte do curso em Pedagogia, diploma de **Licenciado em Pedagogia** para atuar na docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Será concedido Diploma de **Licenciado em Pedagogia**, conforme regulamento da Diretoria de Ensino, ao aluno que:

- a) for aprovado nas disciplinas obrigatórias e em disciplinas optativas/eletivas, e cumprir a carga horária definida na matriz curricular do curso;
- b) cumprir com êxito todas as componentes curriculares constantes neste projeto pedagógico de curso, incluindo: atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado e relatório de estágio, conforme exigências dos regulamentos específicos;
- c) estiver com situação regular com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que tem por objetivo aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, conforme a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e Portaria nº 2.051, de 9 de Julho de 2004.

5.16. Administração Acadêmica do Curso

A coordenação do curso de Pedagogia será definida mediante a eleição realizada pelos docentes da área de educação, conforme previsto no regimento do *Campus*. O mandato será de dois anos a partir da eleição.

O coordenador do Curso é o Prof. Dr. Gabriel Dias de Carvalho Junior, professor efetivo 40 horas com dedicação exclusiva do quadro dos docentes do IFMG *Campus* Ouro Branco. É licenciado em Física pela UFMG, Especialista em Avaliação Escolar pelo Uni-BH, Mestre e Doutor em Educação pela UFMG. Foi professor do Ensino Médio durante 26 anos na rede privada em diversas cidades de Minas Gerais. Atua em cursos de Licenciatura em Física, Química, Biologia, História, Educação Física, Pedagogia e Computação no IFMG e na UFV desde 2010, além de ministrar cursos, palestras e oficinas no âmbito da formação continuada de professores em todo o Brasil. Já foi coordenador do PIBID (Física e Pedagogia) e Formador do projeto Reinventando o Ensino Médio. É líder do Grupo de Pesquisas em Campos Conceituais, onde são desenvolvidas pesquisas sobre o processo de conceitualização em diversas áreas. Possui experiência em avaliação das aprendizagens, em conceitualização, em didática das ciências da natureza. Já foi coordenador do curso de Física do IFMG *Campus* Congonhas.

O quadro docente do curso de Licenciatura em Pedagogia é constituído por professores que possuem como titulação mínima o Mestrado. Para implementar um curso de acordo com a qualidade exigida, além da titulação mínima de mestre, uma das questões a serem enfatizadas é o regime de 40 horas ou regime de dedicação exclusiva. Portanto, são docentes, professores afeitos à pesquisa, ensino e orientação, conforme abaixo descrito:

QUADRO – Titulação do Corpo docente

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Adilson Ribeiro de Oliveira	Doutor em Letras	D.Exclusiva
Ana Paula Mendes Alves de Carvalho	Doutora em Estudos Linguísticos	D.Exclusiva
Ângelo Magno de Jesus	Mestre em Informática	D.Exclusiva
Bárbara Ferreira Matias Bianch	Mestre em Educação	D.Exclusiva
Catarina Barbosa Gomes Torres	Doutora em Educação	D. Exclusiva
Carlos Eduardo Paulino Silva	Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação	D.Exclusiva
Denise Perdigão Pereira	Doutora em Educação	D.Exclusiva
Fernanda Gomes da Silveira	Doutora em Matemática e Estatística	D.Exclusiva
Gabriel Dias de Carvalho Junior	Doutor em Ensino de Física	D.Exclusiva
Heleniara Amorim Moura	Doutora em Arte e Literatura	D.Exclusiva
Ivone Azevedo Makhoul	Especialista em Libras	D.Exclusiva
Jânio Rosa da Silva	Mestre em Computação	D.Exclusiva
Lawrence de Andrade Magalhães Gomes	Mestre em Evolução Crustal e Recursos Naturais	D.Exclusiva
Leandro Elias Morais	Doutor em Biologia	D.Exclusiva
Leandro José de Souza Martins	Mestre em Filosofia	D.Exclusiva
Marcelo Fernandes Pereira	Doutor em Educação	D.Exclusiva
Marie Luce Tavares	Mestre em Educação Física	D.Exclusiva
Pablo Menezes e Oliveira	Doutor em História	D.Exclusiva
Pollyanna Fiorizio Sette	Mestre em Educação Matemática	D.Exclusiva
Rafael de Araújo Álvares Marinho	Mestre em Educação	D.Exclusiva
Rodnei Alves Marques	Mestre em Educação Matemática	D.Exclusiva
Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos	Doutor em História	D.Exclusiva
Solange Auxiliadora Souza Carli	Mestre em Educação	D.Exclusiva
Thiago Vinicius Toledo	Doutor em Agroquímica	D.Exclusiva

O corpo docente do *Campus* Ouro Branco é formado por professores efetivos em regime de dedicação exclusiva de 40 horas. O plano de carreira dos docentes é regulamentado pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. A política de aperfeiçoamento e qualificação dos

docentes é regida pelo regulamento próprio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Os docentes do IFMG enquadram-se na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei n. 11.784, de setembro de 2008, o Decreto n. 7.806, de 17 de setembro de 2012 e a Portaria n. 18, de janeiro de 2013 (BRASIL, 2008a; 2012a; 2013). De acordo com esta documentação, o desenvolvimento na carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dar-se-á por meio de progressão funcional por titulação e desempenho acadêmico (BRASIL, 2012a, p. 1).

Quanto a política de capacitação do IFMG, esta foi instituída pelo Programa Institucional de Capacitação (PIC), aprovado pela Resolução n. 028 de 30 de março de 2012.

Cabe a gestão, coordenação, controle e avaliação das ações desenvolvidas referentes à capacitação docente são executados pela Diretoria de Gestão de Pessoas e pelos setores dos *campi* a ela vinculados.

A cada ano, o IFMG elabora Plano Anual de Capacitação consonante às necessidades de capacitação dos *campi* e ao PDI.

QUADRO – Professores responsáveis pelas disciplinas do curso

Disciplinas	Professor Responsável
Antropologia Cultural e Etnologia dos Costumes	Pablo Menezes e Oliveira
História da Pedagogia	Marcelo Fernandes Pereira
História da Educação	Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos
Filosofia e Métodos da Ciência	Bárbara Ferreira Matias Bianch
Fundamentos de Informática	Jânio Rosa da Silva
Libras I	Ivone Azevedo Makhoul
História da Arte e Estética	Denise Perdigão Pereira
Avaliação na Educação Básica	Gabriel Dias de Carvalho Junior
Filosofia da Educação	Leandro José de Souza Martins
Metodologia Científica e dos Trabalhos Acadêmicos	Bárbara Ferreira Matias Bianch
Educação e Filosofia dos Laços Sociais	Marcelo Fernandes Pereira
Libras II	Ivone Azevedo Makhoul
Currículo na Educação Básica	Solange Auxiliadora Souza Carli
Sociologia da Educação	Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos
Psicologia da Idade da Vida – Infante Juvenil	Marcelo Fernandes Pereira

Pedagogia Especial e Inclusão – Síndromes, Deficiências e Transtornos Infanto Juvenis	Bárbara Ferreira Matias
Literatura Infanto Juvenil I	Heleniara Amorim Moura
Arte, Dramaturgia e Ludicidade	Solange de Carli
Política e Organização da Educação	Leandro José de Souza Martins
PCC- Pesquisa e Observação	Denise Perdigão Pereira
Educação e Cognição	Gabriel Dias de Carvalho Junior
Alfabetização e Letramento	Solange Auxiliadora Souza Carli
Didática Infanto Juvenil	Bárbara Ferreira Matias
Libras III	Ivone Azevedo Makhoul
Sociologia dos Meios de Comunicação	Pablo Menezes e Oliveira
Literatura Infanto Juvenil II	Heleniara Amorim Moura
PCC – Laboratório e Desenvolvimento de Materiais	Denise Perdigão Pereira
Fund. Met. Ensino de Ciências da Natureza	Rafael de Araújo Álvares Marinho
Fund. Met. Ensino de Matemática	Rodnei Alves Marques
Fund. Met. Ensino de Língua Portuguesa	Ana Paula Mendes Alves de Carvalho
Fund. Met. Ensino de História e Geografia	Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos
Fund. Met. Ensino de Arte	Denise Perdigão Pereira
Fund. Met. Ensino de Educação Física	Marie Luce Tavvares
PPC - Laboratório de Ciências e Materiais	Gabriel Dias de Carvalho Junior
Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)	Solange Auxiliadora Souza Carli
Gestão Escolar	Catarina Barbosa Torres Gomes
Pedagogia Social	Marcelo Fernandes Pereira
Princípios e Métodos da Supervisão, Inspeção e Orientação Pedagógica	Bárbara Ferreira Matias Bianch
Libras IV	Ivone Azevedo Makhoul
Direito Institucional e Educacional	Leandro José de Souza Martins
PPC- Planejamento e Gestão	Marcelo Fernandes Pereira
Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	Solange de Carli
Psicologia Social	Marcelo Fernandes Pereira
Pedagogia e Welfare Social	Bárbara Ferreira Matias Bianch
Programas Governamentais na Educação (EJA/ E. Ambiental/ E.Quilombola e E.Rural)	Catarina Barbosa Gomes Torres
APP- Projetos	Marcelo Fernandes Pereira
Estatística Aplicada a Educação	Rodnei Alves Marques
PPC – Pesquisa e Observação	Marcelo Fernandes Pereira
Estágio Supervisionado III (Gestão Escolar)	Bárbara Ferreira Matias Bianch
Educação, Questão Social e Políticas Públicas	Pablo Menezes e Oliveira
Escola, Multiculturalismo e Diversidade	Pablo Menezes e Oliveira
Currículo, Transversalidade e Interdisciplinaridade	Solange de Carli

Libras V	Ivone Azevedo Makhoul
Educação e Tecnologias	Carlos Eduardo Paulino Silva
Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Marcelo Fernandes Pereira
Estágio Supervisionado V (Educação Não- Formal)	Bárbara Ferreira Matias Bianch

Corpo Administrativo

Uma equipe de apoio conforme os profissionais relacionados na Tabela 3 atendem ao Curso de Licenciatura em Pedagogia

Tabela 3 - Equipe administrativa do IFMG - *Campus* Ouro Branco

Técnicos	Formação acadêmica	Cargo
Alexandre José Ribeiro Costa	Mestrado em Educação	Técnico em Assuntos Educacionais
Ana Maria Silveira Francisco Samora	Ensino Médio	Auxiliar de Biblioteca
Bruno Alves Valverde	Especialização em Administração Pública	Técnico em Assuntos Educacionais
Cristiany Figueiredo Gomes	Ensino Médio	Assistente em Administração
Fillipe Perantoni Martins	Especialização em Políticas Públicas	Assistente Social
Gracielle Paixão Santos	Graduação em Comunicação Social	Assistente de Alunos
Joelmer de Souza Andrade	Mestre em Reprodução Animal	Técnico em Agropecuária
Júlio César Neves	Ensino Médio	Auxiliar de Biblioteca
Liliane Cardoso da Silva	Graduação em Serviço Social	Técnico em Secretariado
Lourenço Jerônimo Rezende Vieira	Graduação em Ciências Sociais e Engenharia Civil	Assistente de Alunos
Luciana de Oliveira Barros	Especialização em Gestão - Finanças	Assistente em Administração
Márcia Margarida Vilaça	Especialização em Gestão Social	Bibliotecária Documentalista
Meirelaine Marques Gaparoni	Mestrado em Economia Doméstica	Pedagoga
Paulo Henrique de Carvalho	Especialização em Controladoria e Finanças	Contador
Rosângela Marques de Souza	Especialização em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação	Bibliotecária Documentalista
Suelem Cristina Alves	Mestrado em Estatística	Assistente de Alunos
Valquíria Salgueiro dos Santos	Graduação em Ciências Biológicas	Assistente de Alunos
Victor Hugo Domingues D'ávila	Graduação em Engenharia de Telecomunicações	Técnico de Tecnologia da Informação

Wander Donizete Bebiano	Especialização em Psicopedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Wesley Marcossi Guerardi	Graduação em Gestão de Recursos Humanos	Assistente em Administração

5.17. Formas de participação do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante

A composição, o funcionamento e as atribuições do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante – NDE estão definidos no Regulamento de Ensino do IFMG, Resolução nº 30, de 14 de dezembro de 2016 e Resolução nº 18, de 02 de março de 2011, do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, respectivamente.

O Colegiado do Curso de Pedagogia será constituído por: Coordenador de Curso, como presidente do Colegiado; 2 (dois) representantes do corpo docente da área específica do curso; 1 (um) representante do corpo docente das demais áreas; 1 (um) representante do corpo discente; 1 (um) representante da Diretoria de Ensino (DE) do *Campus* e 1 (um) representante dos técnicos administrativos.

Todos os membros eleitos para o Colegiado serão nomeados através de portaria do Diretor-Geral do *Campus* para um mandato de 2 (dois) anos.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. assessorar na coordenação e supervisão do funcionamento do curso;
- II. estabelecer mecanismos de orientação acadêmica aos discentes do curso;
- III. promover continuamente a melhoria do curso, especialmente em razão dos processos de autoavaliação e avaliação externa, bem como o atendimento às demandas advindas da educação inclusiva;
- IV. aprovar a sequência recomendável das disciplinas e os pré-requisitos e correquisitos propostos pelo Núcleo Docente Estruturante, a serem estabelecidos no Projeto Pedagógico do curso, bem como os critérios de flexibilização dos mesmos;
- IV. deliberar e emitir parecer sobre assuntos de interesse do curso;
- V. julgar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador de Curso;
- VI. propor normas relativas ao funcionamento do curso para deliberação da Diretoria de Ensino do *campus*;

VII. designar docente para orientação a discentes em programas de mobilidade acadêmica.

O Colegiado de Curso se reunirá ordinariamente, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por solicitação de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

As decisões do Colegiado de Curso serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de membros presentes.

Conforme Resolução nº18, de 02 de março de 2011, o NDE será composto por, no mínimo, 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso de Pedagogia, todos com pós-graduação *strictu sensu*, regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva. O NDE tem como atribuições ações que visam a melhoria constante do curso através da indicação de modos que consolidem o perfil do egresso e incentivem o desenvolvimento de pesquisa e projetos de extensão.

Ambos, Colegiado e NDE, realizarão reuniões periodicamente e registrarão suas definições em ata, conforme livro de atas constante nos arquivos do Curso de Licenciatura em Pedagogia

5.18. Infraestrutura

5.18.1. Instalações e Equipamentos

O *Campus* de Ouro Branco ocupa uma área total de 18.623,98m². Desse total, 9.770,84m² constituíra a área construída, o que representará 54% de ocupação (BOAS, 2010). A Figura 3 mostra a vista panorâmica do Câmpus.



Figura 3 – Localização do *Campus* Ouro Branco. Fonte: Google Earth, 2012.

Este *Campus* abrigará confortavelmente salas de aulas, auditórios, gabinetes dos docentes, laboratórios de metalurgia, pesquisa e/ou prestação de serviços, biblioteca, laboratórios de ensino de informática, serviço de fotocópias, diretoria, secretarias de setores, banheiros masculino e feminino, cantina com restaurante, etc. Assim, o IFMG disporá de instalações físicas amplas e apropriadas às atividades de ensino. A Figura 4 apresenta o projeto de expansão do *Campus* Ouro Branco elaborado pela arquiteta Paola Vilas Boas em 2010.

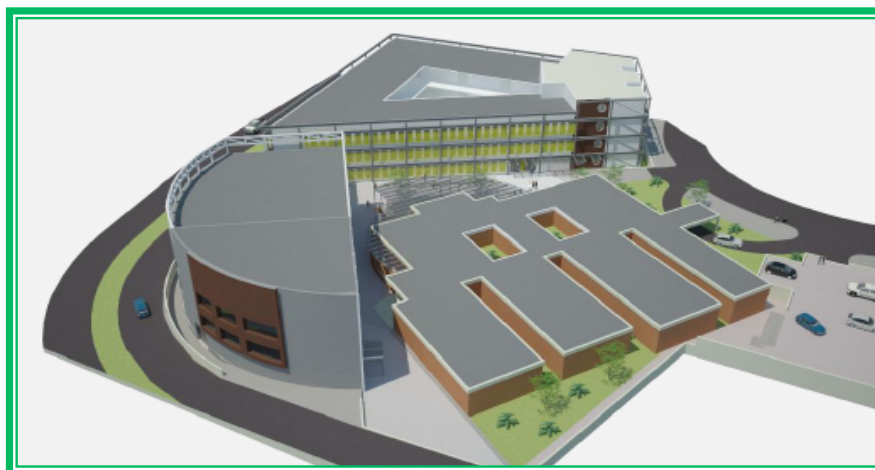


Figura 4 - Projeto arquitetônico de expansão do Câmpus. FONTE: BOAS (2010)

Além deste espaço construído, há um total de 8.853,14m² de área livre, destinada ao Projeto de Expansão, que será composto por 3 blocos de construção. O Bloco I, Figura 5, com área construída de 1.677,75m² será composto de: (a) uma biblioteca, (b) administração e, (c) uma área de convívio.



Figura 5 – Expansão, vista Bloco I. FONTE: BOAS (2010)

O Bloco II, Figura 6, com área construída de 5.529,20 m² será constituído por: (a) 10 Laboratórios (b) 17 Salas de Aula e (c) uma Sala de Professores. O Bloco III, Figura 7 com 2.563,89m², terá: (a) Auditório-496 lugares, (b) Biblioteca com 511,15m², (c) Mínimo 20.000 itens, (d) Salas de Estudos, (e) Áudio e Vídeo.

NO PRÉDIO ATUAL ocupado pelo *Campus* Ouro Branco há 7 (sete) salas de aula, com capacidade para acomodação total de 40 (quarenta) discentes. As salas são compostas por: 40 (quarenta) cadeiras do modelo universitário, prancheta e assento e encosto em polipropileno plástico; mesa e cadeira escolar para o professor; lousa branca e 7 (sete) aparelhos de *Datashow* instalados com telas de projeção. Além disso, há 9 (nove) lousas digitais para utilização nas salas de aula disponíveis para o curso.

O prédio disponibiliza 7 salas de aulas com dimensões variando entre 31 e 52 m². As salas possuem: data-show, carteiras, mesa de madeira retangular para uso do Professor, quadro de giz, cadeira para o professor e ventilador. A capacidade das salas de aulas varia entre 30 e 40 alunos.

Algumas ações estão sendo desenvolvidas para promoção da acessibilidade, como: instalação de piso e sinalização tátil e sinalizadores nos corredores para promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência física; construção de rampas de acesso com sinalizações táteis de piso, corrimão duplo; instalação de mesas adequadas para cadeirantes nos laboratórios de Computação e de carteiras adequadas nas demais salas de aula; identificação em braile nas portas dos setores, corredores e padrões elétricos fixados na parede; remoção do degrau da porta principal de entrada do prédio do Câmpus;, patamar junto às portas da portaria principal; instalação de corrimão duplo nas rampas de acesso existentes na portaria principal; alargamento das portas existentes no prédio atual que não estão em conformidade com as medida que permitem a acessibilidade; remoção da segunda porta da entrada principal do prédio do *Campus* remoção de todos os marcos de portas dos corredores; inversão de portas de algumas salas para acesso dos usuários de cadeiras de rodas; identificação de espaços entre os blocos dos prédio que podem ser transformados em futuros corredores amplos, com acessos as salas e áreas para manobras para usuários de cadeiras de rodas; adequação e sinalização da porta no fim do corredor principal como saída de emergência.

Implantado provisoriamente neste prédio, constantes reformas e adaptações são feitas para redimensionamento e adaptação do espaço às necessidades dos cursos técnicos e superiores em funcionamento. Atualmente, o prédio é composto pelas seguintes instalações:

- a) salas de aula;
- b) secretaria escolar;
- c) gabinete da direção geral;
- d) gabinete da direção de ensino;
- e) sala do departamento de administração e planejamento
- f) sala de gestão de pessoal;
- g) espaço para almoxarifado;
- h) espaço para cozinha;
- i) 3 laboratórios de Computação com acesso à internet;
- j) sanitários masculinos e femininos destinados aos estudantes;
- k) sanitário destinado aos servidores;
- l) sala de coordenações [extensão/ relações empresarias e estágio/ pesquisa/ cpa
- m) sala para recepção e assistência ao educando
- n) sala de atendimento a discentes e docentes (psicólogo/ pedagoga/ assistente social)
- o) pátio interno coberto;
- p) sala para professores, com computadores e acesso à internet;
- q) 3 laboratórios de Metalurgia;
- r) sala para coordenações de curso;
- s) espaço para biblioteca escolar.



Figura 6 – Expansão, vista Bloco II. FONTE: BOAS (2010).

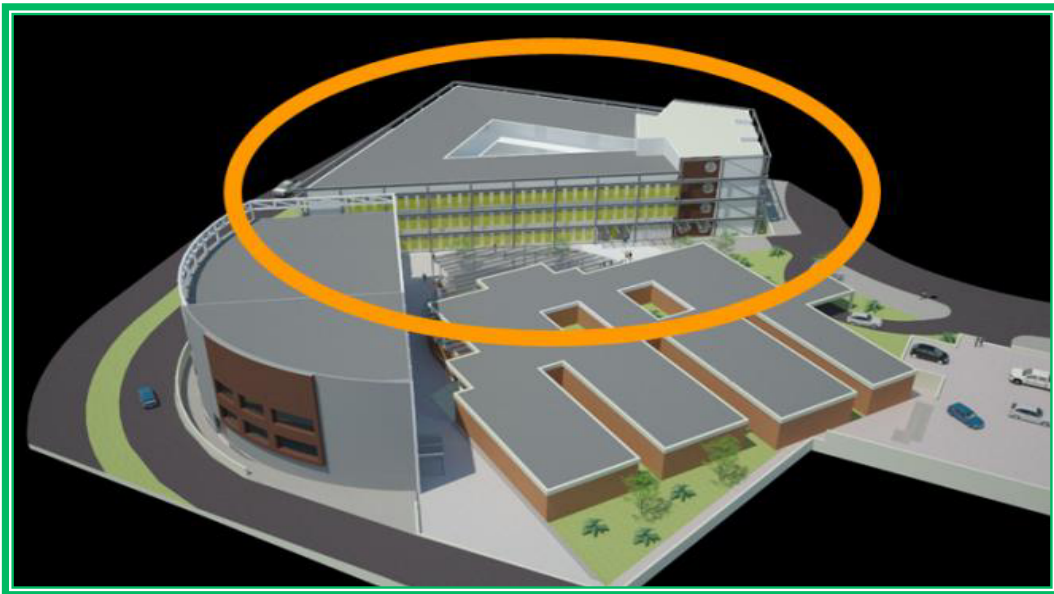


Figura 7 – Expansão, vista Bloco III. FONTE: BOAS (2010).

A Figura 8 mostra a entrada do *Campus* pela Rua Afonso Sardinha (a) e a área de acesso aos Blocos no interior do *Campus* (b).



(a)



(b)

Figura 8 – Entrada principal e áreas de acesso do Câmpus. . FONTE: BOAS (2010).

Para as atividades do Curso Licenciatura em Pedagogia, a IFMG – *Câmpus* Ouro Branco dispõe de área construída com 4 salas de aula, além de 1 sala de permanência de professores, 1 sala de permanência para os técnicos-administrativos e 1 laboratório de informática. Com a expansão prevista, o *Câmpus* ocorrerá aumento de salas de aula, do laboratório de informática, bem como sala para desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão.

As salas de aula possuem capacidade para atender a 40 (quarenta) discentes, contemplam carteiras adequadas, bem como quadro e ventiladores. Além disso, o *Câmpus* dispõe de 9 lousas digitais, 3 retroprojetores e 15 datashows como recursos didáticos disponíveis.

Na Tabela 4, apresentam-se as instalações existentes destinadas aos professores cuja sala de permanência tem uma área de 35 m². A Tabela 5 apresenta as instalações existentes destinadas aos técnicos cuja sala de permanência tem uma área de 15m². A Tabela 6 apresenta a descrição do equipamento que compõem o laboratório de informática.

Tabela 4 - Instalações e equipamentos oferecidos aos professores do curso

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Mesa e cadeira para professores	14
Computador	02
Impressora Matricial EPSON LX-300	01
Impressora HP Laser (P&B)	01
Mesa para o computador	02
Mesa central de madeira	01
Mesa suporte para impressora	01
Armário de aço	04
Armário de madeira	06
Retroprojetores	02
Datashow	04

Tabela 5 - Instalações e equipamentos.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Mesa de escritório	01
Armário de aço	01
Banheiro	02
Armário de madeira	01

Tabela 6 – Descrição do Laboratório de Informática

NOME:	Laboratório de Informática
CAPACIDADE:	40 postos de trabalho
LOCAL:	Bloco A
CÂMPUS:	Ouro Branco-MG

ATIVIDADES:	Aprendizagem de aplicativos básicos, como editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentação de <i>slides</i> , aplicativos avançados, como interpretadores/compiladores de linguagens de programação diversas e rede de computadores instalada para acesso a internet.
EQUIPAMENTOS :	20 micro-computadores com <i>softwares</i> diversos instalados, ativos de redes de dados e internet, quadro branco e <i>datashow</i> .

O laboratório de informática está disponível para utilização durante as aulas, como recurso didático que possibilita a aprendizagem prática aos discentes. Podendo ser acessados durante o período das 18 às 22 horas pelos discentes para realização de atividades escolares.

A website do *Campus* Ouro Branco está em fase de elaboração com o planejamento de, no primeiro trimestre de 2013, estar disponível com todas as informações referentes ao funcionamento escolar, bem como àquelas especificamente relacionadas a cada curso. Será criado um espaço para funcionamento do ambiente virtual de aprendizagem para possibilite a elaboração de fóruns de discussão, salas de bate-papos e outros espaços interativos entre alunos e docentes.

5.18.2. Laboratórios Específicos do Curso de Pedagogia

Além da Brinquedoteca, planeja-se a construção de dois laboratórios para o curso: um de **Desenvolvimento de Materiais Didáticos** e outro de **Tecnologias Educacionais e Educação a Distância**.

A **Brinquedoteca** destina-se a pesquisa das bases teóricas e práticas do uso de brinquedos na educação, desenvolvimento e operacionalização de brinquedos, de formação de brinquedotecas, entre outros.

O **Laboratório de Desenvolvimento de Materiais Didáticos** destina-se ao ensino, pesquisa e extensão do curso de Licenciatura em Pedagogia para o desenvolvimento de:

- a. aula prática sobre conhecimento, modelagem, projeção e implementação das aplicações baseadas teorias da aprendizagem;

b. aula de desenvolvimento de novos materiais e possibilidades de utilização de novos recursos

O **Laboratório de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância** destina-se ao ensino, pesquisa e extensão do curso de Licenciatura em Pedagogia para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para inclusão digital, tecnologia assistiva e educação a distância. As atividades desenvolvidas neste Laboratório contemplarão:

a. aula prática de materiais, aplicativos e ferramentas e ambientes virtuais utilizados na educação;

b. aula prática de materiais, aplicativos e ferramentas e ambientes virtuais utilizados na educação especial

c. aprendizagem de aplicativos básicos como editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentação de *slides*;

d. aula prática sobre utilização de recursos multimídia e hipermídia em educação;

e. preparação de aulas de atividades de educação a distância: gravação em áudio, vídeo e elaboração de outros materiais didáticos de ensino, como textos e imagens;

f. aula prática sobre utilização de recursos multimídia e hipermídia em educação;

5.18.3. Acessibilidade no *Campus Ouro Branco*

A população com necessidades específicas é composta por pessoas com restrição de mobilidade e deficiência, idosos, gestantes ou pessoas com criança de colo, pessoas com mobilidade reduzida temporária e pessoas obesas.

O projeto arquitetônico e urbanístico do IFMG - *Campus Ouro Branco* está em conformidade com o Decreto-Lei n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004 - Lei da Acessibilidade. Assim, espera-se que o novo prédio atenda às exigências legais e às necessidades de todas as pessoas portadoras de necessidades especiais.

De acordo art. 8º da referida lei, que para os fins de acessibilidade, considera-se a condição de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas

e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os professores, auxiliando a Comissão Interna de Promoção da Acessibilidade - CIAC - do *Campus* Ouro Branco, elaboraram um diagnóstico conforme exigido pela NBR 9050, para identificação da realidade e contingências estruturais ainda existentes no *Campus* Ouro Branco e junto com a Diretoria Geral encaminharam o relatório e solicitaram melhorias a Diretoria de Infraestrutura e a Coordenadoria da Acessibilidade da Reitoria do IFMG. Com essas ações almeja-se dissolver as dificuldades atuais e possibilitar o acesso e permanência das pessoas que possuem necessidades especiais, garantindo a acessibilidade nesses espaços a toda população sem distinção.

Essa ação envolve a tentativa de eliminar barreiras arquitetônicas e minimizar as barreiras atitudinais para contemplar a possibilidade de acesso para todos, como medida para propiciar a inclusão social e a educação pública a qualquer indivíduo.

Uma das principais ações do Governo Federal tem sido promover a inclusão social e, nesse sentido, o *Campus* Ouro Branco buscará assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso às dependências da unidade para desenvolver suas atividades escolares.

5.18.4. Biblioteca

A Biblioteca José Bernardino dos Reis do IFMG *Campus* Ouro Branco funciona no horário das 7:00 h às 22:00 h para atender aos discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Possui o acervo bibliográfico em quantitativo conforme exposto a seguir. Em sequência é relacionado o acervo que deve ser comprado para devida continuidade do curso.

Em relação ao acervo bibliográfico, este é composto por um total de 1402 (um mil quatrocentos e dois) títulos e 9.647 (nove mil seiscentos e quarenta e sete) exemplares de livros. Possui também, 232 (duzentas e trinta e duas) unidades de 13 (treze) títulos de Cds.

5.18.4.1. Acervo bibliográfico compatível disponível na biblioteca:

Dentre a gama de títulos e exemplares que compõem o acervo bibliográfico da biblioteca, cerca de 4.905 livros poderão ser utilizados no curso de Licenciatura em Pedagogia.

CLASSIFICAÇÃO	ÁREA DO CONHECIMENTO	TITULOS	EXEMPLARES
004	Ciências Exatas e da Terra - Computação	114	1381
51	Ciências Exatas e da Terra - Matemática	31	307
519.2	Ciências Exatas e da Terra – Probabilidade e Estatística	05	66
52	Ciências Exatas e da Terra – Astronomia	02	02
53	Ciências Exatas e da Terra - Física	18	453
54	Ciências Exatas e da Terra - Química	15	133
TOTAL		185	2.342
796	Ciências da Saúde- Educação Física	13	20
TOTAL		13	20
34	Ciências Sociais Aplicadas - Direito	30	150
020	Ciências Sociais Aplicadas – Ciência da Informação	01	05
33	Ciências Sociais Aplicadas - Economia	03	08
36	Ciências Sociais Aplicadas – Serviço Social	01	07
65	Ciências Sociais Aplicadas - Administração	76	649
657	Ciências Sociais Aplicadas – Administração – Ciências Contábeis	07	87
659	Ciências Sociais – Aplicadas- Comunicação	02	18
TOTAL		120	924
1	Ciências Humanas - Filosofia	47	290
21	Ciências Humanas - Teologia	02	03
32	Ciências Humanas – Ciências Políticas	02	06

37	Ciências Humanas – Educação - Educação	141	709
39	Ciências Humanas - Antropologia	05	24
316	Ciências Humanas - Sociologia	32	145
93	Ciências Humanas - História	14	43
8	Ciências Humanas - Linguística, Letras e Artes	44	390
TOTAL		287	1.610
	Outros - Ciências	02	09
TOTAL		02	09
TOTAL GERAL		607	4.905

Fonte: Acervo da Biblioteca José Bernardino Reis

O Acervo Virtual, além da biblioteca que disponibiliza o acervo físico, oportuniza aos discentes, docentes e comunidade acadêmica acesso ao acervo virtual das bibliotecas: Biblioteca *ebrary® Academic Complete™* (EBRARY) e Biblioteca Virtual Universitária Pearson. As bibliotecas virtuais complementam o acervo físico e propiciam melhores condições de acesso.

Os periódicos Assinados pelo Portal CAPES [O IFMG possui assinatura de cento e vinte e três periódicos (123) através do Portal de Periódicos CAPES], constituem-se com uma importante forma de pesquisa, pois o conteúdo assinado pode ser acessado por professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, através de computadores ligados ao IFMG, com IP's identificados e/ou autorizados.

5.18.4.2. Acervo bibliográfico complementar a ser adquirido:

No primeiro semestre de 2017 será realizado um novo levantamento e iniciado o processo de compra do acervo.

6. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos conhecimentos e habilidades, determinadas para cada etapa do Curso, será processual e diagnóstica, o que significa, respectivamente:

- será permanente, acompanhando todo o processo de desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades vivenciados pelo aluno;
- será diagnóstica, à medida que possibilitar ao aluno conhecer o nível de desempenho alcançado em cada etapa do processo de construção dos conhecimentos e habilidades, e permitir que os professores orientem os alunos sobre que tarefas/estudos/pesquisas ainda deverão realizar para atingir o percentual mínimo de desempenho aceitável.

Dentre os instrumentos e procedimentos a serem adotados no processo avaliativo dos cursos do IFMG – *Campus* Ouro Branco estão:

- ✓ Avaliações (provas, testes e exames);
- ✓ Trabalhos em grupo ou individuais;
- ✓ Análise de texto escrito ou oral (relatórios, seminários, monografias);
- ✓ Análise de experimentos e atividades práticas (atividades em laboratório, visitas técnicas, simulações, dentre outras);
- ✓ Relatórios de estudo de casos;
- ✓ Fichas de observação;
- ✓ Formulários de autoavaliação.

Salienta-se que a escolha deverá estar em consonância com o que indica a Lei n. 9.394/96, ou seja, devem ser considerados aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Tais instrumentos devem ser expostos e discutidos junto aos alunos no início de cada bimestre letivo, atentando ao respectivo calendário escolar e deve constar no plano de ensino de cada disciplina.

No Quadro 1 apresenta-se a síntese da avaliação da aprendizagem dos cursos superiores no IFMG *Campus* Ouro Branco.

Quadro 1: Síntese da Avaliação da Aprendizagem do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Distribuição de Pontos	Serão distribuídos 100 pontos em cada disciplina no semestre.
Promoção	Estará aprovado na disciplina o discente que obtiver nota igual ou

	superior a 60 (sessenta) pontos e tiver, no mínimo, 75% de frequência da carga horária.
Recuperação Final	<p>Somente para discentes cuja nota da disciplina for maior ou igual a 40 pontos e menor que 60 pontos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O exame de recuperação será realizado no período oficializado pelo Calendário Escolar. Será atribuído o valor de 100 pontos e abordará todo conteúdo da disciplina. • Prevalecerá entre a nota desse exame e a nota anterior, a maior delas. Se a nota obtida no exame de recuperação final for igual ou maior que 60 pontos, o discente será aprovado.
Da Reprovação	<p>Considerar-se-á reprovado na disciplina o discente que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • tiver frequência inferior a 75% da carga horária da disciplina; e/ou • obtiver nota anual menor que 40 (quarenta) pontos na disciplina; e/ou • obtiver, após o processo de recuperação final, nota inferior a 60 (sessenta) pontos na disciplina. <p>O discente que for reprovado em alguma disciplina deverá cursá-la no próximo semestre em que ela for oferecida.</p>

De acordo com o Regulamento de Ensino do IFMG e com o Regimento Interno do *Câmpus*, a verificação do desempenho acadêmico compreenderá a frequência às aulas e o rendimento do discente. O rendimento acadêmico do discente será aferido por uma escala de zero (0) a cem (100). A distribuição dos pontos será realizada respeitando aos dispositivos legais acima citado, com diversas formas de atividades avaliativas, incluindo a participação do aluno na Semana de Ciência e Tecnologia. O número e o tipo de atividades avaliativas previstos em cada disciplina serão estabelecidos pelo professor, desde que respeitado o projeto pedagógico do curso.

Os componentes curriculares Atividades Complementares, Prática como Componente Curricular, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso, em decorrência de suas especificidades, terão a liberdade de acatar ou não os critérios acima descritos, para distribuição de pontos.

O conteúdo programático e os critérios de avaliação deverão ser apresentados no início da disciplina e avaliados permanentemente pelo docente e discente, tendo em vista o aprimoramento constante do processo ensino-aprendizagem.

7. SISTEMAS DE AUTOAVALIAÇÃO

No decorrer do curso, este projeto pedagógico será analisado pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do curso quanto à pertinência, à coerência, à coesão e à consistência dos componentes curriculares, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas ofertadas.

O colegiado deverá promover a dinâmica avaliação e qualidade do Curso – por meio de encontros onde serão discutidos: o desenvolvimento dos módulos de formação; a qualificação crescente das práticas de ensino e dos estágios supervisionados; a reconstrução das propostas de atividades complementares, que devem abarcar experiências acadêmico-científico direcionadas aos estudantes, tendo em vista, a ampliação da formação proporcionada pelo curso.

O Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante deverão organizar espaços de discussão e acompanhar a qualificação didático-pedagógica dos docentes por meio de levantamentos semestrais que permitam observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade. O NDE possui atribuições específicas que visam o processo de consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do Curso.

Art. 2º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. Art. 3º. As Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes I - ser constituído por um mínimo de 5 professores

pertencentes ao corpo docente do curso; II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; IV - assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso (BRASIL, 2010a, p. 1).

A atualização do Projeto Pedagógico do Curso deverá ser contínua, em especial após cada ciclo avaliativo, em que se identificam as exigências de melhorias no curso; quando ocorrerem modificações e novas exigências nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia e da Formação de Professores; além de observação da demanda de perfil profissional almejado no mercado de trabalho.

No tocante a avaliação do curso, a Comissão Permanente de Avaliação – CPA realizará junto aos graduandos avaliações periódicas em relação ao curso, as disciplinas, aos docentes e aos próprios discentes, cujos resultados subsidiarão as discussões e as atuações do NDE e do Colegiado em busca da melhoria deste PPC e do curso.

A avaliação do curso implica em ações coordenadas por parte da Pró-reitoria de Ensino e Colegiado do Curso acerca da organização e implementação de processos participativos de avaliação da prática docente, contando com a participação de estudantes e professores na identificação e análise da qualidade do trabalho. Para tanto, conta-se com a instauração da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), definida pelo art. 11, da Lei 10.861, com as atribuições de

[...] de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL, 2004c, p. 4).

A partir da organização da CPA (Comissão Permanente de Avaliação) deverão ser produzidos os instrumentos que deverão ser disponibilizados pelo IFMG, *Campus* Ouro Branco. Os resultados das avaliações deverão nortear o planejamento de ações futuras com vistas à permanente qualificação do trabalho de formação docente.

A CPA deverá realizar também um diagnóstico das condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho de nossa unidade de ensino, e encaminhar aos órgãos competentes as solicitações, adaptações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino.

Em relação avaliação de desempenho dos estudantes, de acordo com as orientações do SINAES, em nível nacional, a avaliação do desempenho é realizada por meio da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) fundamentado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004c).

Esse exame avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas de acordo com as exigências das diretrizes que os orientam.

O ENADE é considerado componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Seu *modus operandi* consiste na seleção dos estudantes pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), os quais devem comparecer e realizar o exame, obrigatoriamente.

Em 05 de agosto 2008, o Ministério da Educação alterou a forma de avaliar os cursos de graduação e divulgou a Portaria Normativa nº 4, publicada no DOU em 07 de agosto de 2008, instituindo o Conceito Preliminar de Curso (CPC), os quais variam de 1 a 5, sendo considerado satisfatório aquele que for igual ou superior a três. O CPC é calculado com base em informações de cada curso e das notas do ENADE. De acordo com a referida portaria, os cursos que obtiverem no CPC conceitos de 3 a 5, terão sua Portaria de Renovação de Reconhecimento automaticamente publicada no Diário Oficial da União. Entendem-se como Cursos com conceito igual ou superior a três (3), aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Estes ficam dispensados de avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do curso, este projeto pedagógico será analisado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do curso quanto à pertinência, à coerência, à coesão e à consistência dos componentes curriculares, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas ofertadas.

Este Projeto Pedagógico do Curso será continuamente revisado, especialmente a cada ciclo avaliativo, tendo em vista a necessidade de melhoria e reestruturação do curso bem como a reorganização do plano de ensino com devida adequação das ementas aos objetivos, conteúdos e metodologias utilizadas, consoante as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de observação da demanda de perfil profissional almejado no mercado de trabalho.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 3 dez. 2004, Seção 1, p. 2-6.

BRASIL. Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 dez. 2007, Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 set. 2008, Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 253. 30 de dezembro de 2008.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 248, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CES Nº 8, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4 de 1999, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Página 52, 07 de outubro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação,

bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Parecer nº 16 de 1999, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Nº 226. Página 21, 26 de novembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.154/2004, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Página 142, 26 de julho de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Avaliação dos cursos de graduação**: instrumentos. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-manuais>> Acesso em 19 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008: Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1º set. 2008, seção 1, p. 56.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010: Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2010, seção 1, p. 39 a 43.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Resolução nº 7, de 31 de agosto de 2009, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Página 168, 02 de setembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, DF. Disponível em: http://catalogonct.mec.gov.br/eixos_tecnologicos.php (Acesso em 16 de fevereiro de 2012).

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18abr. 2002.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores: Busca e movimento.** Campinas: Papirus, 1996. _____. Tendências na formação de professores. Texto de uma palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina em 22/05/95. Mimeo.

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAÓPEBA – CODAP. **Plano de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <<http://www.altoparaopeba.mg.gov.br>> . Acessado em: 24 de outubro de 2012.

COUTINHO, L. S. **Curso de pedagogia da Unicamp: Processo de reformulação curricular. Trabalho de Conclusão de Curso,** Campinas: FEUnicamp, 2002. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e ensinar. Por uma docência de melhor qualidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2005. 128 p.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: _____. (org.). **Práticas interdisciplinares na escola.** 11 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p.15-18.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: _____. (org.). **O que é interdisciplinaridade.** São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 17-28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, H C L. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino.** Campinas/SP: Papirus, 1996.

FREITAS, H.C.L. **Plano Decenal de Educação: consenso e cooptação.** *Revista do SINPEEM*, São Paulo, n. 2, fev. 1995.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS IFMG. **Orientação para Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do IFMG,** Belo Horizonte, 2016..

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS IFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMG - PDI:** período de vigência 2014-2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS IFMG. Resolução nº30 de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Ensino dos Cursos de Graduação do IFMG. Belo Horizonte, 2016.

MENDES, Maurício; GUILHERMETI, Paulo. Fragmentação do saber e interdisciplinaridade na formação universitária. **Revista eletrônica Lato-Sensu-Revista da Pós-Graduação em Ciência Humanas da Universidade Estadual do Centro-Oeste**. Paraná, ano 2, n. 1, p.1-12, jul. 2007. Disponível em: <www.unicentro.br>. Acesso em: 25 out. 2012.

MORAES, Maria Cândida. Uma educação para a era das relações. In: _____. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1997. p. 209-228.

MORIM, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003. 118 p.

SCHEIBE, L; AGUIAR, M A. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão**. Educação e Sociedade. 20, no. 68, 1999:CEDES.

SILVA, C S B da. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. Campinas: Autores Associados, 2003.

ANEXO A - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

As atividades complementares são atividades extracurriculares obrigatórias no seu curso de graduação e têm por finalidade o enriquecer o processo ensino-aprendizagem, ampliando o seu conhecimento de forma diferenciada e prática.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMG *Campus* Ouro Branco, cada aluno(a) deverá cumprir um total de duzentas e quarenta horas (240) horas que irão contribuir para sua formação e que privilegiem:

- ✓ a complementação da formação social e profissional do discente;
- ✓ atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- ✓ atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica;
- ✓ atividades esportivas e culturais, além de intercâmbios em instituições congêneres.

ORIENTAÇÕES

1. **Leia** com atenção este Manual de Atividades Complementares atentando-se para as informações e procedimentos;
2. **Informe-se**, sempre, sobre as atividades oferecidas dentro ou fora do IFMG;
3. **Tenha** a documentação comprobatória original da sua atividade em mãos, e dê entrada na Secretaria;
4. **Arquive** a documentação comprobatória das suas AACC, inclusive os comprovantes de sua entrada no protocolo, apresentando-os sempre que solicitado;
5. **Cumpra** a carga horária dentro dos prazos especificados;
6. Na secretaria:
 - ✓ **Apresente** sempre uma cópia xerox do documento
 - ✓ **Leve** o original para autenticação no próprio protocolo
 - ✓ No campo especificado, **anote** todas as informações que considerar importante.
 - ✓ **Identifique** o seu curso, período, turno, matrícula e nome completo.
 - ✓ **Anote** a data de entrada da documentação.
 - ✓ **Anexe** o relatório sobre a atividade (guarde uma cópia do mesmo). No relatório deverá constar a quantidade de horas despendidas na atividade, pois, na maioria das vezes, estas não constam nos certificados. Todo relatório deverá ser entregue digitado em formato A4, fonte Arial, corpo 11, usando espaço 1,5.
 - ✓ **Verifique** se seus documentos estão assinados (certificados, contratos, declarações, relatórios, etc.).

- ✓ **Não perca** o seu comprovante de entrada dos documentos na secretaria.
- ✓ **Guarde** os seus originais com cuidado.
- 7. **Faça** sempre um controle das atividades que participou e das horas que já cumpriu.
- 8. **Esteja** atento às possibilidades oferecidas pela própria instituição como palestras, simpósios, debates, mostras, cursos gratuitos de informática, etc.
- 9. Em caso de dúvidas, **procurar** a coordenação do curso.

GRUPOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Grupo	Atividades
Ensino	Disciplina isolada cursada em outra Instituição
	Disciplinas oferecidas pelo IFMG e não pertencentes ou nem equivalentes ao currículo do curso.
	Monitoria e PIBID
Pesquisa	Iniciação Científica
	Trabalhos Publicados
Extensão	Participação em Projetos de Extensão
	Atividade profissional vinculada ao curso – Estágio/emprego
	Participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros de atualização e similares, dentre outros.

Obs.: O cumprimento da carga horária total das Atividades Complementares deverá contemplar o maior número possível de modalidades sugeridas pelo curso, objetivando o enriquecimento curricular do aluno.

CRITÉRIOS PARA APROVEITAMENTO DA CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE

TABELA DE EQUIVALÊNCIA/VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES – CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA	
ATIVIDADES	Carga horária Máxima
1. Congressos, seminários, conferências e palestras assistidas, fóruns, <i>workshops</i> , e atividades institucionais (desde que afins com seu curso ou indicadas pela coordenação). Congressos: contempladas 06 h para cada	82h

<ul style="list-style-type: none"> • Máximo 4 ao longo do curso Seminários: contempladas 04 h para cada <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 5 ao longo do curso Workshops: contempladas 04 h para cada <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 5 ao longo do curso Palestras ou conferências: Palestras 02 h para cada <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 10 (de uma ou de outra) ao longo do curso Atividades Institucionais: contempladas 02 h para cada participação <ul style="list-style-type: none"> • Máximo: 4 ao longo do curso Fóruns: contempladas 4 h para cada <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 5 ao longo do curso. 	
<p style="text-align: center;">2. Cursos virtuais, com temas relacionados ao seu curso.</p> Com carga horária de até 30 horas = 20% da carga horária do curso (Ex: Até 10h=2h; 20h = 4h; 25h=5; 30h= 6h) Obs.: cursos com carga horária superior a 30 horas – 8 horas cada curso (independente da carga horária do curso) <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 4 cursos ao longo do curso. (ou a quantidade suficiente para completar a carga horária máxima)	32 h
<p style="text-align: center;">3. Cursos diversos, minicursos e oficinas relacionadas às disciplinas ou da área de interesse do aluno, desde que sejam pertinentes ao seu curso.</p> Com carga horária até 30 horas = 20% da carga horária do curso (Ex: Até 10h= 2h; 20 h=4h; 25h=5; 30h=6h) Obs.: com carga horária acima de 30 horas – 8 horas cada curso (independente da quantidade de horas do curso) <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 4 ao longo do curso (ou a quantidade suficiente para completar a carga horária máxima)	32 h
<p style="text-align: center;">4. Viagens de estudo (assistidas pelo professor) ou intercâmbio cultural</p> Viagens para congressos, vivências em empresas, temporadas (nacionais/internacionais), intercâmbio, dentre outras, assistidas ou acompanhadas por um professor da instituição ou mediante comprovação. Serão contempladas 10 h para cada <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 4 ao longo do curso 	40 h
<p style="text-align: center;">5. Ações voluntárias de Responsabilidade Social, desenvolvidas junto a organizações privadas, públicas ou não-governamentais.</p> Para cada 20 h de atividade: contempladas 04 h <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 3 ao longo do curso Obs: trabalho voluntário ou informal (na sua área) não é validado como atividade complementar. O aluno deve ser estagiário ou funcionário com carteira assinada.	28 h
<p style="text-align: center;">6. Monitoria e PIBID</p> Monitorias: contempladas 06 h para cada período	32 h
PIBID: contempladas 20 h para cada semestre de participação no projeto, com no máximo 100 horas no total.	100 h
<p style="text-align: center;">7. Estágio ou emprego na área (exceto estágio supervisionado):</p> <ul style="list-style-type: none"> • de 1 a 3 meses de estágio: contempladas 9 h • de 3 a 6 meses de estágio: contempladas 18 h • 1 ano de estágio ou trabalho na área: contempladas 36 h <ul style="list-style-type: none"> • Máximo ao longo do curso: 36 h 	36 h
<p style="text-align: center;">8. Visitas Técnicas fora do horário de aula</p> Visitas técnicas (fora do horário de aula): contempladas 4 h para cada <ul style="list-style-type: none"> • Máximo 8 ao longo do curso Obs.: visitas técnicas assistidas pelo professor, como atividades da própria disciplina, no horário de aula , não são consideradas como Atividade Complementar.	32 h

9. Disciplinas cursadas fora da grade curricular, no IFMG ou em outras instituições de ensino, e que não são contempladas no currículo. Disciplinas: contempladas 8 h para cada Máximo 3 ao longo do curso	24 h
10. Liderança e vice-liderança de turma Sendo: 5 h por semestre • Creditação máxima: 3 semestres	15 h
11. Participação em grupos de estudo sob supervisão de professores e/ou alunos do Mestrado e/ ou Doutorado – Máximo 01	8h
12. Participação em Iniciação Científica • Máximo 01 ao longo do curso	36 h
13. Publicação de artigos de cunho científico ou não-científico • Creditação máxima: 01 um ao longo do curso	8 h
14. Apresentação de trabalhos em eventos científicos • Máximo 01 ao longo do curso	12 h
15. Certificação (por participações em eventos como palestrante, organizador, conferencista, dentre outros) Certificação: contempladas 8 h para cada evento • Máximo 3 ao longo do curso	24 h
16. Participação em concursos de monografias (monografias aceitas) • Máximo 01 ao longo do curso	6 h
17. Participação em sessões de cinema, óperas, teatro. Contempladas 01h para cada evento • Máximo 6 ao longo do curso Obs.: no comprovante desta atividade constam 2 horas para essa atividade.	12 h

Os demais casos não relacionados no quadro acima serão analisados pela Coordenação do Curso que dará o parecer correspondente.

PROCEDIMENTOS PARA CADA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

1. Participação em congressos, seminários, conferências e palestras assistidas, workshops, e atividades institucionais (desde que indicadas pela coordenação do seu curso).

Carga horária máxima: 82 horas

Comprovação: estas atividades deverão ser comprovadas mediante apresentação da cópia do certificado autenticado (trazer o original para a autenticação junto ao protocolo) ou comprovante de participação, e apresentação do relatório descritivo da atividade, elaborado pelo aluno.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

2. Cursos virtuais, com temas relacionados ao seu curso.

Carga horária máxima: 32 horas

Um curso com carga horária de até 30 horas, serão validadas 20% da carga horária do curso (Ex: Até 10h=2h; 20h= 4h; 25h=5; 30 h= 6h). Cursos com carga horária acima de 30 horas, serão validadas 8 horas cada curso (independente da carga horária do curso) ou a quantidade suficiente para completar a carga horária máxima.

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto ao protocolo, da cópia do certificado, disponibilizado pelo sistema ou enviado via correio após a conclusão do curso e apresentação de relatório específico/escrito pelo aluno. No relatório deverá conter a quantidade de horas dedicadas à atividade e o aproveitamento do aluno.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal –protocolar na secretaria.

3. Cursos diversos, minicursos e oficinas relacionados às disciplinas ou da área de interesse do aluno, desde que sejam pertinentes ao seu curso.

Carga horária máxima: 32 horas

Um curso com carga horária até 30 horas serão validadas 20% da carga horária do curso (Ex: Até 10h=2h; 20h=4h; 25h=5; 30h=6h). Cursos com carga horária acima de 30 horas, serão validadas 8 horas cada curso (independente da quantidade de horas do curso) ou a quantidade suficiente para completar a carga horária máxima.

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto ao protocolo, da cópia do certificado ou atestado de presença no curso, e apresentação de relatório específico/escrito pelo aluno. No relatório deverá conter a quantidade de horas dedicadas à atividade e o aproveitamento do aluno.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

4. Viagens de estudo (assistidas pelo professor)

Carga horária máxima: 40 horas (sendo 10h para cada, máximo 4 ao longo do curso).

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto à secretaria, de comprovantes da viagem, tais como cópias de passagens, ou comprovante de presença na(s) atividade(s) relacionadas e relatório específico, elaborado pelo aluno e assinado, também, pelo professor ou responsável (do IFMG) que acompanhou o aluno na viagem.

Para os intercâmbios culturais (ou cursos de língua estrangeira fora do país): apresentar também comprovantes de matrículas e certificados de conclusão do curso.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

5. Ações voluntárias de Responsabilidade Social, desenvolvidas junto a organizações privadas, públicas ou não-governamentais.

Carga horária máxima: 12 horas (sendo que, cada 20h de atividade corresponderá a 4h complementares, máximo 3 participações ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto ao protocolo, de comprovantes de participação na atividade, assinados pelos responsáveis pela mesma e relatório específico, elaborado pelo aluno, conforme modelo disponibilizado no site.

6. Monitorias e PIBID

Monitoria:

Carga horária máxima: 12 horas (6h para cada, máximo 2 ao longo do curso).

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto à secretaria, de comprovantes da participação na atividade, assinados pelo professor junto ao qual o aluno realizou a monitoria, e relatório descritivo da atividade e do seu aproveitamento, elaborado pelo aluno, conforme modelo disponibilizado no site.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

PIBID:

Carga horária máxima: 100 horas (20h para cada semestre de participação no projeto).

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto à secretaria, de comprovantes da participação na atividade, assinados pelo professor orientador que deverá destacar as horas a serem integralizadas.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

7. Estágio ou emprego na área (exceto estágio supervisionado):

Carga horária máxima: 36 horas

Obs.: o aluno poderá apresentar estágio e/ou trabalho na área para completar a carga horária máxima permitida. Não necessariamente apenas estágio ou apenas trabalho na área, podendo apresentar, por exemplo, 18 horas de estágio (6 meses) e 18 horas de trabalho (6 meses), observando apenas a documentação exigida para cada caso.

Estágio:

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto à secretaria, de cópia do contrato de estágio (assinado pela Newton e pela empresa – levar a via original para autenticação), relatório geral sobre as atividades desenvolvidas no estágio a cada mês (se a atividade for repetitiva, emitir apenas um relatório a cada semestre), assinado pelo estagiário e pelo seu supervisor do estágio na empresa, e um relatório ou **parecer deste supervisor sobre o desempenho do estagiário no período do estágio**, sendo este em papel timbrado da empresa, com carimbo e assinatura do supervisor (ver modelo de relatório do aluno no site).

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal - via protocolo

Emprego na área:

Proceder da mesma forma, apresentando no lugar do contrato de estágio, o contrato de trabalho e cópia da carteira de trabalho com o registro do emprego em que deu entrada.

No caso de donos de empresa, apresentar a cópia do documento de constituição da empresa e o relatório ou parecer de um dos sócios ou representantes da mesma.

8. Visitas Técnicas fora do horário de aula

Carga horária máxima: 32 horas (4h para cada disciplina cursada, podendo ser contempladas no máximo 8 durante o curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação, junto à secretaria, de comprovantes da visita técnica, tais como cópias de passagens, ou comprovante de presença na(s) atividade(s) relacionadas e relatório específico, elaborado pelo aluno e assinado, também, pelo professor ou responsável (do IFMG) que acompanhou o aluno na visita.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

Obs.: visitas técnicas assistidas pelo professor, como atividades da própria disciplina, não são consideradas como Atividade Complementar.

9. Disciplinas cursadas não contempladas no currículo

Carga horária máxima: 24 horas (8h para cada disciplina cursada, podendo ser contempladas no máximo 3 durante o curso)

Comprovação: para disciplina cursadas no IFMG, apresentar uma cópia do histórico constando a disciplina cursada, mais uma cópia do conteúdo programático da mesma. Para disciplinas de 72 horas, serão validadas 8 horas. Para disciplinas de 36 horas, serão validadas 4 horas como atividade complementar. As disciplinas cursadas em outras instituições de ensino deverão ser comprovadas mediante a apresentação do histórico escolar com a aprovação do aluno na disciplina e, também, uma cópia do conteúdo programático da mesma.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

10. Liderança e vice-liderança de turma

Carga horária máxima: 15 horas (sendo 5h para cada semestre, máximo 3 semestres)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação de um relatório geral, descrevendo a atuação do aluno como líder e as suas atividades na liderança da turma, seu desempenho e aprendizado. Este relatório deve ser assinado pelo aluno líder e por mais 5 representantes da turma liderada e, também, pelo coordenador do curso.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

11. Participação em grupos de estudo sob supervisão de professores e/ou alunos do Mestrado e/ ou Doutorado

Carga horária máxima: 08 horas (8 horas pela participação, máximo 1 ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação de um relatório geral, descrevendo a participação do aluno no estudo e seu aproveitamento (este relatório deve ser assinado pelo aluno e pelo supervisor do estudo, professor ou alunos do Mestrado ou Doutorado).

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

12. Participação em Iniciação Científica

Carga horária máxima: 36 horas (36 horas pela participação, máximo 01 ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação de um relatório geral, descrevendo a participação do aluno na iniciação científica e seu aproveitamento (este relatório deve ser assinado pelo aluno e pelo professor(es) supervisor(es) do estudo) e, também, do produto do estudo publicado (capa, sumário e dados da publicação da pesquisa), e cópia do certificado da participação na iniciação científica.

Obs.: caso o estudo ainda não tenha sido publicado até a data máxima de entrada da atividade complementar para o fechamento do curso, o aluno poderá apresentar uma declaração do professor que o acompanhou na pesquisa e, se possível, cópia da matéria a ser publicada.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

13. Publicação de artigos de cunho científico ou não-científico

Carga horária máxima: 8 horas (8 horas pela participação, máximo 01 ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação do comprovante da publicação (capa, sumário e dados da publicação, no caso de livros, ou cópia da matéria publicada em revistas ou jornais). e um relatório do aluno, descrevendo esta experiência e a importância dela para o seu aprendizado e currículo.

Obs.: caso o estudo ainda não tenha sido publicado até a data máxima de entrada da atividade complementar para o fechamento do curso, o aluno poderá apresentar uma declaração do professor que o acompanhou na elaboração do artigo juntamente com a comprovação de aceite do artigo.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

14. Apresentação de trabalhos em eventos científicos

Carga horária máxima: 12 horas (12h pela participação, máximo 01 ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação do comprovante de participação e apresentação do trabalho no evento e relatório do aluno, descrevendo esta experiência e a importância dela para o seu aprendizado e currículo.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

15. Certificação (por participações em eventos como palestrante, organizador, conferencista, dentre outros)

Carga horária máxima: 24 horas (8h para cada participação, máximo 03 ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação da cópia do documento de certificação e relatório do aluno, descrevendo esta experiência e a importância dela para o seu aprendizado e currículo.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal - via protocolo

16. Participação em concursos de monografias (monografias aceitas)

Carga horária máxima: 6 horas (6h pela participação, máximo 01 ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação do comprovante de inscrição para a participação no concurso e o documento de “aceite” da monografia, assim como um resumo do trabalho apresentado, e relatório do aluno, descrevendo esta experiência e a importância dela para o seu aprendizado e currículo.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria.

17. Participação em sessões de cinema, óperas, teatro

Carga horária máxima: 12 horas (2 horas para cada participação, máximo 06 ao longo do curso)

Comprovação: esta atividade deverá ser comprovada mediante apresentação do comprovante de participação da sessão de cinema, ópera ou teatro e relatório do aluno descrevendo a experiência e a importância da sessão que assistiu para o seu aprendizado e currículo sobre.

Entrada da documentação: seguir o procedimento normal – protocolar na secretaria

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Na avaliação das atividades desenvolvidas pelo aluno serão considerados:

- ✓ A compatibilidade das atividades desenvolvidas com os objetivos do curso.
- ✓ A qualidade da realização das atividades.
- ✓ O total de horas dedicadas à atividade.

O LIMITE DE HORAS A SEREM CUMPRIDAS

A exigência mínima da carga horária das atividades complementares é de **200 horas**. O aluno poderá exceder estas horas, se desejar, e serão computadas no seu histórico, valendo apenas como enriquecimento do seu *curriculum vitae*.

Observações importantes:

1. Desde o primeiro período, esteja atento, não perca qualquer oportunidade para desempenhar suas AACC. Leia o manual de instruções, informe-se com seus representantes de turma, professores ou com a coordenação do curso.
2. Durante todo o curso, o controle, registro e acompanhamento da carga horária das suas atividades será feito pela sua coordenação e, até o 8º período você deverá ter um percentual de 80% das horas exigidas já cumpridas e lançadas. Não deixe para o final, pois o não cumprimento destas impedirá a conclusão do seu curso.
3. O aluno que não cumprir a carga horária das Atividades Complementares no decorrer do curso não terá direito ao Diploma de Graduação, mesmo que tenha aprovação em todas as disciplinas regulares de sua estrutura curricular.
4. O cumprimento do restante das horas devidas, após a conclusão do curso, somente poderá ser feito através das modalidades de disciplinas optativas e/ou eletivas.
5. Os alunos que ingressarem no IFMG, através de qualquer tipo de transferência, também ficarão sujeitos ao cumprimento da carga horária das AACC, podendo solicitar ao Coordenador de Curso o cômputo da carga horária referente a disciplinas e outras atividades cursadas na instituição de origem, observadas as seguintes condições:
 - a) Tais atividades serão analisadas seguindo as normas e correspondências estabelecidas no regulamento;
 - b) O limite máximo de aproveitamento da carga horária será de 50% (cinquenta por cento) do total exigido nas AACC.
6. As Atividades Complementares poderão ser realizadas a qualquer momento, inclusive no período de férias letivas, desde que previamente autorizadas pelo professor orientador ou que sejam atividades listadas neste manual como válidas.
7. Atenção: antes de fazer um curso, participar de um seminário ou palestra com o intuito de, também, cumprir suas AACC, procure se informar sobre a validade destas atividades.

ANEXO B – REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Normas referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMG-*Campus* Ouro Branco.

ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consubstancia-se no desenvolvimento de um projeto de pesquisa ou similar a ser concluído e documentado no formato de uma monografia.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa capacitar o discente a se familiarizar com o desenvolvimento de um trabalho científico e permitir-lhe o aprofundamento em um tema específico do conhecimento da área da Licenciatura em Pedagogia.

Art. 3º O TCC é componente curricular obrigatório para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 4º O TCC deverá ser desenvolvido individualmente pelo discente.

Art. 5º . O TCC está vinculado e será desenvolvido durante a disciplina Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 6º . O TCC só poderá ser concluído por meio da aprovação de uma banca examinadora, mediante a uma apresentação oral do projeto para a mesma e entrega da monografia e outros artefatos que fizerem parte do projeto.

Art. 7º . Poderá haver uma articulação entre os projetos desenvolvidos em outras disciplinas do curso e a monografia apresentada.

Art. 8º . O docente responsável pela disciplinas Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), assim como o coordenador do curso e um professor-orientador, serão responsáveis por orientar os alunos quanto aos procedimentos do TCC.

Art. 9º . Cada discente deve possuir um orientador que seja membro do quadro de docentes do IFMG *Campus* Ouro Branco.

Art. 10º . O discente poderá convidar um docente externo para realizar sua orientação durante o desenvolvimento do projeto, desde que seja aprovado pela Coordenação do Curso e seu orientador.

Art. 11º . Se o discente não conseguir um orientador, este poderá recorrer ao Colegiado ou ao coordenador de curso.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 12º . O modelo do trabalho a ser confeccionado será apresentado pelo docente da disciplina Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso na primeira semana letiva.

Art. 13° . A entrega do trabalho final, juntamente com a composição da banca examinadora, deve ser feita quinze dias antes da apresentação.

Art. 14° . O professor da disciplina Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o coordenador do curso serão os responsáveis por receber os trabalhos e realizar a organização geral para as apresentações.

Art. 15° . As apresentações devem durar de quinze a vinte minutos, os membros da banca devem ter dez minutos para argumentações, o membro externo deverá ser o primeiro a fazer suas considerações e pode ter de dez a quinze minutos para tal.

Art. 16° . Ao final da apresentação, a banca deverá atribuir a nota final para o aluno que será a nota da disciplina Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 17° . Uma ata, contendo o resultado e os critérios que levaram a aquele resultado, deverá ser confeccionada pela banca.

Art. 18° . A composição das bancas devem passar pela aprovação do colegiado do curso.

Art. 19° . Caso o aluno não consiga apresentar o seu Trabalho de Conclusão de Curso, este será reprovado e deverá repetir a disciplina Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso no semestre seguinte em que a disciplina for ofertada.

Art. 20° . Casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do Curso de Licenciatura em Computação.